

REVISTA

Ano IV - número 16 - Junho / Julho / Agosto 2006

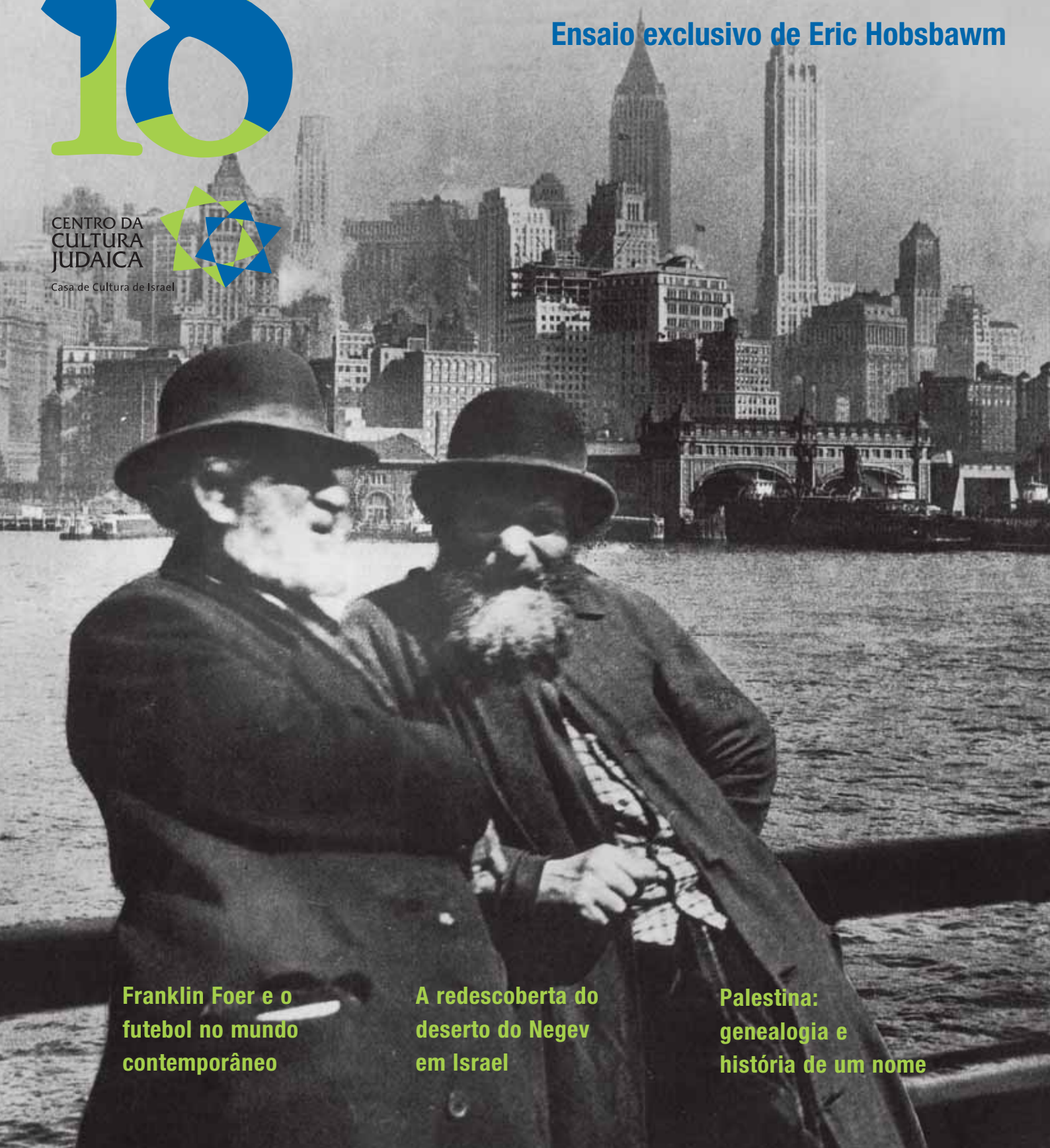
O dom da Diáspora

Ensaio exclusivo de Eric Hobsbawm

18

CENTRO DA
CULTURA
JUDAICA

Casa de Cultura de Israel



Franklin Foer e o
futebol no mundo
contemporâneo

A redescoberta do
deserto do Negev
em Israel

Palestina:
genealogia e
história de um nome

REVISTA

18

CENTRO DA
CULTURA
JUDAICA

Casa de Cultura de Israel

Conselho EditorialErnesto Strauss, Flavio Mendes Bitelman, Luis S. Krausz,
Michael Pinkuss, Raul Meyer, Yael Steiner**Publisher:** Flavio Mendes Bitelman**Editor:** Luis S. Krausz**Direção de arte:** laara Rosenthal**Diretora de Relações Institucionais:** Ana Feffer**Executivo do Centro da Cultura Judaica:** Giselle Tidei**Administração:** Adriane Oliveira**Circulação:** BrandMember**Distribuição:** Door to Door**Gráfica:** Ipsis**Tiragem:** 10.000 exemplares**Colaboraram nesta edição:**Bella Jozef, Berta Waldman, Bertrand Costilhes (ilustração),
Dov Bigio, Eric Hobsbawm (Londres), Fabio Koifman,
Flavio Mendes Bitelman, Gabriel Toueg (Jerusalém),
Graciela Karmann (revisão), Hans Gunther Flieg (fotografia),
Luis Dolhnikoff, Marco Frenette, Manuel da Costa Pinto,
Marleine Cohen, Paulo Valladares, Rose Esquenazi,
Livio Tragtenberg, Reinhard Andress (St. Louis)**Foto da capa:** Hulton Archive / Getty Images*Impresso em papel Couché Reflex Matte 95 g/m² (miolo) e
150 g/m² (capa) da Cia. Suzano, produzido com recursos
renováveis. Cada árvore utilizada foi plantada para este fim.***As matérias assinadas não necessariamente refletem a
opinião da Revista 18 ou do Centro da Cultura Judaica****Centro da Cultura Judaica – Casa de Cultura de Israel**

Rua Oscar Freire, 2500 São Paulo CEP 05409-012

fone (11) 3065 4333

e-mail: revista18@culturajudaica.org.br

Horário: de 2ª a 6ª feira, das 10 às 21h

Sábados, domingos e feriados, das 14 às 19h

Para receber nossa programação, envie um e-mail para
divulgacao@culturajudaica.org.br

Coexistir, conviver, dialogar

Em “Israel, 1969”, versos que Jorge Luis Borges escreveu ainda sob o impacto de uma visita ao Estado Judeu pouco depois da Guerra dos Seis Dias, o poeta compara a um triste tesouro a nostalgia que as diásporas seculares acumularam. Esquecer os séculos de exílio, esquecer as línguas dos antepassados em todas as terras do mundo, substituí-las pelo hebraico único era o sonho da geração que Borges encontrou, há quase trinta anos, num país que lutava para erguer-se do deserto e do pesadelo ainda recente do Genocídio na Europa.

A Diáspora era, na ideologia dos pioneiros do Estado Judeu, algo provisório, a ser visto com vergonha e desprezo. É desta lavagem da memória que trata, não sem certo espanto, este poema do eclético escritor argentino, para quem a memória foi tudo, e que reservava à tradição judaica, como mostra Bella Jozef em ensaio publicado nesta edição da *Revista 18*, um lugar muito especial de sua alma.

Hoje o fenômeno da dispersão judaica passa por uma reavaliação por parte de filósofos, historiadores, escritores e pensadores, que apontam para a enorme contribuição à humanidade que resultou dos encontros e diálogos entre artistas, cientistas e letrados judeus com as culturas em que viveram e se desenvolveram. Num texto que surpreende pelos *insights*, pelos pontos de vista originais tanto quanto pelo rigor metodológico, o historiador Eric Hobsbawm ressalta que a emancipação judaica e o convívio de judeus com seus vizinhos de etnias e culturas diferentes foi um elixir de criatividade e inteligência, e que o fim da Diáspora, longe de ser desejável, como se imaginava há não tanto tempo, seria uma catástrofe cultural.

Coexistir e dialogar é a melhor maneira de desenvolver-se e realizar-se, e este convívio com a diversidade é o tema da mostra *Coexistence*, que o Centro da Cultura Judaica traz a São Paulo em agosto próximo, em cooperação com o Museum on the Seam de Jerusalém. Sua mensagem de paz e respeito entre os povos acena com um futuro melhor para toda a humanidade.

Luis S. Krausz

ENTREVISTA

4



O GLOBO E A BOLA: jornalista vê no futebol um retrato de nosso tempo

PERISCÓPIO

- 8 O novo prefeito de **BUENOS AIRES**. E mais: Vaticano, Ucrânia, Paul Spiegel...

OPINIÃO

- 10 De como um nome bíblico se tornou **FORÇA POLÍTICA NO ORIENTE MÉDIO**

O REPÓRTER

- 14 Jovens israelenses estão redescobrendo **O SONHO DE BEN GURION**



ENSAIO

- 18 Para Eric Hobsbawm, a Diáspora e o **CONVÍVIO COM OUTROS POVOS** são essenciais para o judaísmo

NO CENTRO

28



Um novo documentário; oficinas de arte, a grande **MOSTRA DA COEXISTÊNCIA...**

LETRAS E ARTES

- 34 Bella Jozef aponta multiplicidade das relações de **JORGE LUIS BORGES** com o judaísmo

39



Em quadrinhos, **UMA HISTÓRIA POSSÍVEL** de Adolf Hitler

- 43 **O TEMPO DE VARGAS**, visto por Boris Fausto

- 46 Romance em três continentes mostra talento de **NICOLE KRAUSS**

- 48 Livro aborda cinco séculos de **HISTÓRIA JUDAICA NO BRASIL**

- 50 CD, DVD e livro fazem mergulho nas **RAÍZES DA MÚSICA BRASILEIRA**



ARQUIVO

54



Romance dos anos 30, publicado na Alemanha, olha para a **SÃO PAULO DOS REFUGIADOS**

- 60 Um encontro com a memória, na **ANTIGA BESSARÁBIA**



HUMOR

64



Filho judeu, **MARIDO JUDEU...**

INTERNET

- 65 **DOV BIGIO** indica o que há de melhor em temas judaicos na rede

Tenho lido a *Revista 18* e estou muito contente de ver que há uma publicação de altíssimo nível circulando entre nós. Louvo os artigos sobre o Holocausto, as resenhas, especialmente a matéria Crônica de uma Guerra de Surdos, publicada na edição nº 15, que evidencia uma grande coragem de colocar novas formas de pensar a questão árabes/judeus.

Anita Simis, professora doutora do Depto. de Sociologia da UNESP - Araraquara, SP

Gostaríamos de parabenizar a *Revista 18* pela reportagem a respeito da obra de Freud, por ocasião do sesquicentenário de seu nascimento. Nos tempos modernos, cada vez mais precisaremos da imensa obra psicanalítica, da qual Freud foi o

fundador e teve inúmeros seguidores que agregaram conhecimento a essa disciplina, para entender a mente humana.

Suely Gevertz, Coordenadora da Comissão de Mídia da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo - São Paulo, SP

Ao início das comemorações do *Pessach*, que para nosso povo significa a vitória da liberdade sobre a opressão e a escravidão no Egito, refletimos sobre quantos países, povos e crenças ainda se encontram nas trevas sob domínio de ditaduras veladas, calcadas na miséria moral, material, cerceadas em sua livre expressão. Agradecemos a Deus pela conquista de uma Pátria, e como povo milenar, termos conseguidos nos organizar socialmente e

intelectualmente em todos os lugares onde nos fixamos.

A todo o Conselho Editorial da brilhante *Revista 18*, os nossos mais calorosos votos de um *Pessach* com paz, alegria e bênçãos!

Rachel Green, Centro de Memória e Acervo das Oficinas Culturais da Secretaria de Estado da Cultura - São Paulo, SP

A *Revista 18* proporciona-me leituras que propiciam meu crescimento. Seu nível intelectual é elevado, porém consegue ser acessível sem perder a elegância e o teor informativo. Vida longa à *Revista 18*!

Luiz Carlos de Andrade - Planaltina, DF

ASSINE REVISTA 18

revista18@brandmember.com.br
tel (11) 3971 4372



Sim, desejo receber 4 edições da Revista 18

Nome _____

Endereço _____ CEP _____

Bairro _____ Cidade _____ Estado _____ e-mail _____

Telefone () _____ Fax () _____ Nascimento _____

Formas de pagamento

Anexo cheque nominal à Brand Member Marketing Direto Ltda. Valor de R\$ 36,00 (assinatura nacional) / R\$ 86,00 (assinatura internacional)

Nº do cheque _____ Banco _____ Agência _____

Depósito de R\$ 36,00 (assinatura nacional) / R\$ 86,00 (assinatura internacional) em nome de Brand Member Marketing Direto Ltda

no Banco Bradesco conta nº 69798-2 agência 0200-3

Enviar cópia do comprovante do depósito e a ficha preenchida por fax (11) 3971 4372, ou correio para:

Av. Deputado Cantídio Sampaio, 6095 - Jardim Brasília - São Paulo - SP - CEP 02860 001

Data _____ Assinatura _____



Parceiros e Mantenedores do Centro da Cultura Judaica

Parceiros Esmeralda

Banco Safra
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
Suzano Bahia Sul Papel e Celulose

Mantenedores Esmeralda

Edmundo Safdie
Família Feffer

Parceiro Rubi

Unibanco

Parceiros Platina

Agora Sênior CTVM
Banco Alfa
Banco Calyon Brasil
Banco Fibra
Construtora Moura Schwark Ltda
Coteminas
Hedging-Griffo
Imetame Metalmeccanica
Inova Investimentos
Julio Simões Transportes e Serviços
Kvaerner do Brasil
Metso Paper
Polibrasil Resinas
Triton e Forum Indústria e Comércio de Moda
Unicard

Mantenedores Platina

Israel Vainboim
Jayme Bobrow
Roberto Feder

Parceiros Ouro

Adesi Indústria e Comércio de Adesivos
Atlanta Química Industrial
Booz Allen Hamilton
Brascan
Embalatec
Fiorelli Comercial de Veículos
Fortes Engenharia
Guimar Engenharia

Inpal S.A. Indústrias Químicas
Invensys System
Isapa Importação e Comércio
KM Indústria e Comércio de Papel
Mauá Investimentos Ltda.
Paranasa Engenharia e Comércio
Petroquímica União
Politeno
Química Fina
REM Indústria e Comércio
Satipel Industrial
Savyon Indústrias Têxteis
Securininvest Administradora de Recursos Ltda.
Heilbut Arquitetura e Planejamento Ltda.
Specialty Minerals do Brasil
Voith Paper

Mantenedores Ouro

Flavio Mendes Bitelman
Philip Wojdswlowski

Mantenedores Prata

André Kauffmann
Anuar Mitri Maluli
Boris Tabacof
Cláudio Hirschheimer
David Erlich
Eduardo Fischer
Fredric Michael Litto
Gustavo Halbreich
Henri Philippe Reichstul
Israel Grytz
Jacques Sarfatti
Jayme Garfinkel
José Mindlin
Mário Arthur Adler
Mário Fleck
Raul Meyer
Renato Ochman
Ruy Fischer
Samuel Lafer
Saul Olimpico Libman
William Lohn

O futebol como metáfora

Para o jornalista Franklin Foer, o esporte da Copa do Mundo é a melhor tradução do mundo em que vivemos. Manuel da Costa Pinto conversa com ele sobre globalização, ópio do povo, judeus e futebol...

Divulgação



Para Franklin Foer não existe nada de especificamente judaico a respeito do futebol, porém a maneira como o futebol e o judaísmo se relacionam, especialmente na Europa, tem algo a dizer sobre o nosso tempo

Jornalista da revista *The New Republic*, Franklin Foer é autor de um livro que, às vésperas da Copa do Mundo na Alemanha, traz um enfoque nada eufórico do esporte bretão: Como o futebol explica o mundo – Um olhar inesperado sobre a globalização. O título parece pretensioso, ou mero lance de marketing editorial. Entretanto, o trabalho de Foer – que combina reportagem, pesquisa histórica e reflexões aguçadas – mostra o lugar alcançado pelo futebol no imaginário contemporâneo.

No Brasil, estamos habituados a pensar no futebol como algo que ultrapassou os limites do simples esporte e adquiriu conotações estéticas – como prova a expressão “futebol arte”. Trata-se, de todo modo, de uma percepção daquilo que acontece dentro das quatro linhas do gramado, do campo como palco de um espetáculo que, nos momentos de inspiração de seus atores, deixa o resultado da partida em segundo plano.

Nas últimas décadas, entretanto, o futebol sofreu uma modificação ainda mais profunda: tornou-se metáfora das transformações do mundo globalizado. Para muitos críticos, conferir status de arte à disputa de 22 marmanjos e uma bola é um exagero auto-evidente. Mesmo filósofos e sociólogos que o desdenham, porém, reconhecem sua singular e contraditória força de penetração – que consiste em atravessar as fronteiras nacionais para tornar-se porta-voz de formas arcaicas de sociabilidade.

Recentemente, por exemplo, o filósofo inglês Terry Eagleton escreveu um ensaio sobre as modificações sofridas pelo conceito de cultura, no qual o futebol aparece como uma válvula de escape do mundo globalizado:

“Existe uma forma específica de cultura que possui significado político extraordinário: trata-se do esporte e, em particular, do futebol”, afirma Eagleton. “Basta pensar em como seria transformada a paisagem social e política britânica se não mais existisse o futebol para fornecer às pessoas a tradição, o ritual, o espetáculo dramático, o senso de existência corporativa, a hierarquia, a lealdade, a agressividade selvagem, o combate gladiatório, o espírito de rivalidade, o panteão de heróis e a apreciação de habilidades estéticas que fazem falta tão grande ao cotidiano capitalista.”

Poucos autores, todavia, enfrentaram de modo tão frontal quanto Foer o projeto de revelar as novas facetas do futebol. Diferentemente de Eagleton, ele não considera o futebol apenas o esporte que melhor expressa a globa-

lização, e sim – como afirma nesta entrevista concedida à Revista 18 – como o fenômeno planetário por excelência, mais apto do que qualquer outro a sintetizar a confluência de impulsos tribais e ambições transnacionais nas sociedades e na subjetividade pós-modernas.

Foer viajou à ex-Iugoslávia para reconstituir a história de como os torcedores do Estrela Vermelha de Belgrado serviram de tropa de elite na guerra civil entre sérvios e croatas. Na Escócia, reconstituiu a história de como o conflito entre católicos e protestantes migrou da Irlanda do Norte para as arquibancadas em que se digladiam hooligans de Celtic e Glasgow Rangers. E, no Rio de Janeiro, identificou em Eurico Miranda (o todo-poderoso dirigente do Vasco da Gama) um epítome da corrupção e das relações de compadrio que vicejam atrás da fachada dourada das grandes corporações econômicas e instituições políticas.

A percepção de Foer se deve, em grande parte, a sua história pessoal. Morando nos EUA (país periférico entre as grandes potências futebolísticas...), ele só pôde ter acesso aos campeonatos europeus e latino-americanos com a expansão dos meios de comunicação – os mesmos meios que transformaram o futebol num negócio em escala mundial e Berlusconi (magnata das telecomunicações e dono do Milan) em primeiro-ministro da Itália.

Ou seja, Foer aprendeu a apreciar o jogo do Barcelona (um caso de “nacionalismo burguês”, não-violento e astuciosamente acomodado ao boom econômico da União Européia) ao mesmo tempo em que testemunhou ao vivo, pela TV, as carnificinas étnicas e as migrações populacionais da virada do milênio. E o fato de ser judeu é responsável por um dos capítulos mais importantes de Como o futebol explica o mundo, no qual reconstitui a história do Hakoah Vienna, clube de judeus austríacos que opuseram às caricaturas anti-semitas a doutrina sionista do judaísmo musculoso (*Muskeljudentum*).

Revista 18: Por que, em sua opinião, o futebol se tornou, mais do que qualquer outro esporte, uma metáfora da globalização?

Franklin Foer: Por um motivo muito simples: não existe em nosso planeta nenhum outro fenômeno – e, obviamente, nenhum outro esporte – com o alcance global do futebol. O futebol é, de todos os fenômenos de massa de nosso tempo, o mais ubíquo, o mais entranhado no capitalismo internacional e o mais intensamente ligado à identidade.

r8: Em seu livro, o senhor afirma que “a globalização não foi capaz de reduzir a importância das culturas futebolísticas locais, bem como de reduzir os conflitos sangrentos locais ou mesmo a corrupção. Ao mesmo tempo, o senhor afirma que “o futebol está mais adiantado no jogo da globalização do que qualquer outra economia do planeta”. Quem está ganhando o jogo: o tribalismo ou a globalização?

FF: Eu diria que se trata de um empate. O globalismo aparentemente conta com todas as vantagens – o apoio das grandes empresas e das elites políticas –, o que é um bom começo. Porém, a esfera local, ou como o senhor diz, o tribalismo, está muito longe de desaparecer. Não está acontecendo, em nenhum lugar do mundo, que os torcedores locais abandonem seus times tradicionais, passando a torcer, por exemplo, para o Real Madrid ou o Barcelona. E esta situação, para dizer a verdade, me surpreende muito. É como se o time de futebol de Gana empatasse com o time da Itália, para usar uma metáfora aleatória. Jamais esperaríamos que isto acontecesse. Num mundo de McDonald’s e Manchester United, nossa tendência é considerar que a vitória dos grandes seja inevitável.

r8: Em *O culto da performance*, o sociólogo francês Alain Ehrenberg identifica – e rejeita – três maneiras diversas de compreender o futebol: como “ópio do povo”, como sentido de pertencimento a uma comunidade e como retorno a um estágio psíquico primitivo. Existe alguma maneira de compreender a função social do futebol sem usar estes termos negativos e antimodernos?

FF: Não. Eu acredito que estas categorias antiquadas são efetivas quando se tenta compreender o fenômeno de massas que é o futebol. E é importante notar que na maioria das vezes estas três explicações funcionam de maneira

De cima para baixo, uma batalha entre “hooligans” ao término do jogo entre as seleções da Eslováquia e da Inglaterra em 2002; o time do Real Madrid; torcida do Internazionale dá as boas vindas aos fãs do Ajax na Liga dos Campeões no Estádio de San Siro em 2005 e o término da partida entre o Barça e o Arsenal, em 17 de maio último, em Paris: futebol é, para Franklin Foer, um retrato em miniatura da realidade política, social e econômica atual



Reprodução



Reprodução



By Betrace



By Procsilas

Fotos: reprodução



No alto a torcida do Slavia, em Praga, e acima a torcida do Ajax com uma gigantesca bandeira de Israel: adoção transformou emblema judaico de estigma em totem

simultânea, o que significa dizer que é muito difícil depreender muito sentido do jogo...

r8: Em seu livro, o sr. comenta o fato de que torcedores de times como o Tottenham britânico e o Ajax holandês se autodenominam judeus. Ao mesmo tempo, o sr. menciona exemplos de torcedores cantando jingles de caráter anti-semita. Este fenômeno pode ser compreendido como os dois lados de um equívoco histórico acerca dos judeus?

FF: Sim, trata-se de um fenômeno louco. Vemos holandeses loiros, com grandes barrigas de cerveja, que pintam estrelas de David em suas testas. O que significa isto? Seu time, o Ajax, há muito tempo foi insultado como “time judeu”. E os torcedores tentaram transformar este insulto em uma espécie de faixa de honra. Isto cria um estranho espetáculo: um estádio de futebol lotado de gentios que agitam bandeiras

israelenses. Poderíamos imaginar que este fenômeno fosse positivo, e certamente isto é melhor do que um *pogrom*... Ainda assim, os judeus continuam a ser tratados como *outsiders* e estrangeiros, incapazes de se integrarem plenamente na sociedade europeia. Eles são figuras caricaturais.

r8: Em seu livro, o sr. menciona a idéia de *Muskeljudentum*, formulada pelo pensador sionista Max Nordau. Qual é o significado deste conceito como reação às caricaturas de judeus nos anos que precederam o período nazista?

FF: Os anti-semitas retratavam os judeus como fracotes e doentios, incapazes de levantarem suas cabeças de seus livros. Times de futebol judaicos despontaram na Europa ao longo da década de 20, como que para provar que estas caricaturas não tinham sentido – e também para aproveitar a oportunidade de comprovar os méritos do sionismo.

r8: A idéia do hooliganismo como outro nome para o ativismo fascista e os paralelos entre os grandes encontros políticos e o comportamento das massas nos campos de futebol são responsáveis pela rejeição do futebol por parte dos intelectuais? Por outro lado, isto poderia explicar a popularidade do futebol entre as camadas sociais mais altas nos Estados Unidos (onde o futebol não é nada popular)?

FF: A popularidade do futebol nos Estados Unidos é constantemente subestimada. Aqui há um fato que certamente irá surpreendê-lo: um jogo profissional mediano, nos Estados Unidos, leva aos estádios multidões maiores do que no Brasil. Nossos torcedores são, em grande parte, imigrantes, mas também há entusiastas do futebol entre os membros da classe média alta. Este grupo começou a jogar futebol na infância. Eles são os filhos da geração do *baby boom*, que cultivava os valores da década de 60 e considerava que este jogo estava de acordo com seus próprios valores e ideais: o futebol é um jogo cooperativo, cosmopolita, e não excessivamente violento – ao menos, era assim que eles imaginavam este jogo. Esta imagem acabou por impedir o crescimento

do futebol nos Estados Unidos, pois o jogo ficou com uma imagem de estrangeiro e pouco masculino

r8: Existe hoje algum time de futebol que tenha um significado semelhante ao do Hakoah de Viena, dos anos 20, em termos de nacionalismo judaico?

FF: Sim, o time nacional de Israel. Infelizmente, este time é obrigado a competir na Europa e não na Ásia, que seria seu lar geográfico natural. Isto por causa do boicote árabe contra Israel, que levou a FIFA a incluir o país na federação europeia. Isto significa que o time de Israel é obrigado a enfrentar times como o da França para poder participar de um grande torneio. Na Ásia, Israel seria uma potência no futebol. Na Europa é apenas um time médio.

r8: Quem são os mais famosos jogadores de futebol judeus?

FF: Obviamente, hoje são israelenses. Recentemente eu vi o grande jogador Eyal Bercovic passar da Escócia para a cidade de Manchester. E o West Ham tem o brilhante jovem talento Yossi Benayoun. E por muitos anos, o rei do futebol israelense foi Haim Revivo. Estranhamente, ele jogava na Turquia muçulmana, onde era uma figura extremamente amada.

r8: O senhor sabe se haverá algum jogador judeu na Copa do Mundo na Alemanha?

FF: Tenho quase certeza de que não haverá nenhum jogador judeu nesta Copa do Mundo. Nos Estados Unidos há alguns bons jogadores de futebol judeus, porém nenhum deles participará da Copa.

Manuel da Costa Pinto é colunista da *Folha de S.Paulo*, coordenador editorial do Instituto Moreira Salles, autor de *Albert Camus - Um Elogio do Ensaio* (Ateliê) e *Literatura Brasileira Hoje* (Publifolha)



Como o futebol explica o mundo - Um olhar inesperado sobre a globalização

Franklin Foer

Tradução de Carlos Alberto Medeiros

Jorge Zahar Editor, 224 p.

R\$ 29,50

anúncio

In memoriam

Paul Spiegel, presidente do Conselho Central Judaico da Alemanha desde o ano 2000, faleceu de câncer no último dia 30 de abril. Em 2003, Spiegel foi o responsável pela assinatura de um acordo com o então primeiro-ministro Gerhard Schroeder, que deu à comunidade judaica alemã o mesmo status legal das principais igrejas do país.

Fotos: reprodução



Papa em Israel



O Papa Bento XVI está planejando fazer uma visita a Israel no começo do ano que vem, segundo informações do ex-primeiro ministro Shimon Peres ao sair de uma audiência com o Sumo Pontífice, no Vaticano.

Jorge Telerman assume comando da capital argentina



Telerman numa celebração de *Chanuká* na sede da AMIA: uma das primeiras medidas do novo prefeito foi estabelecer um disque-denúncia para apontar casos de exploração de trabalho de imigrantes ilegais

Novo prefeito de Buenos Aires mantém-se ligado às suas raízes judaicas e vê como desafio a criação de uma Argentina onde nenhum judeu precise envergonhar-se de sua origem. Por **Carlos Goldstein**

Jorge Telerman, o novo prefeito de Buenos Aires, jamais escondeu sua identidade judaica. No bairro onde ele nasceu, Villa Del Parque, um bairro operário modesto, só havia dois meninos judeus e Telerman era conhecido como “Ruso”, um apelido freqüente entre os judeus argentinos por causa de sua suposta origem russa. Telerman era vice-prefeito da cidade e assumiu seu cargo atual em março, depois que o prefeito Aníbal Ibarra



A Suécia e o nazismo

O historiador sueco Anders Jarlet passou os últimos cinco anos estudando a aplicação das leis raciais em seu país, entre 1937 e 1947. Suas descobertas são “surpreendentes, embaraçosas e inquietantes”, segundo o Conselho de Pesquisa da Suécia. Segundo o pesquisador, a colaboração da Suécia com a Alemanha nazista tinha como objetivo garantir a paz, e para tanto a Igreja e o Ministério das Relações Exteriores chegaram a proibir casamentos entre judeus e “arianos”. A Suécia também deportou para a Alemanha desertores alemães do exército, que foram enviados à Noruega, à época ocupada pelos nazistas. Houve também casos de aprisionamento de opositores do nazismo refugiados no país e de funcionários judeus sumariamente demitidos de seus empregos em companhias que tinham negócios com a Alemanha hitlerista.

Anne Frank precoce

Uma coleção de cerca de 20 cartas escritas por Anne Frank está exposta, pela primeira vez, no Museu Histórico de Amsterdã. A maior parte das cartas foi escrita por Anne para parentes na Suíça, depois da fuga de sua família da Alemanha para a Holanda, porém uma delas, datada de 5 de maio de 1944, era dirigida a seu pai, Otto Frank. Escrita poucos meses antes da deportação da família Frank, a carta é uma espécie de declaração de independência da jovem: “Não pensem em mim como numa menina de 14 anos, pois todos estes problemas me tornaram mais velha”, ela escreveu.



Ucrânia

Edward Gurwitz e Vladimir Salda, respectivamente prefeitos de Odessa e Kherson, na Ucrânia, foram ambos reeleitos para seus cargos no âmbito das eleições gerais do país.

foi deposto em decorrência de um desastroso incêndio numa casa noturna.

A população judaica da Argentina é de cerca de 300.000 pessoas, um número pouco significativo numa população de 38 milhões de pessoas. Membro do Partido Peronista, assim como o presidente Nestor Kirchner, Telerman é o primeiro prefeito judeu da capital argentina. No governo Menem, de 1989 até 1999, Telerman foi embaixador de seu país em Cuba e depois Secretário de Cultura de Buenos Aires. Sua opção pelo peronismo, que busca uma “terceira via” entre o socialismo e o capitalismo, é explicada por ele como “um conceito inspirado pela noção judaica de *Tzedaká*, ou justiça social e caridade”. Uma de suas primeiras medidas no cargo foi estabelecer um disque-denúncia gratuito para questões ligadas à exploração de imigrantes bolivianos clandestinos, que

vivem na Argentina sem documentos de residência e ficam sujeitos a condições sub-humanas de trabalho. Em uma semana, 63 confecções que empregavam imigrantes clandestinos foram fechadas.

Ainda é cedo para fazer qualquer tipo de previsão sobre o futuro político de Telerman. A comunidade judaica de Buenos Aires tem aproximadamente 244.000 pessoas – mais do que as populações judias do Brasil, do Chile, do México e do Uruguai somadas. “Buenos Aires está impregnada de pensamento, criatividade e alegria de viver judaicos”, diz Telerman. “E meu compromisso mais profundo é com o futuro da Argentina, onde um dos meus maiores desafios é ter a certeza de que meus filhos não terão que ficar cabisbaixos quando informarem seus sobrenomes.”

Carlos Goldstein é jornalista

Palestina: história e geopolítica de um nome



Luis Dolnikoff revê a origem do termo *Palestina*, central em todas as discussões que dizem respeito ao Oriente Médio, e que foi adotado no âmbito de um projeto de destruição nos anos 60

Não há tema geopolítico contemporâneo mais complexo do que o conflito do Oriente Médio. Além da complexidade, o interesse político contribui para fazer de boa parte dos textos a respeito mera propaganda travestida de análise. Se isto vale para os argumentos pró-sionistas, não vale menos para os pró-palestinos. Ao mesmo tempo, tornou-se senso comum a idéia de que o “excesso de história” não ajuda a compreensão do conflito. Creio, porém, que o excesso de propaganda sem respeito à história tampouco ajude. Retorno, então, a ela, tendo por guia a história de um nome.

Os povos que passaram pela região ou nela viveram são conhecidos: judeus, assírios, babilônios, persas, gregos, romanos, bizantinos, árabes, turcos, ingleses. Um “povo palestino” não faz parte da história. Mas se não faz, como pode tal conflito ser nomeado, com propriedade histórica, “conflito israelense-palestino” e variações?

A palavra *palestino*, que os árabes hoje adotam na forma de *falastin*, é, por ironia, originalmente hebraica, *peleshet*, que, numa outra ironia, significa *invasor* e *divisor*. *Peleshet*, em latim *palastinus*, era o termo usado pelos antigos israelitas para referir-se a invasores vindos do mar, de origem grega (conhecidos em português como filisteus). Depois das lutas anti-romanas do século 2, os romanos, como forma de descaracterização e de provocação, impuseram o nome *Palastina* ao reino de Israel. A *Palastina* original é, portanto, o próprio reino de Israel. O fim do Império Romano foi também o fim de suas províncias, incluindo a de Israel-*Palastina*.



Fotos: reprodução

Judeus e muçulmanos nas ruas de Jaffa, no século 19: antes do advento dos nacionalismos no Oriente Médio, pertencer a um povo era menos importante do que pertencer a uma religião



Judeus em prece ante o Muro das Lamentações, em Jerusalém, no fim do século 19: a fé religiosa e não a cidadania deste ou daquele Estado determinavam o lugar de cada um

O destino dos árabes da Palestina dividiu-se, *grosso modo*, em cinco. No caos do fim dos impérios inglês e francês, incluindo a guerra árabe-israelense de 1948, uma parte dos refugiados foi para a ex-província francesa do Líbano, onde, por esta origem colonial distinta, não seriam reconhecidos como cidadãos; uma parte foi para a Transjordânia, atual Jordânia, ex-colônia britânica, onde, portanto, foram reconhecidos como cidadãos (constituindo, hoje, a maioria da população); outra parte ficou em Israel, onde igualmente adquiriu cidadania; outra parte dispersou-se pelo mundo; outra parte, enfim, permaneceu nos territórios da antiga Palestina Britânica destinados pela ONU para constituir um “Estado árabe”, ou seja, Gaza e Cisjordânia.

Entre 1948 e 1967 não havia, em tais territórios, nenhum soldado israelense. Eles estavam, então, sob domínio árabe, respectivamente do Egito e da Jordânia. Não obstante, os árabes de Gaza e da

Em meados do século 20, sob a liderança do mufti de Jerusalém, os árabes locais não reconheciam nem a definição britânica do território nem o nome Palestina, de uso colonial. Defendiam, então, o pan-arabismo, segundo o qual os árabes constituem um único povo

Cisjordânia não exigiram do Egito nem da Jordânia que lhes entregassem tais territórios para constituírem ali seu Estado. Seu objetivo político era, não construir um Estado nesses territórios – daí jamais o terem construído entre 1948 e 1967 –, mas destruir o Estado de Israel, visando reconstituir a antiga Palestina Britânica na forma de uma Palestina Árabe.

Assim, em 1964, sob os auspícios de Nasser, foi criada no Cairo a Organização para a Libertação da Palestina, ou OLP. Não para a libertação dos territórios de Gaza e da Cisjordânia da ocupação israelense, pelo simples motivo de que tais territórios não estavam sob ocupação israelense em 1964. Mas para a “libertação” do restante da ex-Palestina Britânica de Israel. O verdadeiro nome da organização, portanto, deveria ser Organização para a Destruição de Israel, ou ODI.

Ironicamente, seria o Estado de Israel que daria legitimidade à OLP e ao próprio movimento palestino, originalmente ilegítimo, ao demandar, não a construção de um Estado, mas a destruição de outro. Pois ao ocupar, em 1967, Gaza e a Cisjordânia, Israel forçou a substituição do objetivo original de destruí-lo pelo de libertar a Cisjordânia e Gaza. Havia, enfim, uma causa palestina legítima.

O objetivo original do movimento palestino, porém, jamais foi esquecido. Não só porque foi seu único objetivo político por 20 anos (entre 1948 e 1967), ou seja, por toda uma geração, mas também porque o novo objetivo não foi escolhido pelos palestinos, e sim imposto por Israel. É por isso que, na verdade, jamais houve *uma* causa palestina, mas duas: construir o Estado palestino e destruir o Estado de Israel. O que pressupõe o massacre da população israelense, e nesse quadro ideológico se explica a opção por atentados contra civis, em vez de soldados. Explica-se grandemente, também, o próprio fracasso histórico da “causa” palestina.

Não é por acaso que a “causa” palestina seja a única, de todas as grandes causas nacionais da segunda metade do século 20 (excluindo somente a curda), a ter fracassado. Argelinos, sul-africanos e africanos em geral, indianos e timorenses, chineses e vietnamitas, todos venceram. O caso vietnamita é exemplar: lutaram contra as mais poderosas forças armadas da

história. Não é, portanto, nenhum poderio militar israelense que explica a derrota histórica palestina. Os vietnamitas, na verdade, jamais venceram as forças armadas americanas. Os EUA foram derrotados por sua própria opinião pública, que passou a considerar injusta a intervenção militar no país asiático, forçando uma retirada. Se isso jamais aconteceu em Israel, não é porque a população israelense seja pérfida, como acreditam os antiisraelenses e os anti-semitas. Nem porque os grupos políticos que querem manter a ocupação sejam irresistíveis, como não foram irresistíveis os grupos que queriam continuar a guerra do Vietnã. O motivo é que, ao contrário da *causa* vietnamita, que não incluía a destruição dos EUA, a “causa” palestina, desde 1967, sempre hesitou entre um objetivo legítimo e um ilegítimo (o que não ajuda a concentração e a objetividade das forças políticas nem a solidariedade internacional). A recente eleição do Hamas não foi um acidente histórico.

O projeto sionista não tinha um mapa definido (mas vários). Esse mapa emergiu em 1922, e foi traçado, não pelos sionistas, mas pelo Império Britânico: a Palestina Britânica. Assim, quando em 1947 a ONU a dividiu, destinando uma parte a Israel e outra a um Estado árabe, dividiu igualmente o movimento sionista. A parte dominante do movimento, liderada por Ben Gurion, foi a que se resignou à partilha, fundando o Estado de Israel (a outra parte, naturalmente, era a dos que sonhavam em anexar Gaza e a Cisjordânia, e ganharia um novo impulso com as ocupações de 1967). No lado árabe, ao contrário, a parte amplamente dominante de seu espectro político, liderada pelo *mufti* de Jerusalém, foi a que recusou a partilha, criando o objetivo geopolítico de destruir o Estado de Israel.

Além da ironia de Israel ter dado afinal legitimidade à OLP e ao próprio movimento palestino, outra grande ironia da situação é o fato de que a causa palestina original, reconstituir a antiga Palestina Britânica, de certa forma legitimaria aqueles grupos políticos israelenses que, desde a aceitação da partilha por Ben Gurion, sempre quiseram a mesmíssima coisa. A diferença é o meio: os palestinos, para consegui-lo, devem destruir Israel, enquanto esses grupos israelenses apenas precisam impedir que se construa o Estado palestino. Para



Judeus de Jerusalém no século 19: presença anterior ao sionismo e à criação do Estado de Israel

isso, contam com o apoio involuntário dos próprios grupos palestinos que querem destruir Israel e, deste modo, atrapalham as forças políticas palestinas que afinal escolheram construir um Estado palestino, além de impedir que a população israelense apóie maciçamente sua construção.

Os palestinos, que hoje se reconhecem como um povo, devem constituir seu Estado independente, não porque isto seja a tradução geopolítica de alguma justiça cósmica, mas tão-somente porque o querem. Querer que, por sua vez, não é obrigatório (entre 1948 e 1967 não quiseram a independência de Gaza do Egito e da Cisjordânia da Jordânia). Os franceses do Quebec têm o direito constitucional de se separar, mas não o exercem. Os porto-riquenhos estão divididos ao

meio quanto a se separar inteiramente dos EUA. Apenas uma pequena minoria dos bascos deseja a independência. Os kosovares querem separar-se da Sérvia, não para ser independentes, mas para se fundirem à Albânia. Os palestinos devem, enfim, construir um Estado independente, sendo este o desejo da maioria. Este deve, portanto, ser o sólido e inquestionável desejo da maioria, negando e renunciando o desejo alternativo de destruir Israel. Seu mais forte aliado, então, será a maioria da população israelense.

Luis Dolhnikoff é escritor e ensaísta

³ <http://www.mideastweb.org/turkpa1.htm>

⁴ Cf. www.libanoshow.com/home/oriente_medio/onu.htm#r8r

Redescobrimo o deserto

As casas pré-fabricadas de Kfar Adiel: ideologia dos pioneiros, que pregava vida simples junto à natureza, revive no Negev

A Fundação Ayalim quer promover uma redescoberta do deserto entre os jovens de Israel – e também um renascimento dos ideais que inspiraram os pioneiros do Estado Judeu. Gabriel Toueg esteve em duas vilas formadas no Negev e conta o que viu

A sua frente um pátio vazio com um canteiro de grama, oleandros, um banco e um abrigo de buganvílias maltratadas. O pátio termina num muro de pedra onde se vê o contorno de uma abertura tampada por fileiras também de pedras. As pedras do remendo são mais novas, mais claras, agora lhe parecem até um pouco menos pesadas que as pedras originais. Atrás do muro se erguem dois ciprestes. Neste momento, na luz noturna, a cor deles parece negra, e não verde. Mais adiante, estendem-se morros vazios. Lá está o deserto. E ali, vez ou outra, levanta-se um redemoinho de poeira, se agita por um momento, se retorce, se remexe, se aquieta. E reaparece em outro lugar.

Não diga noite, Amós Oz

O romantismo, que o escritor israelense Amós Oz usa para descrever as paisagens do deserto do Negev, onde vive, não é exclusivo da literatura. O que se lê em muitos dos romances de Amós Oz está também na mente de várias pessoas – em especial de jovens estudantes israelenses – que trocaram as modernas cidades no centro do país por um quarto em uma provisória casa pré-fabricada de metal, no meio do deserto. É como se a velha ideologia dos pioneiros da criação do Estado continuasse viva, passados trinta anos da morte de David Ben Gurion, o primeiro que sonhou com o desenvolvimento do Negev.

Há diferenças, porém, entre estes jovens que se mudam para o deserto e as primeiras gerações de pioneiros. Esta nova onda, formada pela terceira ou quarta geração israelense desde a criação do Estado, prefere não chamar de sionismo a ideologia que os levou para longe das grandes cidades. Diferentemente dos que

vêm de fora do país, cheios de expectativas, e se assentam em Jerusalém ou em Tel Aviv, esses novos pioneiros tremem diante da palavra “sionismo”, em uma reação que se encontra em toda parte, como se tivesse sido ensaiada em conjunto. Preferem não dar nome algum ao que fazem, e acreditar que estão apenas seguindo os passos de seus avós e bisavós que, há poucas décadas, fizeram de Israel o que é hoje.

Dany Gliksberg, um dos idealizadores da organização que cuida da estrutura das vilas estudantis que começam a surgir entre as pedras desérticas do sul e em meio ao verde da região da Galiléia, expressou, em poucas palavras, suas idéias: “As pessoas pensam que este país foi criado em 1948. Nós ainda o estamos criando”. Certamente, se visse e ouvisse esses estudantes, Ben Gurion se orgulharia. Mas isso não importa a eles. Poucos tocam no nome do primeiro

premiê – na verdade não o fazem, a menos que alguém o mencione antes.

Estive duas vezes em Kfar Adiel, o nome de uma vila estudantil localizada a 25 minutos de ônibus de Beersheva, no deserto do Negev. Na primeira, tive contato apenas com uma das moradoras, que me levou a conhecer o lugar. Seu discurso sobre a idéia de morar no deserto em pleno século 21 é de um entusiasmo contagiante. Por isso, quis voltar e conversar com outros estudantes, moradores do local. As impressões que tive da conversa com a primeira anfitriã repetiram-se – cada um dos estudantes com quem falei, sentados em suas casas metálicas pré-fabricadas, entre um e outro copo de café ou de limonada gelada, transmitiu a sensação de estar feliz e realizado com a mudança radical.

A fundação Ayalim, dirigida por Glikberg e por outros jovens estudantes, foi criada em setembro de 2002 por um grupo de recém-egressos do Exército, com a intenção de desenvolver essas áreas afastadas do centro de Israel. Embora o Negev ocupe incríveis 60 por cento da área total do país, abriga apenas 8 por cento de sua população. Existe um termo por aqui que define o problema: *Gedera-Hedera*, as cidades-limite que concentram a população e o interesse dos israelenses.

Numa carta de apresentação do projeto concebido pela Ayalim, o diretor Matan Dahan diz que vê com pesar a perda de interesse da sociedade israelense pelas regiões mais afastadas. “Sabíamos que é a nossa vez de ter uma participação real na construção do país, continuando o trabalho das gerações anteriores à nossa”, escreve Dahan, hoje com pouco mais de trinta anos.

Ao voltar para Kfar Adiel senti o que significa viver no deserto. Se você acha que o Rio de Janeiro é quente no verão, tire dele o mar, o vento, os morros. E pense que as altas temperaturas no Negev duram muitos meses – em Israel não chove durante pelo menos sete a oito meses por ano.

Mesmo encarando desafios que vão bem além da alta temperatura, os jovens de Kfar Adiel – e mais recentemente os que estão montando uma vila ainda sem nome perto de Dimona, mais ao sul – construíram o que esperam que seja a



Lior Yellen ante o deserto, perto de Dimona: ideologia que tem cara e se transforma em forma de vida

semente de futuras cidades, que possam transformar as feições do deserto.

Este é, no final das contas, o objetivo do projeto: trazer jovens para viver e estudar no sul do país e incentivá-los a ficar no Negev depois de concluírem seus estudos. O plano é que estudantes de algumas universidades da região possam morar nas casas metálicas durante os anos em que estão matriculados. Depois, têm mais um ano para viverem por lá, para encontrar trabalho e ficar pela região.

O tema “trabalho” é o mais delicado quando se trata de morar no Negev – e também o que mais causa temor aos jovens. Toda a ideologia pode esvaír-se quando os jovens tiverem de enfrentar uma realidade que é mais cruel do que os sonhos. A região não é suficientemente desenvolvida para absorver muita mão-de-obra – especialmente em trabalhos profissionais. Cerca de 26 mil pessoas estudam no Negev e 47 mil no norte do país. Em geral, depois de formadas, essas pessoas voltam para o centro de Israel, para a região *Gedera-Hedera*, em busca de emprego.

Por isso, a associação exige que os jovens moradores se envolvam com as comunidades em seus novos locais de residência, criando laços que, espera-se, não se romperão uma vez concluídos os estudos. O acordo entre a entidade e os candidatos, que passam por entrevistas antes da seleção, prevê que eles dedicarão até dez horas semanais a projetos ligados ao lugar em que vivem.

É o que faz Roy Weiss, de 24 anos. Estudante de química na Universidade Ben Gurion, ele leciona matemática a crianças beduínas que vivem em locais próximos à vila. “É um desafio, porque sequer o hebraico eles entendem bem”, conta, empolgado com a idéia. Weiss veio de Holon, perto de Tel Aviv, e antes de se assentar no deserto, onde já está desde setembro de 2005, viajou durante um ano e meio pelo mundo.

“Estive na Austrália, em diversos países europeus e no Vietnã, mas me dei conta de que o melhor lugar para viver, como judeu e como israelense, é mesmo Israel”, diz, entusiasmado. Ele comenta que existem muitas coisas para mudar, como o escapismo dos jovens, que preferem partir em longos passeios pelo mundo depois do Exército a cuidar do próprio país.

Quando Merav Yamin se mudou para Kfar Adiel, o local tinha três das atuais 35 casas pré-fabricadas. Ela conta, com brilho nos olhos, que encontrou ali o que procurava. Aos 25 anos, veio de Jerusalém e chegou a estudar um ano na Universidade Hebraica antes de mudar-se para o sul do país e depois para a vila no Negev.

Merav conta que sentiu uma diferença muito grande entre as escolas. Atualmente estudante na Universidade Ben Gurion, em Beersheva, ela diz que a vantagem da nova escola é reunir gente que, em sua maior parte, vem de outras cidades do país.



Merav Yamin em Kfar Adiel: ligação visceral com a terra revive tema ancestral da cultura judaica

Isso cria, segundo ela, uma atmosfera estu-dantil muito melhor. “As pessoas moram em apartamentos alugados juntas, e não com os pais, como era em Jerusalém.”

Os pais de Merav, no início, não entenderam bem a idéia da filha de trocar Jerusalém, uma cidade moderna e desenvolvida, por um quarto de caravana no deserto. “Mas expliquei a idéia com entusiasmo e eles entenderam”, conta, levantando-se para mostrar a paisagem que se avista de sua porta: um pouco de grama logo adiante e uma imensidão de deserto.

O mesmo entusiasmo dos estudantes pode ser visto nas imagens da cerimônia de inauguração da vila, com a presença do então premiê Ariel Sharon. O escritório do primeiro-ministro é um dos parceiros envolvidos na empreitada. Em seu discurso, Sharon afirmou que não se devia esperar, mas fazer. “Se vocês fizerem, a ajuda vem”.

E veio mesmo. Desde a criação dos *kfarim* (vilas) estudantis, diversas organizações se envolveram e o número de estudantes interessados – cinco mil no ano passado, dos quais 200 foram aprovados para receber os incentivos e morar no local – fizeram crescer também o número de casas pré-fabricadas. A previsão é duplicar o número em Kfar Adiel até o final do ano.

Os nomes escolhidos para as novas vilas em geral homenageiam pessoas envolvidas no projeto ou vítimas de atentados terroristas, como é tradição em

Israel. A entidade Ayalim foi assim chamada para lembrar Eyal e Yael Zoreq, mortos num atentado terrorista em Karmeit Tzur. Já Kfar Adiel ganhou o nome de Adiel Zwebner, um dos fundadores da Ayalim, morto em um acidente enquanto mergulhava, em abril de 2003. Ao saber da escolha do nome de Adiel para a vila, sua família relembrou uma frase que disse certa vez: “A cada passo que eu dava em lugares lindos como no Himalaia, na Índia e em outros lugares por onde viajei, sempre sentia que alguma coisa estava faltando. A terra na qual eu estava pisando não era minha”.

Vamos a Dimona, então

Não ia conhecer Dimona. Foi a coincidência que colocou um carro quase à minha disposição naquela tarde. O transporte no Negev não é muito eficiente e, de ônibus, eu levaria quase duas horas para percorrer o que, de carro, levei 25 minutos. Ao chegar a Dimona, reconheci no alto de um monte a vila que ia nascendo, depois de me perder um pouco pela cidade de menos de 40 mil habitantes. Naquele mesmo dia, mais cedo, tinha conhecido duas garotas de 18 anos que fazem trabalhos voluntários no local, que nem nome tinha ainda.

Ao me aproximar do local, na verdade um conjunto de casas pré-fabricadas dispostas em um semicírculo aberto para o deserto, vi uma garota sentada na sacada recém-construída, fumando um cigarro.

Ao me ver, ela ofereceu café e cadeira como se me conhecesse. E embarcamos em um papo que me fez entender qual é, afinal, essa tal ideologia.

Lior Yellen, de 24 anos, estudante de filosofia e psicologia na Universidade Ben Gurion, demonstrou a empolgação das pessoas em morar naquele lugar, literalmente no meio do nada, e de estar em contato com a natureza e o pôr-do-sol. Enquanto conversávamos, ela não parava de olhar para o deserto que se abria ali ao lado, e de elogiar a beleza do local. “Espere até o sol descer e você vai entender a razão de estarmos aqui”, disse. Ela é uma das vinte pessoas que hoje moram no local.

Certamente, a ideologia é algo muito maior, um sentimento forte o bastante para levar algumas pessoas a fazer o que outras não fariam. Mas ao ver Lior contemplando, com um sorriso sincero e tranqüilo, de alegria e satisfação, entendi que talvez ideologia tenha cara.

Diante desse pensamento, e ante a garota sentada na varanda de uma casa pré-fabricada ao lado de tão-somente quatro outras casas, diante do deserto, ficou difícil falar de ideologia e da relação do povo com a Terra Prometida. Não restam dúvidas, é claro, de que o povo judeu tem uma relação visceral com a terra de Israel – quem viu de perto o processo de desconexão dos assentamentos judaicos na Faixa de Gaza e no norte da Cisjordânia, há um ano, não pode ter dúvidas a esse respeito.

Tampouco restam dúvidas de que essas pessoas estão ali por acreditarem no que fazem, e por acreditarem em uma ideologia que já morreu faz tempo entre a maioria da população israelense. Mas não se trata, desta vez, de falar de ideologias, de nomear os líderes que, há quase 60 anos, permitiram à quarta ou quinta geração de israelenses ter um país desenvolvido como Israel é hoje. Minha visita à vila em Dimona, mais que a Kfar Adiel, me deixou certo de que, quando se quer realizar, não importa dar nome àquilo em que se acredita. Há que colocar a mão na terra e fazer. ■

Gabriel Toueg é jornalista

Contato: touegg@gmail.com ou pelo blog <http://23idade.blogspot.com>

anúncio

Virtudes da Diáspora

Para o historiador **Eric Hobsbawm**, a emancipação judaica e sobretudo o convívio de judeus com seus vizinhos de culturas e etnias diferentes foi um elixir de criatividade e inteligência, que resultou numa extraordinária contribuição judaica à cultura, às artes e às ciências do Ocidente

As pesquisas no campo da história judaica, até hoje, têm se voltado com maior ênfase para os efeitos da pressão constante que o mundo exterior vem exercendo sobre o mundo judaico, já que via de regra os judeus têm sido, nos dois últimos milênios, uma pequena minoria em meio a populações não-judias. Neste ensaio, porém, farei uma abordagem ao contrário: quero falar da influência que os judeus exerceram sobre o restante da humanidade, especialmente durante os séculos 19 e 20, quando esta influência passou a se tornar significativa como resultado do processo de emancipação judaica, que começou na Europa no fim do século 18.

Entre a expulsão da Palestina no primeiro século da era comum e início do século 19, os judeus viveram em meio a uma sociedade mais ampla de não-judeus, cujas línguas eles adotaram, enquanto adaptavam as culinárias às suas próprias regras e rituais alimentares. Porém, antes do início da emancipação, era só em casos excepcionais que os judeus desejavam participar da vida cultural e intelectual das sociedades em meio às quais viviam. A contribuição dos judeus à vida social de um modo geral foi, portanto, limitada, até mesmo naqueles campos em que, depois da emancipação, esta contribuição passaria a tornar-se extremamente significativa. O único papel histórico significativo que os judeus exerceram no período anterior ao da emancipação foi o de mediadores entre culturas – em especial entre as culturas islâmica e cristã ocidental durante a Idade Média européia.

Tomemos como exemplo a matemática, um dos campos em que os judeus se destacaram a partir do século 19. Que eu saiba, não há, antes do século 19, nenhuma descoberta significativa da moderna mate-

mática associada ao nome de um judeu. Tampouco são conhecidas inovações significativas de matemáticos judeus que somente tenham sido descobertas séculos depois – como acontece com os matemáticos hindus que trabalharam entre os séculos 14 e 16 em Malayalam, mas que eram desconhecidos no Ocidente até meados do século 20. Outro exemplo é o xadrez, um jogo desaconselhado tanto pelas autoridades religiosas de modo geral quanto por Maimônides em particular, já que ocuparia tempo que deveria ser destinado ao estudo das leis. Não surpreende, portanto, que o primeiro jogador de xadrez judeu importante, o francês Aron Alexandre (1766-1850), apareça apenas na era da Emancipação.

A fase mais intensa desta segregação ou “guetização” dos judeus na Europa – fosse ela imposta pela sociedade mais ampla, fosse auto-imposta –, ocorreu entre os séculos 14 e 18, e seu apogeu tem início a partir de 1492, quando os judeus não convertidos da Espanha foram expulsos. A partir desta expulsão, as possibilidades de contato social e intelectual com não-judeus ficaram severamente limitadas, reduzindo-se à esfera estrita de algumas atividades profissionais. Efetivamente, se olharmos com maior atenção, são praticamente inexistentes os judeus deste período que tiveram qualquer tipo de intercâmbio intelectual espontâneo com não-judeus. Até meados do século 19, viviam em guetos dentro das cidades, ou eram proibidos de viver nas grandes cidades da Europa, e a única exceção a esta regra aparece na cidade de Amsterdã, que ainda contava com uma população judaica significativa, formada principalmente por sefarditas.

Como escreveu Jacob Katz em 1973, em *Out of the Ghetto (Fora do Gueto)*, “o

mundo exterior não desempenhava um papel significativo no universo do pensamento judaico”. A codificação cuidadosamente elaborada de práticas ortodoxas – como por exemplo no *Schulchan Aruch* – fundamental para a religião judaica, reforçava o impulso em direção à segregação. A forma de expressão tradicional da espiritualidade judaica era a explicação, em prédicas, da Bíblia e do Talmude e sua aplicação aos problemas práticos da vida judaica, e deixava pouco espaço para outros estudos e interesses. As autoridades rabínicas proibiam a filosofia, a ciência e outros conhecimentos de origens não-judaicas. Na obscura Volínia (região do Império Austro-Húngaro hoje pertencente à Polônia), o aprendizado de línguas estrangeiras chegou a ser proibido pelas autoridades rabínicas. O abismo que separava estes dois universos espirituais torna-se visível pelo fato de que os poucos partidários da emancipação entre os judeus da Europa do Leste consideravam necessário traduzir para o hebraico aqueles livros básicos, acessíveis a qualquer pessoa culta no universo não-judaico – como os livros de Euclides, mas também livros de trigonometria, geografia ou antropologia.

Segregação

O contraste entre a situação antes e depois da era da Emancipação é espantoso. Depois de vários séculos em que a contribuição de judeus (ao menos segundo a definição ortodoxa), com a possível exceção de Maimônides, não passa de uma nota de rodapé na história cultural e intelectual da humanidade – para não falar da inexistente contribuição política – entramos, de maneira brusca, na era moderna. Subitamente, nomes de judeus começam a aparecer de maneira totalmente desproporcional, como se a tampa



Moses Elias, comerciante em Calcutá, em foto de Frédéric Brenner, de 1996: fora do universo europeu, judeus desempenham há séculos o papel de mediadores entre culturas, e emprestam à Diáspora o papel de ponte entre fissuras da civilização

As fotografias que ilustram este ensaio foram extraídas do livro DIASPORA. Copyright © 2003 by Frederic Brenner. Todos os direitos reservados. Publicadas por concessão especial da HarperCollinsPublishers

de uma panela de pressão tivesse sido repentinamente levantada. Mas não devemos nos deixar enganar por nomes conhecidos como os de Heinrich Heine, Felix Mendelssohn-Bartholdy, David Ricardo, Karl Marx ou Benjamin Disraeli, nem pelos ambientes florescentes dos judeus ricos e cultos numas poucas cidades como Berlim. Ainda ao fim das guerras napoleônicas, a grande maioria dos judeus asquenazitas não estava integrada nas sociedades cristãs da Alemanha, da Holanda ou do Império Habsburgo. A única e, à época, ainda muito recente novidade era de natureza administrativa: a introdução de nomes de família, ou sobrenomes, entre os judeus. Mas mesmo as famílias da elite ainda estavam longe de sentirem-se integradas. A mãe de Karl Marx, por exemplo, nunca se sentiu à vontade em alemão e as duas primeiras gerações dos Rothschild correspondiam-se em ídiche, escrito com letras hebraicas. Os judeus do interior centro-europeu da monarquia habsburga permaneceram totalmente alheios à emancipação até a década de 40 do século 19, quando começou a ser possível uma migração em direção às cidades. E nos *shtetls* (aldeias judaicas) da Galícia e da Rússia, este momento só chegou ainda muito mais tarde.

Stephen Thernstrom escreve, na *Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups* que “até mesmo século 20 adentro a maior parte dos imigrantes judeus nos Estados Unidos se lembravam de que provinham diretamente de uma sociedade judaica tradicional”. Também a maior parte dos judeus sefarditas vivia em enclaves isolados. Efetivamente, duvido que, antes da Revolução Francesa, possamos encontrar qualquer lugar no qual todos os judeus – e não apenas uma elite judaica – estivessem integrados à sociedade à sua volta, falando, por exemplo, entre si, a mesma língua dos seus vizinhos. As exceções a esta regra são as pequenas comunidades de refugiados na França e na Holanda, assim como as antiqüíssimas comunidades no Norte da África e no Sul da França.

A emancipação judaica, portanto, não pode ser comparada a uma fonte que subitamente começa a jorrar, mas sim a um pequeno córrego, que aos poucos se transforma num rio caudaloso. A partir da *Encyclopaedia Judaica* fiz uma lista de

matemáticos, físicos e químicos notáveis, segundo sua data de nascimento. Nos três grupos encontrei apenas um nascido antes de 1800; 31 nascidos na primeira metade do século 19 e 162 na segunda metade. (Uma curva análoga, porém aplicada à medicina, o único campo de atividade intelectual no qual os judeus já haviam conquistado uma posição na sociedade não-judaica, é menos drástica). Não é preciso acrescentar que falo, aqui, em primeira linha a respeito dos judeus asquenazitas, que constituíam a maioria crescente da população judaica mundial. A tendência à urbanização também era marcada entre os asquenazitas. Assim, por exemplo, o número de judeus em Viena passou de 4.000 em 1848 para 175.000 às vésperas da 1ª Guerra Mundial.

Alemanha, Itália, França

Ao mesmo tempo, não podemos subestimar a influência dos poucos judeus ricos e cultos – como por exemplo das 405 famílias judias que viviam em Berlim no começo do século 19. A ordem pré-democrática das sociedades liberais era favorável a grupos como estes. Assim, em virtude das restrições do direito eleitoral italiano, os judeus da Itália constituíam 10% do eleitorado, embora sua população fosse de apenas 0,1% da população total. Em 1851, a escolha de Cavour no reino da Savóia foi selada pelos votos dos judeus de Turim. Isto talvez explique, ao menos em parte, o rápido ingresso dos judeus da Europa Central e Ocidental na vida pública. Que eu saiba, os judeus não desempenharam papel significativo na Revolução Francesa, nem entre os seus simpatizantes no restante da Europa. Que o universo da burguesia holandesa seja uma exceção aqui não surpreende. Durante as rebeliões de 1830, porém, a presença judaica já se tornara visível, especialmente no sul da França. O mesmo vale para a Alemanha e para o norte da Itália: o secretário de Mazzini e muitos de seus ativistas e financistas eram judeus. Em 1848 os judeus tiveram um papel de grande importância. Assim, Crémieux logo se tornou ministro no novo governo revolucionário da França enquanto Daniel Manin foi o líder da revolução em Veneza. Três judeus destacaram-se na unificação da Prússia, enquanto em Viena foram os

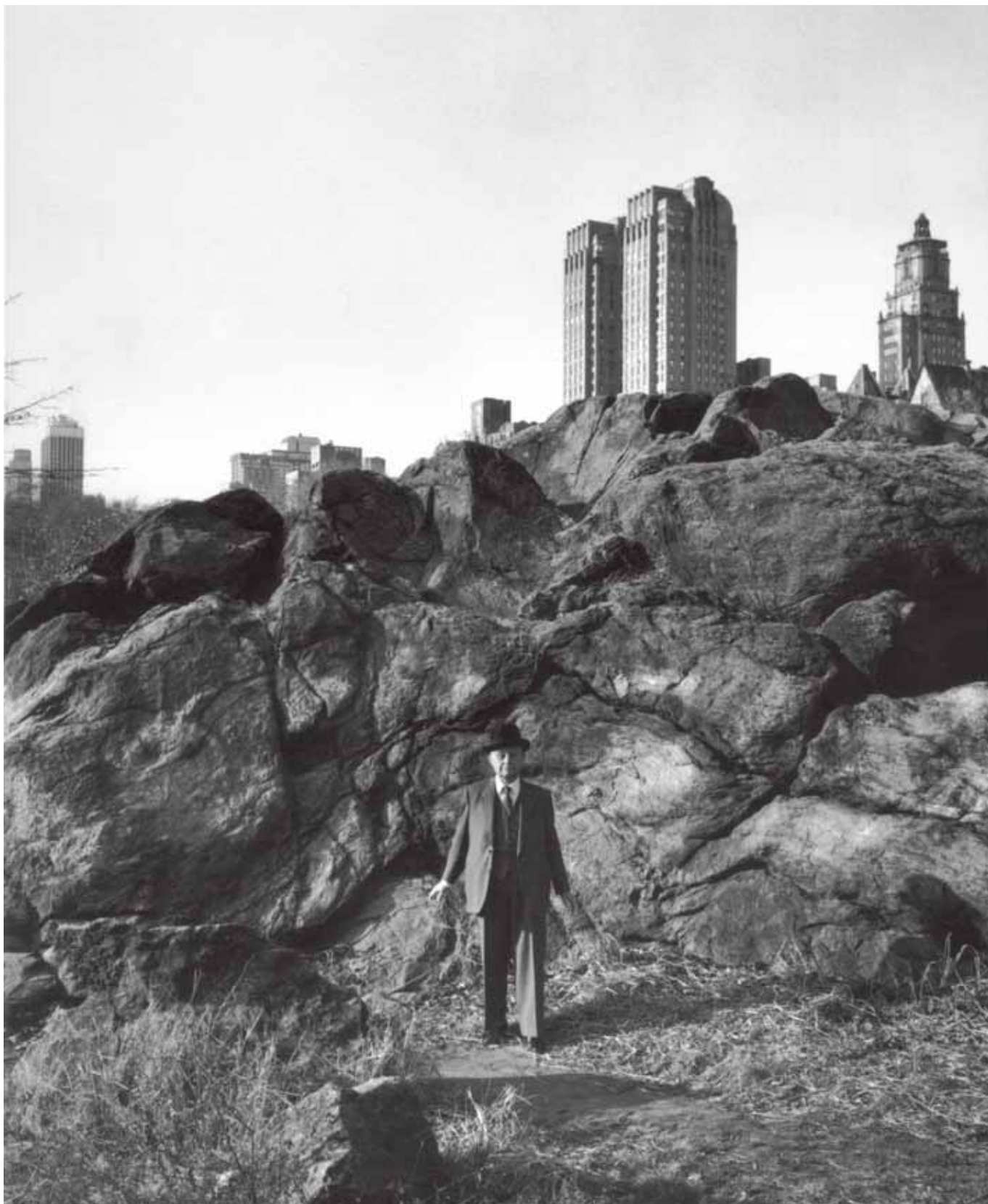
estudantes judeus que conclamaram à revolução de março, e oito das 29 assinaturas do manifesto dos escritores vieneses eram de judeus. A lista de subversivos na Polônia austríaca, de Metternich, não continha nomes judaicos. Mas poucos anos mais tarde os judeus desta região declararam abertamente seu apoio à libertação da Polónia e na facção polonesa do parlamento, em Viena, havia um rabino entre os representantes poloneses. Na Europa pré-democrática, a política – mesmo a política revolucionária – era a província de um pequeno grupo de pessoas cultas.

Secularização

Para os emancipadores, duas mudanças eram vistas como inevitáveis: um certo grau de secularização e a adoção do ensino sempre na língua nacional, que também deveria ser usada no dia-a-dia. Sempre que possível, esta deveria ser, também, uma língua culta reconhecida, ou pelo menos uma língua nacional escrita (basta pensar, por exemplo, no caso dos judeus húngaros, que adotaram com tanto entusiasmo a cultura magiar). Secularização, aqui, não significa a exigência de abandono da crença judaica – ainda que muitos emancipados tivessem muita pressa em se converterem, fosse por convicção, fosse por motivos pragmáticos. Porém, a partir deste ponto, a religião deixou de ser uma moldura onipresente da vida que abrangia em sua totalidade. Em vez disto, passou a ocupar apenas uma parte da existência, até mesmo daqueles em quem a fé era arraigada. A secularização permitiria, idealmente, um casamento ou uma relação entre parceiros judeus e não-judeus cultos, circunstância esta que desempenhou um papel importante na cultura e também na política – especialmente a de esquerda. A interdependência entre a emancipação das mulheres e a emancipação judaica, aliás, é um tema importante.

Restrições nas escolas

A obrigatoriedade do ensino fundamental, sempre na língua nacional, somente se generalizou, na Europa, nas últimas três décadas do século 19. Ainda que na Alemanha de meados do século 19 já quase não existissem mais analfabetos, a partir de 1811 tornou-se praticamente



No Central Park nova-iorquino, em 1991, o rabino, estudioso e acadêmico Dr. Solomon Gaon: presença judaica na metrópole norte-americana é parte da paisagem e contribuiu para a cultura estadunidense com novos pontos de vista sobre todas as artes e formas do conhecimento

impossível para um menino judeu manter-se afastado do sistema de educação pública. Ao mesmo tempo, na Europa do Leste, a obrigatoriedade de fato que tinham os meninos judeus de aprender a língua hebraica numa instituição religiosa rapidamente perdia força. A leste dos territórios poloneses ocupados pela Rússia e pela Polônia o *cheder* já não mais concorria com as instituições seculares.

Falar, ler e escrever a mesma língua dos não-judeus cultos tornara-se condição essencial para a participação na civilização moderna, mas também o caminho mais direto para o término da segregação racial. Além disto, a paixão dos judeus emancipados pelas línguas e pelas culturas dos países em que viviam era freqüentemente mais intensa naqueles países em que os judeus pudessem considerar-se não como ingressantes numa cultura já existente, mas como fundadores de uma nova cultura. Os judeus emanciparam-se justamente na mesma época em que surgiam, em países como a Alemanha, a Hungria e a Polônia, as literaturas clássicas destas culturas. Onde se podia estar mais perto da vanguarda da literatura alemã do início do século 19 do que no salão de Rahel Varnhagen? Assim, Theodor Fontane escreveria, a respeito de Karl Emil Franzos, um apaixonado pelo iluminismo judaico: “É só no âmbito em que ele se movimenta que podemos encontrar um interesse verdadeiro pela literatura judaica”. Assim como Jabotinsky disse, os intelectuais judeus russos haveriam de apaixonar-se, duas ou três gerações mais tarde, de maneira muito semelhante ao que ocorreu na Alemanha, “de maneira louca e vergonhosa pela cultura russa”.

Foi só no Levante multilingüístico que a mudança de idioma teve importância menor, pois ali não existia uma cultura lingüística nacional. Graças à *Alliance Israélite Universelle*, os judeus que buscavam modernizar-se ali recebiam sua educação em francês, ao mesmo tempo em que continuavam a conversar entre si em ladino (ou judeu-espanhol), em árabe ou em turco – mesmo quando não mais empregavam estas línguas em sua escrita.

O alemão como o mais importante idioma

Dentre as múltiplas línguas da emancipação, o alemão foi sempre o mais importante. E isto por dois motivos: em metade

da Europa – de Berlim até as fronteiras do Império Russo e da Escandinávia até o Mar Adriático e os Bálcãs – o caminho do atraso para o progresso, do provincianismo para o mundo, era pavimentado pelas letras germânicas. Nós tendemos a nos esquecer deste fato. O alemão era o portal da modernidade. O conto *Schiller em Barnow*, que Karl Emil Franzos escreveu por ocasião do centésimo aniversário de Schiller, ilustra este fato claramente. Para a maior parte do público leitor de alemão no século 19, Schiller era a voz clássica da liberdade moral e política. Nesta história, um magro e mal impresso volume de poesias de Schiller torna-se o instrumento por meio do qual um monge dominicano leva um jovem professor de escola ucraniano e um menino judeu pobre, de um *shtetl* numa região que o autor pejorativamente denomina de “semi-Ásia”, a encontrarem a liberdade que a educação do século 19 e a cultura moderna tinham a oferecer. A narrativa culmina com uma leitura da *Ode à Alegria*. No mais obscuro Oriente, Schiller era traduzido até mesmo para o hebraico. A força emancipatória da língua alemã torna-se compreensível se pensarmos, por exemplo, que os conselheiros municipais de Brody, a cidade da Galícia com maior porcentagem de população judaica (76% de seus moradores eram judeus), fizeram questão de introduzir o alemão como língua oficial em suas escolas. No ano de 1880 eles apresentaram, com sucesso, seu pedido à corte imperial de Viena, argumentando, de maneira pouco verossímil, que o alemão era a língua corrente na Galícia.

Evidentemente, o alemão não era a língua corrente na Galícia. Quase todos os judeus do Leste da Europa falavam ídiche, um dialeto do alemão, e relíquia de uma antiga e então inexistente ligação entre os judeus e a sociedade mais ampla, mas que acabou por tornar-se o símbolo da separação lingüística. O mesmo ocorreria, aliás, com o espanhol dos sefarditas, a partir de 1492. Deveríamos supor que o ídiche tenha coexistido, como meio de comunicação oral, com as línguas escritas nacionais. Isto foi o que aconteceu com outros dialetos do alemão, como acontece, até hoje, por exemplo, com o suíço-alemão. Porém, no caso do ídiche a

situação era outra: para estas comunidades avessas ao progresso, o ídiche criou uma barreira lingüística e ideológica entre elas e a modernidade, barreira esta que precisava ser superada.

Ao falarem alemão ou polonês, ao vestirem-se com paletós como os alemães, os pioneiros da emancipação em Varsóvia distinguiam-se dos demais. Quando os filhos de imigrantes de língua ídiche entravam nas escolas alemãs, a gramática que tinham herdado da língua de seus pais os levava a tropeçarem, pois diferia da do alemão escrito. Como recém-chegada ao *establishment* não-judaico, a maior parte dos judeus prósperos tendia a esconder os sinais visíveis ou audíveis de sua origem.

Assim, o abismo entre os judeus do leste, não assimilados e falantes de ídiche, e os judeus do oeste, assimilados, tornou-se intransponível, e assim ficou, até que ambos perecessem, juntos, no Holocausto.

A primeira distinção oficial entre judeus do leste e do oeste surge na década de 1870, na Bucovina, então uma província austro-húngara, na forma de crítica à orgulhosa e bem-sucedida classe média judaica germanizada que ali vivia. Contrapondo-se a esta classe, os nacionalistas judeus desta região adotaram o ídiche. Para os judeus emancipados da Europa Central, os judeus do leste, ou *Ostjuden*, representavam tudo aquilo que eles não eram e não queriam ser: pessoas tão ostensivamente diferentes que pareciam pertencer a outra espécie. Lembro-me de que, quando eu era menino em Viena, ouvi o que os adultos diziam e então perguntei a uma parente mais velha: “Finalmente, que nomes têm estes *Ostjuden*?” Minha pergunta provocou certo constrangimento, pois nossa família, os Grün e os Koritschoner, emigrara diretamente da Polônia austríaca para Viena. Assim como uma série de grandes personalidades do judaísmo alemão, como Rudolf Mosse, Heinrich Graetz, Emmanuel Lasker e Arthur Ruppin, que eram originários da Polônia prussiana.

Migrações de massas

A emigração em massa dos judeus do Leste da Europa, no final do século 19, teve um papel fundamental na influência



David Cohen Paraira, *parnass* da Sinagoga Portuguesa de Amsterdã, em foto de 1991: Holanda acolheu refugiados da Inquisição na Península Ibérica e seus descendentes tiveram papel de destaque nos empreendimentos ultramarinos dos Países Baixos nos séculos 17 e 18, incluindo-se, aí, o domínio holandês do Nordeste brasileiro à época de Maurício de Nassau

judaica sobre o mundo moderno. Se de um lado existe uma clara continuidade, de outro a influência judaica sobre o mundo não-judaico no século 20 se dá num nível bem diferente do que se observa no século 19. O século da burguesia liberal tornou-se o século judaico, conforme Yuri Slezkine em seu livro *The Jewish Century (O século judaico)*. A comunidade judaica norte-americana tornou-se, de longe, a maior de toda a Diáspora. Ao contrário do que ocorreria com os outros grupos judaicos em países desenvolvidos, ela se constituiu, em sua avassaladora maioria, de judeus pobres oriundos do Leste da Europa, que eram numerosos demais para se ajustarem aos padrões até então determinados pelos judeus alemães assimilados. Além disto, no âmbito cultural, esta comunidade permaneceu marginalizada, excetuando-se, talvez, o campo da jurisprudência. Na Polônia e na Rússia, os judeus viveram um despertar político massivo antes da Revolução de 1917, que exerceu um efeito modernizador sobre a emancipação judaica em seu conjunto, e até mesmo foi responsável pela criação da vertente sionista desta emancipação.

A medida da presença judaica no universo da cultura norte-americana na segunda metade do século 20 era inimaginável antes da 1ª Guerra Mundial e mesmo antes da 2ª Guerra Mundial. Isto vale, também, para o numeroso público leitor judaico, ciente de sua identidade, e que influenciou, de maneira significativa, o mercado editorial.

A contribuição dos judeus emancipados às sociedades nas quais viviam foi, desde o início, desproporcionalmente grande. Do ponto de vista cultural, tratava-se de uma contribuição não-específica: estes judeus emancipados queriam, simplesmente, ser italianos, alemães ou ingleses, como todos os outros. E estas sociedades, em seu período liberal – independentemente dos sentimentos anti-semitas, bastante difundidos – deram as boas-vindas a uma minoria, próspera e culta, que fortaleceu os seus valores políticos, culturais e nacionais. Basta pensarmos no *show-business* antes da 2ª Guerra Mundial, um universo efetivamente dominado pelos judeus: as operetas e os musicais na Europa e nos

Estados Unidos, o teatro e mais tarde o cinema e a música popular, dos dois lados do Atlântico. No século 19, Jacques Offenbach era francês e Strauss era austríaco. Também no século 20, Irving Berlin era considerado americano e a Hollywood dominada por judeus de sua fase áurea não produziu nada que Zukor, Loew e Mayer não considerassem 100 por cento adequado ao sistema de valores da América branca. E entre os astros da época não se encontra nenhum cujo nome soe estrangeiro aos Estados Unidos.

Na vida pública italiana, a população judaica representava cerca de 0,1% do total da população, mas exerceu um papel mais significativo do que em qualquer outro país: havia 17 judeus no senado, havia ministros e até generais judeus. Mas era tão difícil distingui-los dos outros italianos que só depois da 2ª Guerra Mundial os historiadores começaram a dar atenção a este fato.

Na esfera da alta cultura não era diferente. Compositores judeus produziram música alemã e francesa enquanto músicos e virtuosos judeus da Europa do Leste conquistavam as salas de concerto como primeiro sinal de sua emancipação. Os grandes violinistas e pianistas judeus emprestaram brilho e solidez a este repertório. Na época do modernismo, a influência judaica tornou-se cada vez mais autônoma e visível na literatura e nas artes plásticas. É possível que as inovações do modernismo nestas áreas fossem especialmente simpáticas a um grupo que não estava seguro de seu lugar no mundo. Por outro lado, deve-se pensar que a crise social do século 19 também levou a sociedade cristã a um estado parecido com o dos judeus, inseguros acerca de seu lugar no mundo.

Mas foi no século 20 que triunfaram as idéias do pai judeu da psicanálise. Um judeu é o personagem central do *Ulisses*; temas judaicos ocupam lugar de destaque na obra de Thomas Mann, Kafka exerceu enorme influência póstuma sobre o século 20. Tocados pelo significado americano – e talvez global – de *A morte de um caixeiro viajante*, de Arthur Miller, quase não nos apercebemos de quanto a experiência deste personagem tem de inconfundivelmente judaico. Aliás, quem apontou para esta contradição foi o dramaturgo David Mamet.

Novos campos profissionais para os judeus

No universo das artes plásticas do século 19, o número de artistas destacados que eram judeus (Max Liebermann, Camille Pissarro) parece minúsculo em comparação com a Diáspora cosmopolita do século 20, na qual os grandes artistas judeus estão representados de maneira muito mais numerosa e proeminente. Cerca de 20 por cento dos artistas que faziam parte da grande exposição Berlim-Moscou 1900-1950, por exemplo, são de origem judaica (Modigliani, Pascin, Marcoussis, Chagall, Soutine, Epstein, Lipchitz, Lissitzky, Zadkine). Alguns deles eram reconhecidamente judeus em sua temática – como Chagall. Num passado recente, a cultura americanizada dos meios de comunicação de massa levou termos do ídiche para a língua dos jornalistas ingleses. Hoje, a maior parte do público leitor cristão de língua inglesa compreende, por exemplo, o significado do termo ídiche *chutzpá* (atevimento). Há 40 anos nenhum não-judeu empregaria este termo, se é que conhecesse o seu significado.

“Ciência judaica”

No que se refere às ciências, a contribuição judaica aumentou de maneira significativa a partir de 1914, e um sinal claro disto encontra-se nas listas de prêmios Nobel. Ao mesmo tempo, nuances nacionais ou culturais não exercem nenhum papel significativo nas ciências exatas ou biológicas, de maneira que a busca por uma “ciência judaica” fica restrita às teses dos radicais de direita. É evidente que, no âmbito das ciências humanas, as coisas são totalmente diferentes. Numa época de profundas mudanças na prática e na teoria, os judeus emancipados sentiram-se atraídos, desde o início, pela discussão acerca da natureza, da estrutura e das possíveis transformações das sociedades.

Elfride Jellinek, Nobel de Literatura, e a Catedral de Santo Estevam, em Viena, vistas em 2001: olhar implacável e sobretudo a desconfiança com relação às bases da sociedade austríaca do pós-guerra fizeram da escritora uma presença incômoda em sua cidade





©2003 Jan Cobb

Frédéric Brenner, nascido em Paris em 1959, é mestre em antropologia social pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. De Roma a Nova York, da Índia ao Yemen, do Marrocos à Etiópia, de Sarajevo a Jerusalém, ele passou 25

anos realizando uma crônica fotográfica da Diáspora judaica. O resultado encontra-se no livro *Diaspora: Homelands in Exile*, publicado pela Harper Collins. Brenner realizou exposições individuais no International Center of Photography de Nova York; nos Rencontres Internationales de la Photographie, em Arles; e no Musée de L'Elysée, Lausanne. Ganhador do Prêmio de Roma em 1992, ele também dirigiu um filme, *The Last Marranos*, que trata de uma comunidade de judeus secretos em Belmonte, Portugal, e publicou vários livros, dentre os quais *Jerusalem: instants d'éternité* (1984), *Israel* (1988), *Marranes* (1992), *Jews/America/Representation* (1996), e *Exile at Home* (1998).

Neste sentido, os seguidores de Saint Simon e de Marx foram os pioneiros. A isto se acrescenta a inclinação judaica a apoiar movimentos que buscavam transformações revolucionárias numa esfera global. Isto se torna evidente nos movimentos comunistas e socialistas inspirados pelas idéias de Marx. Efetivamente, pode-se sustentar a tese de que os judeus do Ocidente, durante a primeira parte do século 19, puderam emancipar-se graças a uma ideologia que, de início, nada tinha a ver com eles, enquanto os judeus da Europa Oriental o fizeram graças a uma ideologia universalista e revolucionária que estava intimamente ligada a eles. Isto vale até mesmo para o sionismo original, profundamente marcado pelo pensamento marxista, e que foi fundamental para a criação do Estado de Israel.

Correspondendo a este desenvolvimento, os judeus do início do século 20 de certas regiões da Europa destacaram-se em disciplinas como a sociologia e sobretudo a psicanálise. O mesmo vale para o clube internacional dos violinistas virtuosos. Nestas e em outras disciplinas

em que os judeus contribuíram de maneira significativa, este destaque não pode ser atribuído a quaisquer circunstâncias que as tornassem particularmente atraentes para os judeus. Antes, deve-se pensar na ausência de estruturas rígidas, uma condição indispensável para as inovações. Em seu livro *The Hitler Emigres (Os emigrantes de Hitler)*, de 2002, Daniel Snowman aponta para o fato de que os exilados da Europa Central na Grã-Bretanha contribuíram de maneira bem mais significativa nas áreas novas e de caráter mais interdisciplinar – como a história, a história da arte, a psicologia, a sociologia, a criminologia, a física nuclear e a bioquímica – e nas profissões em rápido desenvolvimento, como o filme, a fotografia, a arquitetura, o rádio e a televisão, do que nas áreas já bem estabelecidas. Einstein não se tornou o rosto mais conhecido das ciências do século 20 porque era judeu, mas porque encarnou, mais do que qualquer outro, uma ciência que, ao longo de um século de constantes rupturas, passou por uma grande revolução.

Poder-se-ia perguntar por que em certos países a contribuição judaica à cultura e às ciências no Ocidente foi tão mais significativa do que em outros. Tomemos os prêmios Nobel nas ciências sérias. Dos 74 prêmios obtidos por ingleses, 11 foram obtidos por judeus, mas só um deles nasceu na Grã-Bretanha. Dos 11 prêmios obtidos por russos desde 1917, seis ou sete foram conquistados por judeus. Deve-se supor que todos eles tenham nascido lá. Antes de 2004, nenhum pesquisador israelense conquistou nenhum prêmio Nobel em ciências, ainda que este país ocupe o primeiro lugar no índice de pesquisas científicas *per capita*. Este quadro mudou em 2004 – dos dois prêmios, um foi para um pesquisador nascido em Israel e o outro para um colega que emigrara da Hungria. Em comparação a estes números, é surpreendente o fato de que membros da pequena comunidade judaica sul-africana, de origem lituana, e que conta com cerca de 150.000 pessoas, tenham conquistado dois ou três prêmios Nobel desde a independência de Israel, ainda que sempre em outros continentes. Como poderíamos explicar este fenômeno?

Só nos resta, aqui, especular. Nas ciências, a explicação certamente se encontra no

fato de que nas diversas áreas de pesquisa houve um enorme crescimento numérico. Antes de 1913 havia, na Prússia, menos de 2.000 professores universitários. Na Alemanha como um todo eles eram pouco mais de 4.200. Com exceção de David Ricardo, a surpreendente ausência de judeus entre os economistas importantes de antes da 2ª Guerra Mundial provavelmente pode ser explicada pelo diminuto número de postos acadêmicos nesta área. Ao contrário, os judeus receberam a maior parte dos prêmios Nobel de química antes de 1918 e isto certamente está associado ao fato de que foi nesta área que os especialistas com formação acadêmica primeiramente encontraram empregos em número considerável. Só as três maiores indústrias químicas alemãs criaram cerca de 1.000 empregos deste tipo. Entre os meus setes tios paternos, só um único conseguiu fazer, antes de 1914, uma carreira para a qual era necessário um diploma universitário. Ele era químico.

Abertura das universidades

Talvez estes sejam critérios superficiais, mas não deveríamos negligenciá-los. Não há dúvidas de que a enxurrada de prêmios Nobel obtidos por cientistas norte-americanos a partir de 1970 não teria acontecido sem a abertura das universidades americanas para os judeus a partir de 1948. Mais importante, no meu entender, é a segregação – seja ela do tipo pré-emancipação, seja do tipo nacionalista territorial ou genético. Isto poderia explicar a contribuição um tanto decepcionante de Israel para os prêmios Nobel ante a proporção de sua população judaica. É bem possível que os físicos se sintam estimulados ao viver em meio a não-judeus e ao se dirigirem a um público não-judeu, da mesma maneira que os cineastas. Neste sentido, parece ainda ser muito melhor ter nascido no Brooklin do que em Tel Aviv.

Israel e a Diáspora

Por outro lado, um certo grau de tensão nas relações entre judeus e não-judeus parece ter sido produtiva historicamente. Isto se aplica tanto à Alemanha e ao Império Habsburgo quanto aos Estados Unidos no pós-guerra, bem como à Rússia



O general David Abramovich Dragunsky e esposa em seu apartamento moscovita, em 1990: presidente judeu do Comitê Anti-Sionista da União Soviética de outrora encarnava como poucos o paradoxo diaspórico de ser, ao mesmo tempo, judeu e cidadão do país onde se nasce e se vive

na primeira metade do século 20, à África do Sul e à Argentina. O apoio significativo que os judeus manifestaram a outros grupos que sofriam sob a discriminação oficial – tanto nos Estados Unidos como na África do Sul – certamente é um sintoma deste mal-estar, ainda que isto não se manifeste em todas as comunidades judaicas. Até mesmo em países com a mais ampla tolerância – como a França da III República, o oeste da Áustria sob o Imperador Francisco José ou a Hungria da assimilação maciça – aqueles momentos em que os judeus estavam cientes dos limites da assimilação mostraram-se os mais estimulantes do talento judaico: o momento *fin-de-siècle* de Proust, que cresceu durante a década de Dreyfus, a era de Schönberg, Mahler, Freud, Schnitzler e Karl Kraus. É possível que os judeus estejam de tal modo integrados à Diáspora de maneira a não mais sentirem este estímulo? Este argumento foi apresentado para tratar da situação dos judeus britânicos do século 19 e eles efetivamente não

exerceram um papel significativo na liderança dos movimentos socialistas e social-revolucionários, e sequer estavam representados de maneira importante entre os idealizadores intelectuais destes grupos. Esta circunstância deveria ser comparada com a situação de seus contemporâneos a leste do Reno e ao norte dos Alpes. Porém, faltam-me conhecimentos para responder exaustivamente a esta pergunta. O que era verdadeiro até a época de Hitler e do Holocausto talvez não o seja mais.

O paradoxo da era pós-45 é que a maior tragédia da história judaica teve duas consequências fundamentais. De um lado, uma minoria considerável da comunidade judaica mundial fixou-se num Estado nacional – Israel, que uma vez foi o resultado da emancipação judaica e do desejo judaico, ingressou no mundo do restante da humanidade. Israel reduziu a Diáspora no mundo islâmico de maneira especialmente drástica. Por outro lado, começou em 1945 uma época na qual os judeus da maior parte do mundo

encontram uma aceitação quase irrestrita, em que o anti-semitismo e a discriminação que conheci em minha juventude praticamente desapareceram. Ao mesmo tempo, os judeus vêm realizando conquistas culturais e intelectuais nunca vistas. Não há um antecedente histórico para este triunfo do iluminismo na Diáspora depois do Holocausto. Ao mesmo tempo existem aqueles que desejam manter-se isolados deste momento, na antiga segregação da ultra-ortodoxia religiosa e na nova segregação de um Estado étnico-genético separado. Seu sucesso não seria vantajoso para os judeus. Nem para o resto do mundo. ■

Eric Hobsbawm nasceu em 1917 em Alexandria e cresceu em Viena. Foi professor de História em universidades americanas e inglesas e é um dos mais conhecidos historiadores de nosso tempo. Seu livro mais recente é *Interesting Times: A 20th Century Life*. É presidente do Birkbeck College de Londres.
© The London Review of Books

Mensagens para um futuro mais tolerante

Reprodução



Judeus a caminho do Gueto de Varsóvia, cena do documentário: história do genocídio é narrada por meio de depoimentos de sobreviventes

Documentário do Projeto Lembrar, do Centro da Cultura Judaica, reúne depoimentos de sobreviventes do Genocídio e destina-se a promover a educação e o respeito humano

A Shoah Foundation, (hoje University of Southern California Shoah Foundation Institute for Visual History and Education) foi criada pelo cineasta Steven Spielberg para perpetuar as memórias dos sobreviventes do genocídio nazista. Este grande projeto internacional, realizado na década de 90, reuniu cerca de 52.000 depoimentos em 57 países do mundo, que foram filmados e hoje estão à disposição dos pesquisadores e interessados nos arquivos do instituto, em Los Angeles.

No Brasil foram recolhidos 570 depoimentos para a Shoah Foundation – sempre seguindo uma regra estrita: só os sobreviventes discursam, diante de uma câmara, e vão narrando suas memórias do horror, segundo um roteiro pré-estabelecido, mas sem qualquer tipo de interferência ou questionamento do entrevistador. Este fluir da memória, de certa forma semelhante ao que ocorre num processo psicanalítico, é capturado pela câmara e entregue, sem qualquer tipo de elaboração, ao espectador. As memórias, cruas, possuem a vividez que nenhum tratamento artístico poderia

conseguir: estão conservadas, por assim dizer, *in natura*, e os sinais que seu fluxo vai deixando nas feições dos depoentes são os mais efetivos e verdadeiros instrumentos retóricos que se poderia conceber.

A partir do ponto de vista de suas vítimas, aos poucos vão se desenhando os contornos da maior de todas as catástrofes da história judaica – e todos estes pontos de vista estão agora reunidos e conservados, nos Estados Unidos, como testemunhos para as gerações futuras, com a esperança de que histórias semelhantes jamais voltem a ocorrer, em nenhuma parte do mundo.

No Brasil, a equipe responsável pela coleta dos depoimentos para a Shoah Foundation foi coordenada por Anita Pinkuss. O trabalho, que começou em 1996 e foi concluído em 1998, registrou 570 depoimentos, a maior parte deles em português, de sobreviventes originários de diversos países da Europa.

A experiência do contato com os sobreviventes foi marcante para Anita, que decidiu, então, dar continuidade a este projeto no Brasil. Depois de

terminado o trabalho para a Shoah Foundation, ela voltou a reunir os entrevistadores que dele haviam participado num novo trabalho, denominado Projeto Lembrar, que foi inserido no projeto cultural do Centro da Cultura Judaica. O objetivo do Projeto Lembrar é a divulgação do Holocausto, a fim de propiciar a consciência da necessidade imperiosa do respeito às minorias, a reflexão sobre a responsabilidade de cada um na construção de um mundo mais tolerante e justo, e a superação do preconceito, do ódio racial e da intolerância.

A primeira etapa do projeto foi recentemente concluída com o lançamento de um documentário, intitulado *Mensagens para um futuro mais tolerante*, de autoria conjunta de Anita Pinkuss e Paulo Baroukh. Este documentário foi lançado em 26 de abril último no Centro da Cultura Judaica.

Com 40 minutos de duração, o vídeo traz depoimentos de sete pessoas, selecionados entre os depoimentos anteriormente registrados para a Shoah Foundation, que narram, do ponto de vista de suas vítimas, as diversas etapas de um

Fotos: divulgação



Anita Pinkuss e Ilona Strimber no lançamento do filme do *Projeto Lembrar*

processo de discriminação que começou com a subida de Hitler ao poder na Alemanha e culminou com a implementação da chamada “solução final”. Os depoimentos são intercalados por imagens históricas e pela narração da jornalista Mona Dorf, baseada em texto de Samuel Feldberg.

De maneira resumida, a história da perseguição aos judeus da Europa, entre 1933 e 1945, vai se materializando na tela – desde os primeiros sinais da política anti-semita implementada por Hitler na Alemanha até relatos referentes à cremação de cadáveres saídos das câmaras de gás em Auschwitz-Birkenau, passando por memórias do confinamento nos guetos, dos transportes desumanos em vagões de carga apinhados, de famílias esfaceladas e, finalmente, da libertação dos prisioneiros por parte dos soldados aliados, bem como o início de uma nova vida no pós-guerra.

A continuidade do projeto Lembrar prevê a preparação de material didático destinado a apoiar o ensino deste episódio histórico, a capacitação de professores da rede de ensino no Centro da Cultura Judaica e a distribuição de cópias do DVD, juntamente com material de apoio impresso, que serão oferecidos gratuitamente a instituições de ensino interessadas.

Para implementar as fases subsequentes de seu trabalho, o Projeto Lembrar necessita de novos parceiros e patrocinadores. Se você deseja participar, entre em contato com Anita Pinkuss (pinkuss@br2001.com.br) ou Celso Garbarz (cgarbarz@culturajudaica.org.br).

Virada Cultural no Centro da Cultura Judaica

O Centro da Cultura Judaica participou da segunda edição da **Virada Cultural**, em maio. Adultos e crianças puderam se divertir e participar de uma variada programação com oficinas e apresentações de dança, leitura dramática performática, cabaré com show de variedades, atrações musicais, contação de histórias e almoço com delícias judaicas.

Entre as atrações, destaque para o **Show da Coexistência** com **Carlinhos Antunes e Orquestra Mundana**, e participações especiais do músico francês **Pascal Lefèvre**, da cantora africana **Fanta Konaté** e do percussionista **Luiz Kinugawa**. Muito aplaudido pelo público, o espetáculo trouxe uma fusão entre sonoridades da cultura brasileira e de outras culturas, como a africana e a árabe e, certamente, a judaica.

Outra atividade que também contou com lotação esgotada foi a **Maratona de**

Danças Israelenses. O público varou a madrugada dançando com professores do Centro da Cultura Judaica, CIP - Congregação Israelita Paulista, Clube Piratininga e outros convidados. Já na manhã de domingo, a garotada encheu o Auditório para se divertir com o **Sipurim**, atividade de contação de histórias para crianças.

“Participar desse evento de imensa importância do meio cultural de São Paulo foi uma grande oportunidade de mostrar a nossa cultura entre outras”, afirmou Raul Meyer, vice-presidente do Centro da Cultura Judaica. Segundo ele, a excelente infra-estrutura de segurança do Centro da Cultura Judaica também foi um diferencial oferecido pela instituição, que garantiu ao público tranquilidade durante toda a Virada. “O evento ocorreu em paz e conferiu novo ânimo aos cidadãos paulistanos”.

Show da cantora israelense Victoria Hanna, com o conjunto Barbatuques



Mãos à obra!

Oficina de Arte Contemporânea, Oficina de Golem e Curso de Linguagem Musical, atividades do Departamento de Arte-Educação reuniram, neste primeiro semestre, professores, alunos, pais e filhos

OFICINA DE ARTE CONTEMPORÂNEA

Dando continuidade ao projeto Ensinar e Aprender Arte Contemporânea iniciado em 2005, que visa difundir e aproximar alunos e professores da arte contemporânea, na segunda etapa do projeto realizamos uma oficina prática sobre os conteúdos do livro *Ensinar e Aprender Arte Contemporânea* – vol. 1, editado e distribuído pelo Centro da Cultura Judaica.

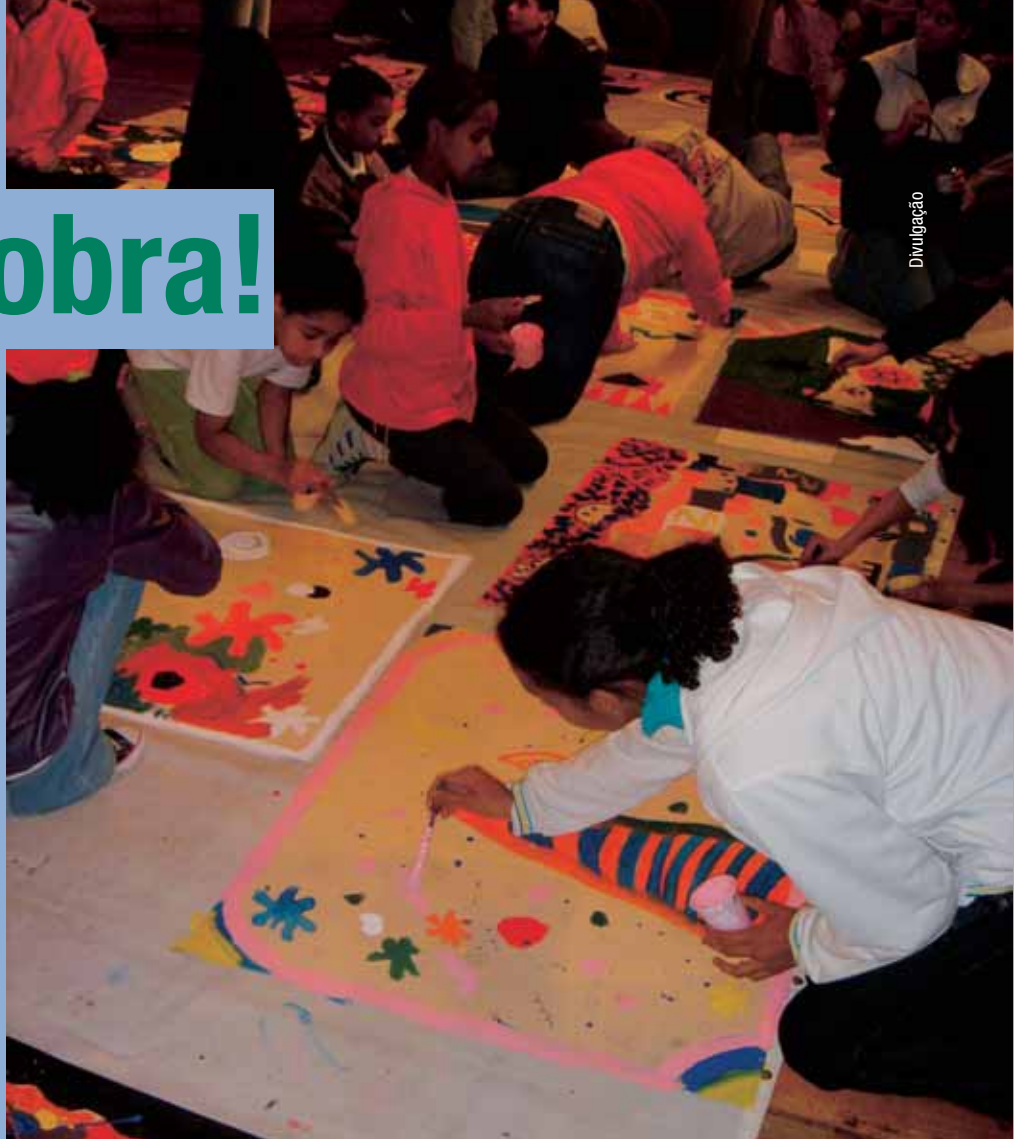
As oficinas pretenderam ampliar e pôr em prática os conteúdos abordados no material de forma que o professor, juntamente com seus alunos, vivenciassem as idéias sugeridas no livro, destacando assim, a diversidade e o potencial pedagógico da publicação.

Mais de 800 pessoas participaram da oficina e foram acompanhadas pela arte-educadora Márcia de Moraes que forneceu informações e o suporte necessário com o objetivo de incentivar professores e alunos a fazerem uso das aprendizagens no espaço escolar.

OFICINA DE GOLEM

Durante oito sábados, cerca de 150 pessoas participaram da atividade integrante do Ciclo Golem planejada pelo Departamento Arte-Educação.

Após serem apresentados à tradicional lenda judaica sobre a criação do Golem e percorrerem a Galeria do Centro da Cultura Judaica, onde estava em cartaz a exposição República dos Fazedores de Golems, do artista Vlad Eugen Poenaru, os participantes se dirigiram a um ateliê montado



Oficina de criação de arte contemporânea, com Márcia Moraes

especialmente para a realização da oficina de argila, coordenada pela arte-educadora Maria Pinheiro.

Nesta oficina, pais e filhos puderam botar a mão na massa para criar seu próprio Golem de argila. O resultado foi muita diversão e uma nova “República de Fazedores de Golems”.

CURSO DE LINGUAGEM MUSICAL

Em parceria, pelo segundo ano, com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, o curso foi orientado a sessenta professores da Rede Pública de Ensino.

Ministrado pela Professora Elisabeth Bueno de Camargo, que trabalha há mais de doze anos na área da arte-educação, atuando como professora e assessora pedagógica de educação musical para diversas faixas etárias, o curso abordou as questões educativas, comunicativas, sociais e culturais presentes na linguagem e arte musical.

De acordo com Elisabeth, “perceber, manipular e sensibilizar a partir das sonoridades presentes na cultura judaica é ampliar o conhecimento cultural, é favorecer o conhecimento relacional e experimentar artisticamente a aceitação, o respeito, o sentido de apropriação e pertencimento. A música, enquanto linguagem universal e própria do ser humano, é geradora de cumplicidade e de aceitação do outro, é algo a ser manipulado e vivido através da expressão e criação pessoal e/ou coletiva”.

O curso ofereceu ferramentas para que o participante estivesse apto a perceber os elementos constitutivos da linguagem musical: timbre, desenho melódico, desenho rítmico, andamento, condução harmônica, escalas, forma, estrutura e dinâmica. A análise e a percepção desses elementos deram subsídios para a manipulação musical, ou seja, improvisações, composições, criações e arranjos.

Piotr Miodobrzewicz / Polónia



André de Castro e Sérgio Izzzi / Brasil



Arte em nome da Paz

O projeto *Coexistence*, iniciativa do Museum on The Seam de Jerusalém, chega a São Paulo em agosto

O projeto *Coexistence*, que já passou por uma série de cidades europeias, africanas e norte-americanas, chega a São Paulo em agosto próximo, numa iniciativa do Centro da Cultura Judaica e do Museum on the Seam, um museu pioneiro criado no encontro entre os bairros cristão, muçulmano e judaico de Jerusalém, e que

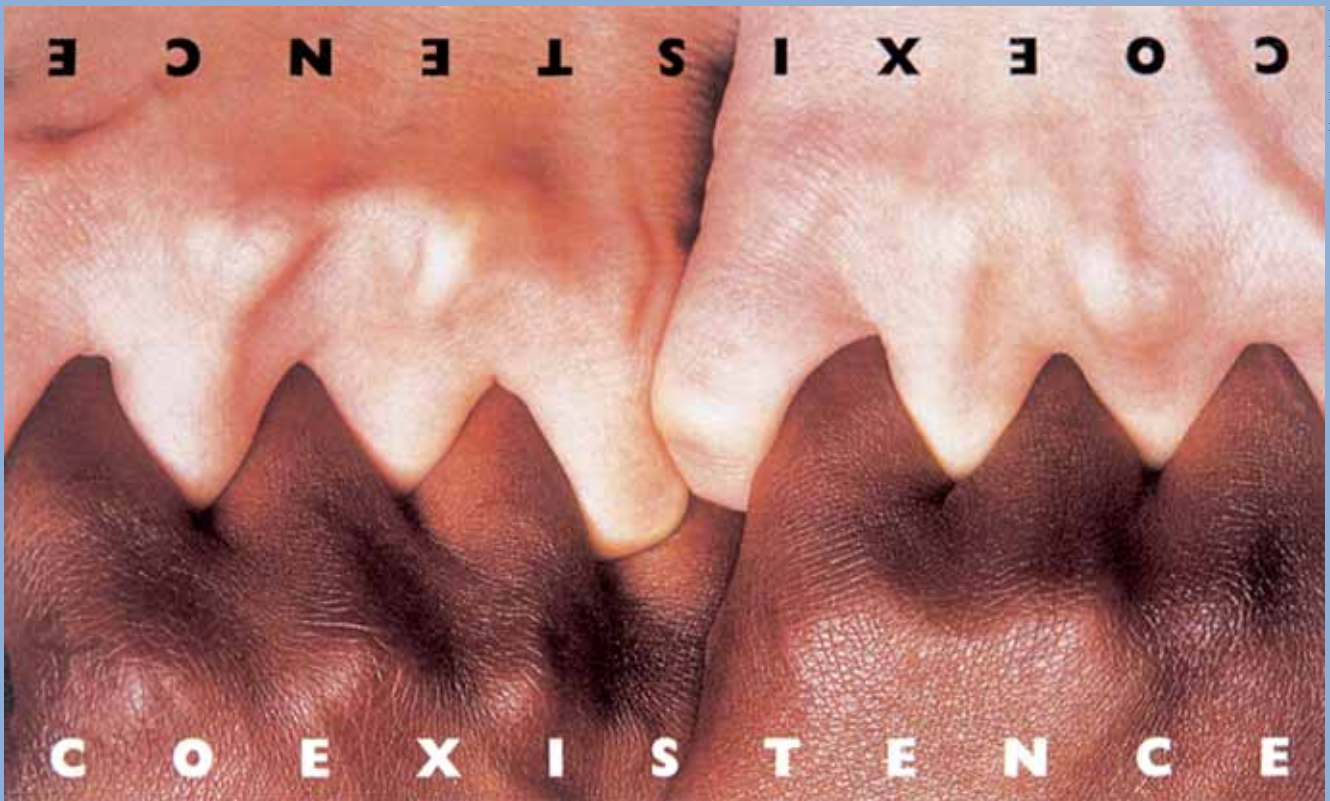
tem como objetivo promover em Israel a cultura da paz, da tolerância, e a coexistência.

Trata-se de uma mostra itinerante que traz 45 pôsteres em tamanho gigante, assinados por 42 artistas de 18 países como França, Japão, Alemanha, Brasil, Estados Unidos, China, Bulgária, Israel, Polônia, Bósnia e África do Sul. A coleção propõe-se a divulgar

pelo mundo a mensagem do Museum on the Seam – uma instituição pioneira em Israel e uma das primeiras instituições mundiais que tem como propósito sócio-político específico a criação de uma cultura de paz. Leia a seguir a entrevista que Raphi Etgar, curador da mostra *Coexistence* e diretor do Museum on the Seam, concedeu à Revista 18:



Uno Yasuyuki / Japão



Yossi Lemei / Israel

r8: De onde surgiu a ideia de criar o Museum on the Seam e a exposição Coexistence?

Raphael Etgar: A ideia de criar um museu como este em Israel veio de uma realidade que é bem conhecida, e da qual todos sabem. Porém, infelizmente, um museu como este não é necessário apenas em Israel, mas também em muitas outras partes do mundo. O fato de que a violência, a desigualdade e o desrespeito aos direitos humanos sejam problemas no mundo inteiro em nosso tempo exige uma busca por soluções. É claro que existem muitas maneiras de ensinar, educar e abrir os corações das pessoas – como a literatura, o cinema, o teatro. Nós escolhemos as artes plásticas para transmitir nossa mensagem ao público. No momento, está em cartaz no Museum on the Seam uma exposição denominada *Dead End* – um jogo de palavras com o significado literal e figurativo desta expressão em inglês, que significa uma rua sem saída, mas também um fim morto. O tema da exposição é a violência como forma de vida, e suas conseqüências. Nossa próxima exposição vai chamar-se *Equal and Less Equal*, “Iguais e menos iguais”, título que vem de uma frase de *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell, que tratará sobre as desigualdades em nossos locais de trabalho. A desigualdade é um tema altamente preocupante no mundo contemporâneo, e vamos expor trabalhos de artistas que se preocupam com o abuso de crianças e mulheres no trabalho, com prostituição, com a situação de imigrantes que são tratados de maneira desumana. Dentre os artistas já escolhidos estão Sebastião Salgado,



Jacqueline Bishop / EUA

que realizou uma longa série de fotos sobre trabalhadores, Peter Kugler e William Cantridge.

r8: A sociedade israelense é percebida pelo mundo como uma sociedade violenta e militarizada. Que tipo de receptividade um museu como este tem no país?

RE: Acredito que quando um museu está situado em meio a uma sociedade violenta, sua missão é controversa – especialmente porque não se trata de um templo das artes dedicado ao deleite de uma elite local, mas sim um museu que quer dirigir-se ao homem comum. Esta é nossa agenda: eu faço um grande esforço para trazer ao museu soldados, grupos de soldados, grupos de policiais, e isto demanda muito esforço. Trazer jovens também é muito importante para nós.

r8: E o sr. acredita que o museu tem sido bem-sucedido em sua missão?

RE: De um modo geral eu diria que sim, mas não seria pretensioso o suficiente para dizer que nós estamos realizando este trabalho sozinhos. É muito difícil afirmar isto, especialmente quando se está lidando com arte. A arte, em outras épocas, já serviu a propósitos propagandísticos e para realizar lavagens cerebrais na população por parte de regimes tirânicos. Porém, acredito que podemos contribuir ao menos parcialmente, pois a arte tem uma linguagem internacional e não conhece fronteiras sem limitações, e pode ser vista por todos os membros das sociedades. Acredito que este seja o valor da arte. Acho que há muitas instituições em Israel que se preocupam com a questão da paz e da violência e todas elas se dedicam com seriedade a seu trabalho. E nós também estamos tentando.

Exposição Coexistence é uma iniciativa do **Museum on the Seam**, Jerusalém

Visite o site do **Museum on the Seam**:
www.coexistence.art.museum



TEL (11) 3253 7052

Av. Paulista, 1471 - conj. 503
São Paulo - SP
CEP 01311-927

ASSESSORIA DE IMPRENSA • CONTEÚDO PARA PUBLICAÇÕES

"Simplicidade e Know How traduzido em excelentes resultados para a Exponor Brasil."
José Manuel Costa - Diretor da Exponor Brasil

"A CH2A é realmente comprometida com o cliente. É uma equipe que enxerga o que é preciso para fazer um bom trabalho."
Maria Paula Gonçalves da Silva - "Magic" Paula do basquete

"A equipe da CH2A foi fundamental para a realização de nosso projeto. Espírito de parceria e pró-atividade são os grandes diferenciais."
Leandro Lara - Diretor da Feira Brasil Cachaça

"Una agencia dinámica, preactiva y con un equipo de trabajo que va un paso más allá."
Sanchez Garcia Soledad - marketing Vinã Ventisquero Chile

Jorge Luis Borges e o judaísmo

Aos 20 anos da morte do maior poeta argentino, **Bella Jozef** relembra sua ligação de toda uma vida com as lendas, com a memória e com a história do povo de Israel

Os mitos de Israel nos tocam como uma música, como se fosse nossa íntima voz.

Em recente viagem a Salônica, na Grécia, vieram-me à memória os versos que lhe dedicou Jorge Luis Borges, ao lembrar a perseguição sofrida pelos judeus por parte da Inquisição e que para lá se dirigiram: “*Arrojados de España por impía/ persecución, conservan todavía/ la llave de una casa de Toledo*”. Ali nasceu o projeto deste artigo.

As conexões de Jorge Luis Borges com o judaísmo são numerosas e a presença de motivos judaicos em seus textos é conhecida. Não tão conhecidos são os seus vínculos pessoais com instituições da comunidade judaica de Buenos Aires. Durante a Guerra dos Seis Dias, tomou o partido de Israel e escreveu dois poemas a Israel, aonde foi, em 1969, como convidado: “Voltei com a convicção de haver estado na mais antiga e na mais jovem das nações”.

A única opinião política que Borges permitiu interferir em sua obra foi a defesa do Estado judeu, “quando o urgia a exaltação da Guerra dos Seis Dias”. Quando estalou essa guerra, Borges entrou na biblioteca da Sociedade Hebraica Argentina com um poema dedicado a Israel e solicitou “a hospitalidade” da revista da entidade, em que foram publicados os versos.

Dizia ser descendente de judeus sefarditas portugueses, por parte de mãe. No poema “Los Borges” refere-se à origem marrana, ligando-a ao mito

sebastianista, também alimentado pelo sentimento messiânico dos judeus lusitanos nos séculos 16 e 17.

Borges passou a adolescência em Genebra, para onde os pais se trasladaram durante a 1ª Guerra Mundial. Terminada esta, a família mudou-se para Madrid, onde travou amizade com Rafael Cansinos-Assens, de quem se considerava discípulo e que lhe aprofundou o interesse pela tradição judaica.

Ao regressar a Buenos Aires, o crescimento do nazismo leva-o a escrever, no *Mundo Israelita*, em 1932, um repúdio ao anti-semitismo. Em janeiro de 1934, o periódico católico de extrema direita *Crisol* interpela Borges por uma “ascendência judaica, maliciosamente oculta porém mal dissimulada”. O escritor responde, em abril do mesmo ano, nas páginas da revista *Megáfono*, com um artigo intitulado “Eu, Judeu”: “Fiz o melhor que pude para ser um judeu. Posso haver fracassado. Se pertencemos à civilização ocidental, então todos nós, apesar das múltiplas aventuras do sangue, somos gregos e judeus. Muitas vezes me penso judeu mas me pergunto se tenho o direito de fazê-lo”.

Seus artigos em *El Hogar* e seus contos e ensaios em *Sur* (entre os anos 1937 e 1946) denunciam o militarismo, o fascismo, a barbárie do nazismo, a queda de Paris e a morte nos campos de concentração. No primeiro desses artigos, datado de 1937, resume seu pensamento: “Se queremos evitar que o problema racial – e concretamente o anti-semitismo – adquira entre nós a mesma monstruosa significação que nos países totalitários, devemos expô-lo ao povo com toda clareza”.



Jorge Luis Borges: “Meu conhecimento do judaísmo começou na infância com a leitura da Bíblia por influência de minha avó paterna, Fanny Haslam Arnett, que sabia a Bíblia de cor; alguém citava uma sentença bíblica e ela dava imediatamente o capítulo e o versículo...”

Manifestou-se contra as ditaduras, dizendo que “fomentam a opressão, as ditaduras fomentam o servilismo, as ditaduras fomentam a crueldade: mais abominável é o fato de que fomentam a idiotice”. Em 1938, foi membro do Comitê Organizador do Primeiro Congresso contra o racismo e o anti-semitismo. Em 1978, publica no diário *El Universal*, de Caracas, as palavras que não deixaram de ser citadas: “Sempre lamentei não ser judeu”.

O conhecimento do judaísmo começa, desde a infância, com a leitura da Bíblia, “ponto de partida de tudo”, pela influência da avó paterna, Fanny Haslam Arnett, que “sabia a Bíblia de cor. Alguém citava uma sentença bíblica e ela dava imediatamente o capítulo e o versículo...”

Um motivo bíblico desenvolvido é a história de Caim e Abel em que muda a narrativa canônica. No poema “Gênesis, 4:8”, os dois irmãos são pólos de uma mesma unidade. A idéia aparece em sua glosa *Leyenda*, onde acrescenta que perdoar é esquecer e que a culpa só permanece enquanto dura a recordação. As figuras de Caim e Abel repetem-se em *Milonga de Dos Hermanos* e cabe lembrar o final de *Los Teólogos*, cujos principais personagens inimigos descobrem que “no paraíso formavam uma única pessoa”.

Podemos, assim, comprovar uma das obsessões borgianas: a confusão das identidades e a relatividade de todas as coisas, um panteísmo recorrente, cujo impulso partiu da identificação com Spinoza.

Chegou a pensar em escrever um longo ensaio sobre o filósofo mas deteve-o a suspeita de que “não poderia explicar aos outros o que eu mesmo não posso explicar-me”.

Fruto desse entusiasmo são os sonetos “Spinoza” e “Baruch Spinoza”, em que assinala sua condição de judeu obcecado em lavrar “Deus com geometria delicada”. Para o filósofo, toda realidade é uma substância que reside dentro do ser e que tem um número infinito de atributos e possibilidades. Nega a multiplicidade dos seres que se identificariam todos em Um e logo considera divino esse Um; todos os seres individuais seriam modos de existir do Ser único. Tudo é parte do Todo.

“Fiz o melhor que pude para ser um judeu. Posso haver fracassado. Se pertencemos à civilização ocidental, então todos nós, apesar das múltiplas aventuras do sangue, somos gregos e judeus. Muitas vezes me penso judeu mas me pergunto se tenho o direito de fazê-lo.”

Mas essas considerações não transformam Borges num filósofo. Acreditava-se um agnóstico e estimava as doutrinas em função de interesses estéticos: “As invenções da filosofia”, escreveu, “não são menos fantásticas que as da arte”.

Paralelamente, sentiu grande fascínio pela mística judaica. e orgulhava-se em ser “o primeiro e muito imperfeito tradutor da obra de Martin Buber”. Como ponto de partida de seu interesse indicou a leitura de *Der Golem*, de Gustav Meyrink e seu contato com Gershom Scholem, filósofo e professor de Cabala e de mística da Universidade Hebraica de Jerusalém, que o introduziu no estudo da Cabala (que em hebraico significa tradição), um dos motivos centrais de sua identificação com o judaísmo, por estimular a busca da verdade: “Em um livro sagrado são sagradas não só suas palavras

mas as letras com que foram escritas [...]. O curioso *modus operandi* dos cabalistas está baseado em uma premissa lógica: a idéia de que a Escritura é um texto absoluto, e em um texto absoluto nada pode ser obra do acaso”.

Borges chega ao mundo das coisas através das palavras, o que explica a atração que sente pela Cabala. Utiliza noções cabalistas e converteu determinadas metaforizações literárias em símbolos próprios. Em “Uma Vindicação da Cabala” afirma: “Não quero vindicar a doutrina mas os procedimentos hermenêuticos ou criptográficos que conduzem a ela”.



O filósofo Baruch Spinoza, para Borges alguém “obcecado em lavrar Deus com geometria delicada”

Como os cabalistas, consagrou sua obra à tarefa infinita de desvelar o segredo cósmico da Criação. No *Manual de zoologia fantástica* também estabelece como suas fontes o Talmude e o *Sanhedrin*.

Um dos temas caros a Borges como a representação do universo em um livro, “o livro”, provém da Cabala. O relato que mais proximidade tem com esse universo é “A biblioteca de Babel” e, como assinala Marcos Barnatan, “a busca de um livro que tem sentido entre os inumeráveis livros que compõem a biblioteca pode simbolizar a busca do nome, da fórmula que os cabalistas buscavam para acelerar a vinda dos tempos messiânicos”.

Em um dos poemas clássicos da lírica de Borges, “O Golem”, o motivo da criação está associado ao caráter simbólico da escrita: o homem que sonha e compreende que é por sua vez o sonho de outro. O Golem é um ser criado de modo artificial, em virtude de um ato mágico, por meio do uso de nomes sagrados. Vive graças à palavra do Deus que o nomeia e alenta com sua voz. Esse motivo, tal como aparece em textos medievais, originou-se de uma lenda talmúdica. Para Borges, representa duas obsessões: a chave para descobrir o segredo do universo e a idéia de criar outro homem por meio de intensa concentração mental. Baseia-se na premissa de que o nome de uma coisa é seu

arquétipo. Se alguém descobrisse o nome secreto de Deus, teria seus poderes e seria Deus.

As alusões à palavra ilimitada acompanharam a convicção de Borges de que esta estava fora do alcance dos homens, e criar uma página definitiva só seria permitido a Deus. O homem está contido pela debilidade de uma palavra condenada por ser insuficiente. A linguagem humana, por ser falível, seria incapaz de nomear o essencial: “O conceito de texto definitivo só corresponde à religião ou ao cansaço”. (*O livro dos prólogos*) Ou, como dirá em *O fazedor*: “Ninguém pode escrever um livro. Para / que um livro seja verdadeiramente / Se requer a aurora ou o poente / séculos, armas e o mar que une e separa”.

Em vários contos, desenvolve uma temática judaica e apresenta personagens judeus, como em *Emma Ziunz*, em que Aaron Loewenthal, ao morrer, “injuria em espanhol e em ídiche”. A característica de seus personagens judeus é sua pertença à intelectualidade. O protagonista de “O Milagre Secreto” mora na Zeltnergasse, onde vivia Kafka. Jaromir Hladock é tradutor do *Sepher Ietzira* e autor de um drama poético, *Os inimigos*.

Em “As Ruínas Circulares”, abre-se uma perspectiva enorme quando o leitor percebe que o místico foi criado pelo deus Fogo, enquanto no poema “O Golem”, reflexo da criatura humana, acaba por refletir seu criador por sua vez criação de seu Deus. “As Ruínas Circulares” e o poema “O Golem” sugerem que esses caracteres são criações do escritor, o verdadeiro deus de suas criaturas. Afinal, graças à linguagem, consegue dar vida, criar um universo, recuperando o real pela palavra.

Desde 1937, como vimos, escreve contra os nacionalismos e demonstra sua certeza de que o fascismo estava criando na cultura ocidental o retorno à barbárie. Os contos “O Milagre Secreto”, “A Morte e a Bússola” (de *Ficciones*) e “Deutsches Requiem” (de *El Aleph*) têm relação direta com a posição antinazista de Borges.

O início de “O Milagre Secreto” remete-nos às vésperas da invasão de Praga, na noite de quatorze de março de 1939. Jaromir Hladik é um ser humano em busca de um discurso adequado ao dilema da ameaça de extermínio. O crítico Daniel Balderston, que analisou as fontes históricas dos relatos de Borges, comenta que só neste conto, “Borges toma um acontecimento histórico recente cujas ramificações não podiam ser visíveis ainda”.

“A Morte e a Bússola” propõe uma elucidação racional-geométrica de Deus, baseada na filosofia de Spinoza. Tanto o assassino Scharlach quanto o jornalista Marcelo Yarmolinsky são judeus. O primeiro nos conta que “um irlandês tratou de



Buenos Aires na década de 20: terra de múltiplas diásporas, a cidade tem, como o judaísmo, a nostalgia como um dos traços fundamentais de seu caráter

converter-me à fé de Jesus. Repetia-me a sentença dos *Goyim* ‘todos os caminhos levam a Roma’. O detetive Lönnrot, conhecedor da Cabala e que preferiria “uma explicação puramente rabínica”, tenta penetrar no mistério de três assassinatos e descobre que os lugares em que os crimes foram cometidos formam o vértice de um triângulo. Deduz que o quarto crime corresponde à quarta letra do Nome de Deus e ocorrerá no quarto ponto. Mas com tal dedução perfeita, será Lönnrot o quarto assassinado.

A epígrafe de “Deutsches Requiem” remete a Jó: “Embora ele me tire a vida, nele confiarei” e indica um dos motivos do conto, ou seja, a necessidade de encontrar sentido para o sofrimento. Publicado poucos meses depois dos tribunais de Nürnberg, Borges cria um personagem nazista, tratando de penetrar na natureza do Holocausto. Impulsionado pela consciência de um condenado por crimes de guerra, indica a necessidade e a impossibilidade de representação da hecatombe. Constitui “a culminação das reflexões teóricas sobre o nazismo”, segundo o crítico Antonio Gómez.

O relato está narrado em primeira pessoa e o protagonista, Otto Detrich zur Linde, soldado defensor da causa nazista, é obrigado, por consequência de um ferimento, a afastar-se da guerra e nomeado sub-diretor de um campo de concentração. Linde, empenhado em anular sua individualidade, crê que exercer a tortura implica um ato de mais valor do que a participação corajosa em uma batalha. A chegada de David Jerusalém ao campo de concentração produz um grande

desafio. Linde identifica-se com sua vítima e converte a tortura em modo de ser condenado à morte. Embora admita ser fuzilado por um “torturador e assassino”, figura seu fim como um martírio necessário para limpar a humanidade da “tentação da compaixão” que sente pelo poeta judeu, a quem admira por seu talento literário. Várias notas de pé de página criam uma tensão entre a voz do narrador e a de um leitor crítico. Através do relato de sua ascendência, em que abundam as proezas militares, zur Linde pretende legitimar a selvageria nacional-socialista, mas o que lemos é a imagem degradada de um pseudo-herói.

Este conto faz parte do volume publicado em 1949 que tem como título o nome da primeira letra do alfabeto hebraico *El Aleph*, onde inclui mais questões teóricas que o apaixonam: a linguagem, isto é, “a incomunicabilidade das experiências compartilhadas (a inefabilidade da experiência mística ou de qualquer outra que ultrapasse os limites do humano) e a inabarcabilidade do infinito”.

No conto que dá título ao volume, Borges parafraseou a estrutura da *Divina Comédia* na cena do encontro entre Beatriz e Dante, no Purgatório. O protagonista Carlos Argentino Daneri é um Dante degradado numa Buenos Aires cômica. O narrador refere-se a uma Beatriz Viterbo, morta prematuramente, que ele vê numa visão induzida pelo *Aleph*. Parodia a perspectiva dantesca, descrevendo uma mulher corrupta. O detalhismo exagerado do poema criado pelo personagem Daneri contrapõe-se à síntese e à visão que o *Aleph* manifesta como símbolo do universo, do texto global e de sua estruturação. *O Aleph* seria a janela para olhar os livros decisivos da humanidade: a épica antiga, a teologia medieval e a biografia moderna, ou melhor, os Heróis, a Divindade e o Indivíduo. Representa uma visão da totalidade quando nos diz: “O Aleph é um dos pontos do espaço que contém todos os pontos (...), o lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do mundo, vistos de todos os ângulos”. Borges encerra numa pequena esfera, de dois ou três centímetros de diâmetro, toda a vastidão do universo, toda a sua caótica diversidade.

Os místicos judeus viram o *Aleph* como a raiz de todas as letras do alfabeto e, portanto, da fala humana. Segundo uma lenda hassídica, seria a única letra ouvida pelo povo judeu diretamente de Deus. É visão inefável que inclui todos os pontos do universo onde Dante proclama a insuficiência de sua linguagem poética para expressar a beleza de Beatriz e onde consegue a visão sublime do absoluto. Mas em Borges nada há de sobrenatural. Embora o *Aleph* não exista, o homem crê, muitas vezes, havê-lo descoberto. Nesse sentido é símbolo da escrita e do texto.

Nas palavras pronunciadas ante a tumba de Macedonio Fernández, Borges comparou-o a um tipo de mestre, citado nos historiadores da mística judaica, o *zadik* “cuja doutrina da Lei é menos importante que o fato de que ele mesmo é a Lei”. Em “Parábolas do Palácio” também aparece este motivo do verbo que encerra em si um mundo.

Até o fim de sua existência, Borges manteve uma relação intelectual e afetuosa com os judeus, com o judaísmo e com Israel. ■

Bella Jozef é professora emérita da UFRJ, pesquisadora do CNPq e vice-presidente do PEN Club do Brasil

Borges chega ao mundo das coisas através das palavras, o que explica a atração que sente pela Cabala. Utiliza noções cabalistas e converteu determinadas metaforizações literárias em símbolos próprios

UM OLHAR ORIENTAL SOBRE ADOLF HITLER

O mangá *Adolf*, de Osamu Tezuka, chega ao Brasil com sua ousada combinação entre o sutil e o grotesco, e aborda por prisma original um episódio crucial da história do século 20. Por **Marco Frenette**

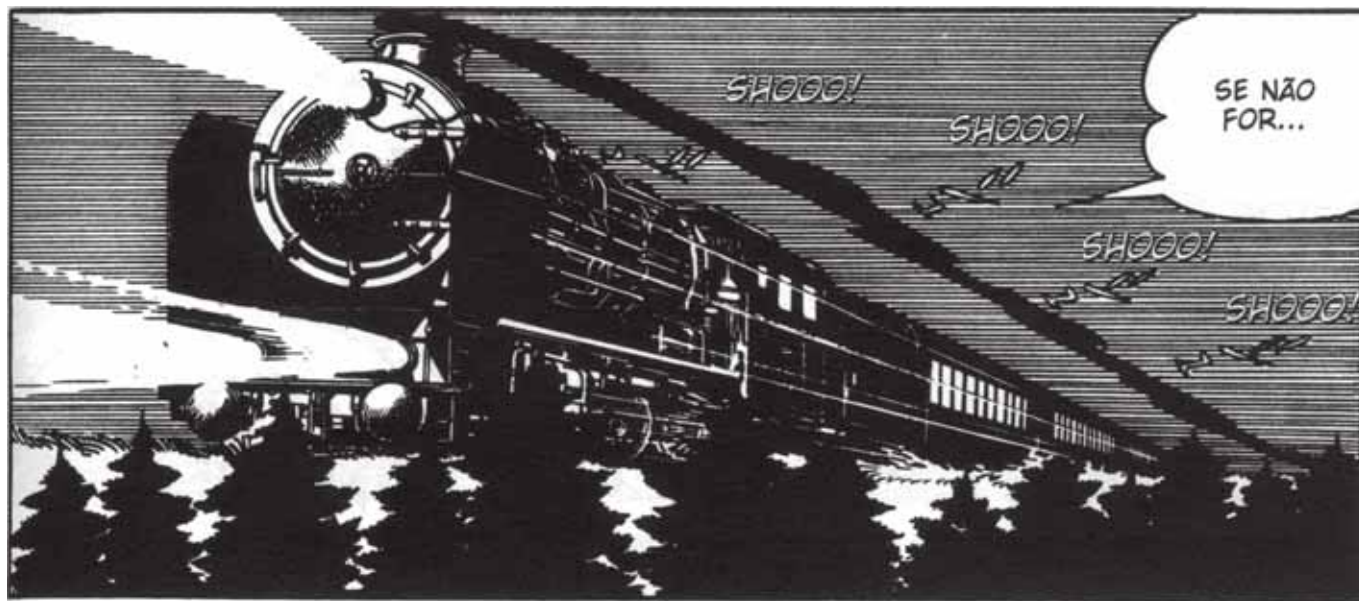
A figura de Hitler, segundo seu biógrafo Joachim Fest, se aproxima do arquétipo de tudo o que de obscuro e horripilante jamais existiu na face da terra – e o regime nazista, com seu horror maior, o Holocausto, foi a obra-prima desse ser demoníaco. A partir desse simbolismo e desses fatos, o artista japonês Osamu Tezuka também criou sua obra-mestra, o mangá *Adolf*. É a história de dois amigos; um é filho de um diplomata alemão em Kobe, e o outro é filho de um

casal de judeus também vivendo na cidade japonesa – e ambos se chamam Adolf. E há, naturalmente, o terceiro e mais importante homônimo, o qual lançará sua sombra sobre as vidas tumultuadas dos dois amigos.

A trama tem doses equilibradas de suspense e ação em torno da busca desesperada de cinco bustos de gesso com o rosto de Richard Wagner. Um deles esconde um documento capaz de ferir de morte o regime nazista, pois contém a

prova de que o Führer, antes de ser austríaco e líder do Terceiro Reich, tem sangue judeu correndo em suas veias. E como a tradição dos mangás – diferentemente da dos quadrinhos ocidentais – não prima pela leveza, a história se estende por cinco volumes. O primeiro foi lançado recentemente pela editora Conrad, e os outros aparecerão bimestralmente, com o último volume previsto para dezembro próximo.

Ozamu Tezuka (1928-1989) é considerado mundialmente, e com toda razão, o pai do mangá moderno. Sua revolução estética começou em 1946, quando publicou *A Nova Ilha do Tesouro*. Esse mangá já trazia inovações como gastar as primeiras oito páginas para descrever uma situação antes resolvida em dois ou três quadros. É a cena onde o protagonista desce do carro e se apressa para tomar um barco. Ali já estavam o recurso do close up



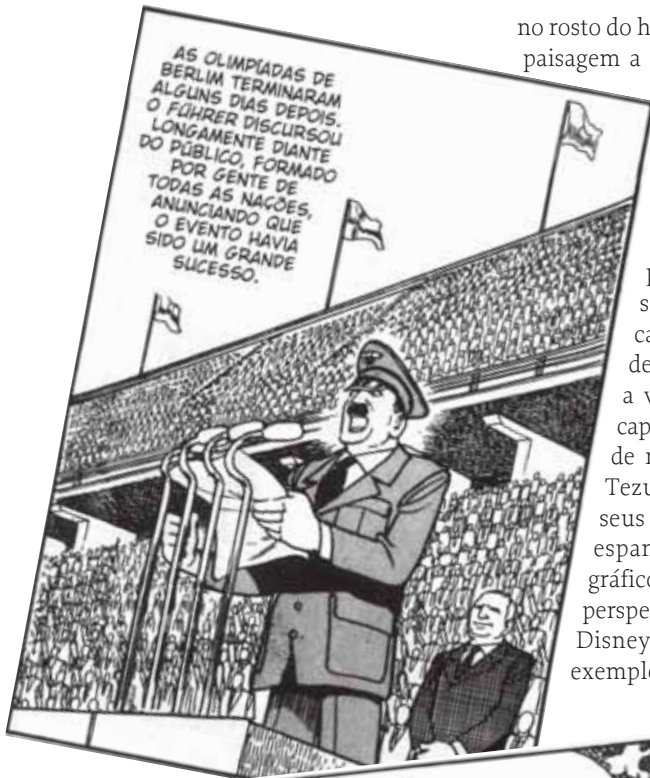
no rosto do herói e a ampla perspectiva da paisagem a partir do olhar do condutor do barco. Era o início do uso de técnicas cinematáticas. Em suas próximas obras, surgiriam mais claramente a aplicação genial de planos alternados e enquadramentos próprios do cinema, como se seus desenhos fossem sofisticados *story boards*. A narrativa de suas histórias também tem a ver com cinema, em que os capítulos iniciais são uma espécie de resumo do que está por vir. Tezuka também imprimiu aos seus desenhos uma velocidade espantosa a partir de efeitos gráficos como linhas conjuntas e perspectivas radicais. Fã de Walt Disney, os mangás de Tezuka, a exemplo dos famosos *A Princesa e o*

Cavaleiro e Astro Boy, trazem muitas características dos desenhos do criador norte-americano, tais como olhos, sobrancelhas, boca e nariz exagerados para aumentar a expressividade, o que terminou por virar marca registrada do gênero.

Todas essas características estão presentes, em maior ou menor grau, em *Adolf*. Produzido nos anos 80, este é um dos poucos mangás que Tezuka produziu no estilo “gekigá”, destinado a adultos e com temas e abordagens mais realistas; e, nesse sentido, Tezuka também foi um dos responsáveis pela consolidação da mentalidade japonesa, a qual, contrariamente à ocidental, tende a ver com mais naturalidade os quadrinhos como um produto destinado a todas as idades. Essa obra tem lances impactantes, como o da página totalmente negra, representando a inconsciência de um personagem após ser nocauteado com um golpe de cacete. Na página seguinte, o quadro negro se repete, mas agora com um fecho de luz a cortar o breu e iluminar uma cadeira com a vítima amarrada. Nesse caso específico, porém, não se sabe se foi ele a influenciar os quadrinhos ocidentais com esta técnica, ou o contrário.

O conjunto estético dessa obra é muito bem resolvido. Há nos quadros uma luminosidade que não é usual em obras em preto e branco, sendo algo mais identificável em pinturas clássicas e no cinema. Tezuka, porém, maneja com tal habilidade a perspectiva e a fusão ou espaçamento entre desenhos e vazios, que se tem a impressão de haver *spots* iluminando as cenas. Há um ou outro quadro que foge às linhas com tendências retas dos mangás, e parte para linhas curvas, acentuadas e distorcidas, se aproximando dos fortes efeitos visuais causados pela estética multidimensional do cinema expressionista alemão. Há uma cena na qual o vilão nazista, com capa preta e de costas, percorre uma rua à noite, que bem poderia ter saído de *O Gabinete do Dr. Caligari*, de Pabst.

E apesar de o estilo “gekigá” tratar de temas mais sérios, o humor está presente – um humor que oscila entre o *nonsense*, o popularesco e o sofisticado. Um bom exemplo é quando um jornalista japonês na Alemanha, num momento coletivo de saudação a Hitler, levanta o braço errado e



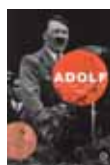
é alertado por sua companheira: “É ao contrário. Levante a outra mão”. Ao que ele retruca: “Só estou coçando debaixo do braço”. Noutro momento, ele chega a casa de um oficial nazista e se espanta com o tamanho da casa, “semelhante ao Capitólio”. Ao ser conduzido para a longínqua sala de estar, pergunta ao mordomo, numa determinada altura do corredor: “Tem certeza de que você não está me fazendo andar em círculos?”. E o mordomo responde, dúbia e fleumaticamente: “De jeito nenhum, senhor”. Mais adiante, ao deparar-se com um imenso quadro no corredor, retratando um artesão, pergunta: “Que quadro é este? Os ancestrais da família Schertz eram sapateiros, por acaso?” E o mordomo, novamente: “Está brincando, senhor? Esta é uma das cenas de *Os Mestres Cantores de Nuremberg*. E este é de *Tristão e Isolda*, e este de *Lohengrin*”. O visitante não parece entender direito, e ao encontrar o anfitrião, tenta ser simpático: “Puxa, o senhor tem uma família bem variada, não? O sr. Tristão, o sr. Lohengrin...” E a hora em que o jornalista ignorante tem engulhos ao ouvir uma gravação da ópera *Siegfried* conduzida pelo maestro Furtwängler (“Parece que abriu um buraco no meu cérebro e eu vou vomitar...”), é de uma grosseria e de uma hilaridade impagáveis.

No entanto, esses momentos não indicam um obra descuidada ou descolada dos fatos históricos que a inspiraram. Pelo contrário. Cada capítulo traz uma cronologia dos principais acontecimentos políticos e sociais no Japão e na Europa. Na cronologia referente ao ano de 1936, por exemplo, o leitor é informado que em 26 de janeiro ocorreu uma tentativa de golpe de Estado no Japão, com o assassinato de dois ministros e do superintendente de cultura; e de que em 27 de outubro foi criado o famigerado eixo Roma-Berlim. Com base em fatos históricos como estes, Tezuka vai tecendo suas tramas, e, ao tempo em que diverte e emociona, repassa aspectos importantes da história da 2ª Guerra e da condição humana: espionagem, racismo, traição, amor pela guerra, solidariedade, política internacional, resistência civil, propaganda, amizade, conflito de gerações, conflito de culturas, prazer em matar, prazer em viver.

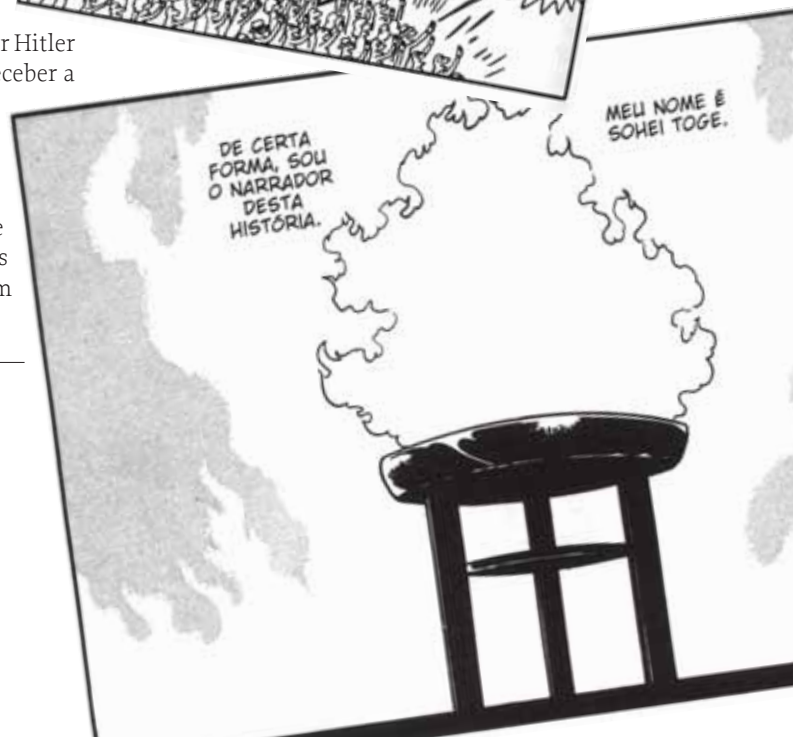
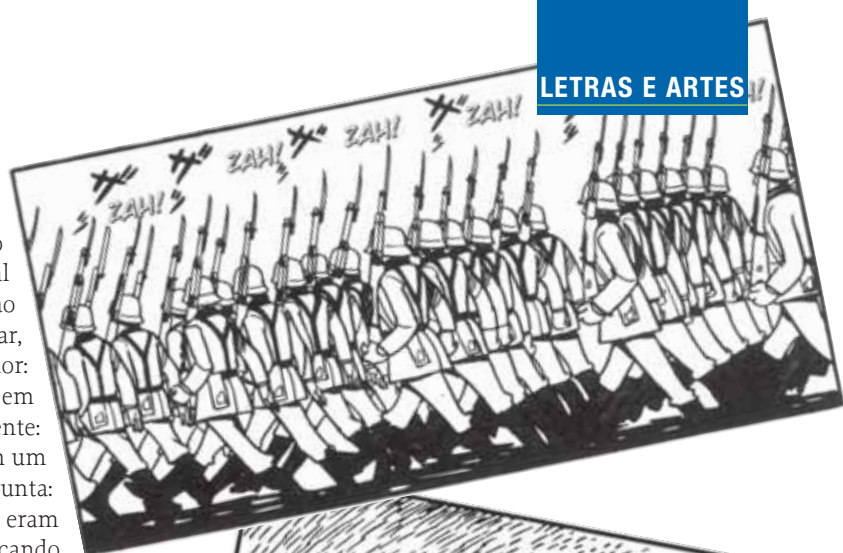
Nesse caleidoscópio, o que se destaca é vontade de Tezuka de educar. Esse forte desejo condutor leva a alguns pequenos excessos. Às vezes, o personagem se desloca da trama e fala direta e didaticamente com o leitor, a exemplo do momento em que um deles, ao ver Hitler discursar, diz: “É como um ator de teatro subindo ao palco para receber a ovação de seu público. (...) se observar bem, os gestos e o modo de falar de Hitler são todos exagerados e dramáticos”.

Pela amplitude temática e capacidade informativa, os cinco volumes de *Adolf* poderiam ser adotados, com muito proveito, por instituições de ensino. Esses mangás combateriam a sensaboria de muitas aulas de história e aumentariam as chances de os alunos entenderem as tragédias que nascem da opção pela intolerância em vez da pacífica compreensão das diferenças humanas. ■

Marco Frenette é jornalista



Adolf - vol. 1
Osamu Tezuka
Tradução de Drik Sada
Editora Conrad, 264 p.
R\$ 27,90



Um olhar lúcido sobre a Era Vargas

Análise que o historiador Boris Fausto faz de Getúlio Vargas escapa de muitas distorções presentes em outros trabalhos e faz retrato preciso e fluente de uma época. Por **Fábio Koifman**

Mesmo para alguém com a competência e bagagem intelectual de Boris Fausto, escrever um perfil biográfico de Getúlio Vargas é tarefa espinhosa. O polêmico presidente já foi assunto de inúmeras publicações, o que gerou um excesso de fontes de informação. Por outro lado, a longa permanência no poder produziu uma enorme quantidade de documentos – boa parte ainda intocada – sob a guarda dos Arquivos Públicos. O personagem continua sendo pesquisado.

A análise e a interpretação do período Vargas tem sido freqüentemente deturpada. Alguns historiadores têm o cuidado de buscar evidenciar as qualidades do presidente “trabalhista”, em especial do segundo governo, quando Vargas finalmente teve a experiência de ser um presidente eleito pelo voto popular. Existe, também, certa tendência em se atenuar determinados atos ocorridos durante o regime autoritário do Estado Novo.

Boris Fausto, em *Getúlio Vargas – O Poder e o Sorriso*, enfrentou bem os desafios inerentes a este trabalho, cujo resultado é um pouco como uma boa aula. Seu ponto alto e qualidade maior são as contextualizações e a escrita concisa. Mais do que uma biografia ou um perfil, o livro é um ensaio explicativo do contexto em que Vargas esteve inserido.

O autor aborda os principais passos de Vargas. Afirma que, em torno da personalidade do Presidente, ergueram-se um culto e uma repulsa. Situa o culto relacionado ao reconhecimento das transformações econômicas e sociais e a repulsa em aspectos pessoais, como o autoritarismo e a manipulação assistencialista dos trabalhadores. Apresenta, nas primeiras páginas, uma visão clara em relação à sua trajetória, em especial, sua formação autoritária. Tais aspectos traçam um quadro extremamente útil e correto em relação ao contexto da formação de Vargas e sua prática política, em que se destacam a influência do positivismo e o modelo de um “executivo forte”.

Fausto reitera que Vargas teria – com exceção de seus últimos meses de vida – uma “tendência à conciliação”. O que dizer do expressivo número de presos, torturados e exilados? Alguns inimigos políticos sofreram implacável perseguição. Outros foram atraídos por meio das mais diferentes formas “conciliatórias”, como nomeações para postos e cargos públicos, ou vantagens de outra natureza. O fato é que Vargas tinha, especialmente, uma habilidade refinada na arte da “cooptação”. Utilizava as disputas como, por exemplo, entre os ministros Oswaldo Aranha e Francisco Campos, com grande habilidade e estra-

tégia, sem promover conciliação e quase sempre sem se posicionar claramente.

O autor explica os mitos e discussões que circulam em torno da “doação da legislação do trabalho”, que “apaga, deliberadamente, um período de lutas das classes populares que antecedeu o governo Vargas em pelo menos quarenta anos”. Aborda também o entendimento entre industriais e o governo, “advindo da proteção estatal à indústria”.

Esclarece que Vargas sempre cuidou dos interesses dos grandes latifundiários e “nunca promoveu a reforma agrária nem a extensão dos benefícios trabalhistas aos trabalhadores rurais”. Ensina sobre o papel basilar das forças armadas na sustentação do governo. Lembra que foi Vargas o criador dos primeiros órgãos institucionalizados de controle e repressão do pensamento no Brasil.

O autor mostra que o próprio Presidente se referia a seu governo, já no início dos anos 1930, como uma ditadura, coerente com convicções próprias em relação às “virtudes do poder ditatorial” de “molde autoritário-pragmático”, marca de Vargas “até o seu transitório momento final”, mas descarta, com certa razão, uma aderência ideológica automática do Estado Novo com os governos fascistas europeus, embora admita as claras influências desses.

Já o integralismo é apontado pelo autor como expressão de um modelo tomado à Itália fascista, ainda que acrescentasse “notas próprias ao anti-semitismo corrente na sociedade brasileira da época”.

Uma das “releituras” atenuadoras do Estado Novo relaciona o fato de intelectuais adversários do regime terem escrito, nas publicações oficiais do governo, textos na área de história, folclore e literatura, o que também é considerado por Fausto como “um bom indício da forma como os líderes do Estado Novo se relacionavam com os intelectuais, assumindo uma postura diversa daquela que teriam mais tarde os homens do regime militar implantado em 1964”. Esta é uma tese bastante discutível, fundamentada também na relação do ministro da Educação Gustavo Capanema com os intelectuais das mais diferentes posições políticas, de quem ele teria se cercado. Capanema é incensado por ter dado a Lúcio Costa, Niemeyer e outros, o projeto de construção da sede do Ministério da Educação, cujo concurso público foi arbitrariamente desconsiderado. Sem entrar no mérito do assunto, é sempre bom lembrar que esse ministro esteve também envolvido em episódios de intolerância, como por exemplo a solicitação que fez, em 1940, ao diretor do colégio Pedro II, de que listasse nominalmente todos os alunos judeus matriculados na escola, atendendo a uma denúncia apócrifa e anti-semita. Ou seja, o pluralismo intelectual do período Vargas deu-se dentro de limites muito estreitos.

Ao tratar da III Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, Fausto comete um equívoco. Ele menciona a oposição da Argentina em relação à ruptura de relações com o Eixo, e afirma que “Vargas e Perón, tidos como próximos, divergiam fundamentalmente, assim, no campo da política externa: enquanto o primeiro se colocava ao lado dos países democráticos, Perón mantinha estreitas relações com os governos da Alemanha e Itália”. Ao tempo da conferência, no entanto, Perón ainda não era parte do governo e não influía na política externa argentina.

Outro assunto importante discutido no livro é a ambígua política de imigração

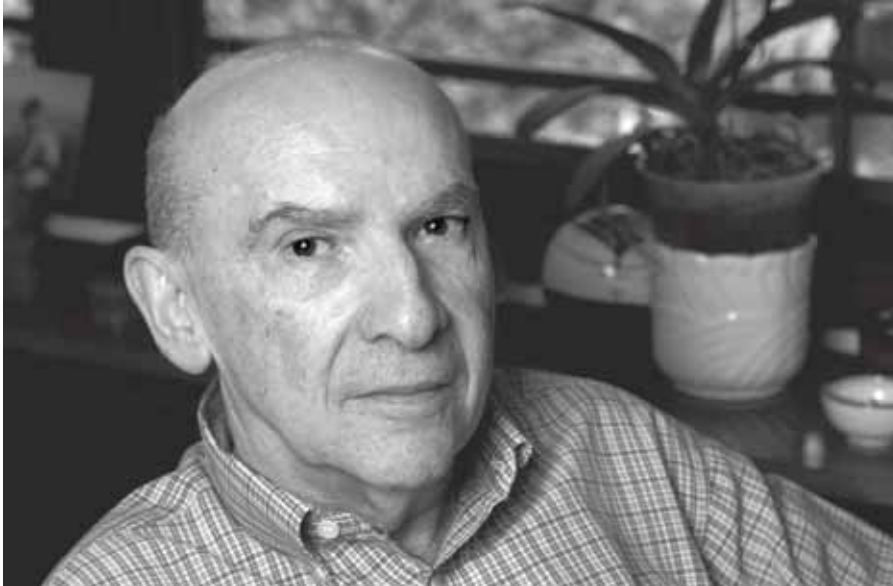


Arquivo Fábio Koifman

O integralismo é apontado pelo autor como expressão de um modelo tomado à Itália fascista, ainda que acrescentasse “notas próprias ao anti-semitismo corrente na sociedade brasileira da época”

Vargas no início da década de 50, durante seu mandato como presidente eleito e não mais como ditador: aspectos sombrios de seu governo anterior foram muitas vezes varridos para debaixo do tapete por historiadores e políticos comprometidos com a “limpeza” de sua memória

de Vargas. Fausto escreve que uma das vertentes do nacionalismo getulista se expressava na “ocupação material e simbólica do território nacional”. O autor afirma que “a política oficial do Estado Novo, não obstante as vozes discordantes, encampou a já enraizada ideologia das três raças – brancos, negros e índios – e encarou raça como um conceito mais cultural que biológico”. No que tange aos já residentes, talvez a política tenha sido essa. Para os que desejaram emigrar para o



O historiador Boris Fausto: uma tarefa espinhosa resulta em texto fluente e claro, que contextualiza o papel de Vargas em seu tempo

Brasil, porém, sabe-se que a prática seguiu o ideal do branqueamento. Imigrantes classificados como de difícil miscigenação ou de origem étnica indesejável, como era o caso dos refugiados judeus e dos não brancos, não eram bem-vindos.

O autor afirma que o tratamento dado aos judeus foi contraditório, e que “o preconceito anti-semita era corrente na sociedade brasileira”. Indica que “o preconceito genérico não impediu, entretanto, as boas relações pessoais de Getúlio com empresários judeus e a estreita dedicação a ele de um jornalista de origem judaica – Samuel Wainer –, que lhe foi fiel a toda prova, enquanto o presidente viveu e na construção de sua memória”. Vargas, na realidade, teve a oportunidade de manifestar sua repulsa aos judeus e o fez, especialmente no período quase que equivalente ao do Estado Novo, quando um único empresário judeu, Wolff Klabin, tinha com ele uma relação pessoal frágil. A relação com Wainer e a aproximação com empresários judeus só se concretizaria a partir do projeto e do retorno à Presidência, no segundo governo, quando até um ministro judeu seria nomeado. Não por acaso, semanas depois de Vargas reassumir o posto em 1951, Wainer noticiou que a circular que restringia a entrada de judeus no Brasil, vigente desde antes do Estado Novo, havia sido revogada.

Para os que desejaram emigrar para o Brasil, sabe-se que a prática seguiu o ideal do branqueamento.

Imigrantes classificados como de difícil miscigenação ou de origem étnica indesejável, como era o caso dos refugiados judeus, não eram bem-vindos

Fausto afirma, ainda, que as cotas para imigração estabelecidas pela Constituição de 1934 “atingiam também os judeus”. O sistema de cotas não prejudicou a entrada de judeus no país. Justamente por serem oriundos das mais diferentes nações, os judeus vinham nas cotas de diversos países. Ao longo da década de 1930, a conjuntura européia fez com que o número de refugiados que se dirigiam ao Brasil aumentasse progressivamente. Foi justamente esse o motivo que levou o Itamaraty a baixar a circular 1.127, em 7.6.1937. Diz o autor que “no ano seguinte, outra circular abrandou a primeira, admitindo o ingresso de judeus que dispusessem de recursos consideráveis ou que fossem cientistas, artistas ou intelectuais de renome internacional”. Entretanto, a primeira circular 1.127 já previa o ingresso de “pessoas de notória expressão cultural, política ou social” e artistas, mediante consulta prévia. A partir de 1938, o governo passou a controlar com rigor a entrada e permanência de estrangeiros no Brasil e a exigir, para concessão de vistos, uma série de documentos que criou extrema dificuldade – senão impossibilitou de todo – para a maior parte dos refugiados judeus a candidatar-se a um visto para o país. O curto e temporário abrandamento constante da circular mencionada por Fausto (1.249, de 27/9/1938), surgiu por pressão e desespero dos judeus já residentes no Brasil que ainda tentavam a vinda de seus familiares da Europa. Foi concedido prazo de três meses para que trouxessem parentes de até 2º grau em linha direta. Outro abrandamento é o citado pelo autor, o chamado “visto capitalista”. Envolveria uma transferência vultosa de dinheiro a ser investida no Brasil, o que, na prática, contemplou poucos. Vinculado à política do Estado Novo, o Itamaraty editou cinquenta circulares que tratavam exclusivamente da entrada de estrangeiros no Brasil. Doze delas tratavam, especificamente, de israelitas.

O autor observa que, apesar das restrições, a imigração judaica “não foi inteiramente estancada”. O autor explica que isso se deveu a vários fatores, entre eles, a “interpretação flexível das determinações oficiais – a que não era estranho o suborno de funcionários – e, num plano bem mais digno, à atuação de uns poucos embaixadores brasileiros no exterior, com

destaque para Luís Martins de Souza, que salvaram muitas vidas”. Souza Dantas (aqui mencionado) foi o único embaixador brasileiro que se empenhou na concessão direta de vistos a refugiados. Não sendo função regular de um embaixador a concessão de vistos a cidadãos comuns, Dantas emitiu centenas de vistos diplomáticos a gente que simplesmente buscava fuga do nazismo. Quanto aos cônsules brasileiros, que chefiavam os serviços de emissão de vistos, a observação de Fausto está correta. Durante todo o Estado Novo, a regra era a de somente conceder visto a judeus depois de contar com a necessária autorização expressa do governo. No pedido, a condição de “judeus e de indivíduos não pertencentes à raça branca” deveria necessariamente ser mencionada. Quem teve sucesso em não tornar perceptível a sua “origem étnica” teve mais chances. A maioria dos pedidos era indeferida imediatamente nos consulados, uma vez que a maioria dos refugiados não conseguia incluir-se em nenhuma das exceções ou reunir toda a documentação exigida. Os pedidos que lograram chegar ao Brasil foram recebidos com rigidez e estratégias protelatórias. A legislação foi elaborada especialmente para barrar a vinda de refugiados.

Outro episódio relacionado à imigração judaica citado por Fausto é o impedimento de desembarque dos passageiros do navio Cabo de Hornos: “Por uma questão ligada à renovação de vistos de entrada, os passageiros foram impedidos de desembarcar”. Na realidade, os refugiados a bordo do Cabo de Hornos foram impedidos de desembarcar no Brasil duas vezes. Na vinda e na ida em retorno para a Europa. Ao chegar a Buenos Aires, foram colocados a bordo do navio outros 37 refugiados ex-passageiros do navio Cabo de Buena Esperanza, que dias antes também haviam sido impedidos de desembarcar no Brasil, totalizando cerca de cem almas. A maioria dos refugiados havia permanecido presa por cinco meses no bloqueio inglês, a bordo do navio Alsina, junto ao porto de Dakar. Portavam vistos brasileiros considerados caducos em razão da vigência do novo decreto-lei – 3.175 de 7.4.1941 – que transferiu o controle da concessão dos vistos do Ministério das Relações Exteriores para o

da Justiça – revalidados irregularmente por interferência de Souza Dantas.

Fausto considera que o episódio marcou “de forma bastante negativa as oscilações do governo Vargas no tocante à imigração judaica”. De fato, esse caso produziu repercussão internacional, também em razão do número expressivo de impedidos reunidos. Contudo, esse grupo de judeus não era o primeiro e nem seria o último a ter o embarque não autorizado. Vargas não oscilou em relação a esse tema. Sua política durante o Estado

Ao longo da década de 1930, a conjuntura europeia fez com que o número de refugiados que se dirigiam ao Brasil aumentasse progressivamente. Foi justamente esse o motivo que levou o Itamaraty a baixar a circular 1.127, em 7/6/1937

Novo foi bastante clara. Sua atuação foi pessoal e direta. A ordem de impedir o desembarque foi dele. Fausto diz que “essa atitude de Getúlio incluiu o Brasil entre vários países que fecharam as portas a refugiados judeus em situação desesperadora, alegando razões burocráticas”, o que é verdadeiro. Entretanto, o Brasil tinha uma característica única que o diferenciava de outros países na mesma época. Os demais países fecharam as suas portas para os refugiados judeus. Mas fecharam também para a imigração em geral. O governo

estabeleceu uma seleção étnica própria. Por determinação pessoal de Vargas o país seguiu, nesse mesmo período, incentivando e aceitando livremente a imigração portuguesa. Outras nacionalidades eram igualmente bem-vindas, como por exemplo os suecos.

Fausto observa que nos três últimos anos do Estado Novo, com o intuito de manter a “democracia autoritária”, o regime implementou “o populismo, na versão getulista”, ganhando consistência “um tripé que incorporava a burguesia industrial e a classe trabalhadora urbana, sob a égide do Estado, personificado em Getúlio”. Considera o autor que uma das pernas do tripé populista – a burguesia industrial – no segundo governo Vargas, “tomou outros rumos, assustada com a radicalização dos herdeiros de Getúlio”.

O desprezo pelas instituições democráticas não impediu Vargas de participar da construção dos partidos getulistas (PSD e PTB) em 1945.

O autor termina esse trabalho tratando da memória de Vargas, comentando sobre o grande eco na mídia quando da celebração dos cinquenta anos de sua morte. Diz que, significativamente, nos textos jornalísticos, “o enaltecimento da figura de Getúlio como estadista predominou sobre a lembrança do autoritarismo e das violências de seu primeiro e longo governo”. A conclusão desse bom livro é muito bem escolhida. Destaca a curiosa frase de Vargas, na qual afirma que gostava mais de ser interpretado do que de se explicar. Entre os que se empenharam, e bem, na interpretação do difícil personagem, figura o professor Boris Fausto. ■

Fábio Koifman é diretor de pesquisa da Universidade Estácio de Sá. Bacharel em direito e doutorando em história (UFRJ), licenciado e mestre em história (UERJ). Autor do livro *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*, Rio de Janeiro: Record, 2002 e organizador do livro *Presidentes do Brasil - de Deodoro a FHC*, Rio de Janeiro: Cultura, 2002



Getúlio Vargas – O poder e o sorriso
Boris Fausto
Companhia das Letras, 216 p.
R\$ 34,00

Um quebra-cabeça em busca do sentido

Berta Waldman lê *A história do Amor*, da norte-americana Nicole Krauss, uma história judaica em três continentes, contada em ritmo novo e por três perspectivas diversas

Nascida em Nova York, em 1974, aos 19 anos Nikole Krauss já fazia algumas incursões pela poesia. Leitora de poetas como Rilke, Zbigniew Herbert, Joseph Brodsky e da prosa de Beckett, Calvino e Borges, entre outros, seu pendor pelas artes manifesta-se em suas opções pelos estudos de Letras na Universidade de Oxford, onde se graduou, e também em sua tese sobre a instigante obra do artista plástico Joseph Cornell. Voltada à prosa, a autora, em pouco tempo, publicou dois romances: *Man walks into a room* (2002) e *The history of love* (2005) sendo o segundo um recente lançamento da Companhia das Letras (*História do Amor*)¹. Os dois romances causaram forte impacto ao serem lançados nos Estados Unidos, e o último foi comprado por mais de vinte países e teve seus direitos vendidos para o cinema.

É verdade que o sucesso não fala obrigatoriamente bem dos livros. Ao contrário: poder-se-ia pensar que eles oferecem o que o grande público busca, isto é, consolo, conselhos, entretenimento, auto-ajuda, enfim, todos os ingredientes que enformam o *best seller*. Mas não é este o caso. *A História do Amor* é um romance de estrutura rigorosa, muito bem montado, capaz de levantar questões complexas, dosadas sempre com uma pitada de generoso otimismo e humor.

Construído em pelo menos dois blocos paralelos apresentados em primeira pessoa, o conjunto reúne grande número de vozes, obrigando o leitor a permanecer atento para não perder o fio do enredo. Contra o previsível e o convencional, a intriga monta um paradoxo mantido até o final. É também o suspense bem construído que estimula a leitura deste livro.

Misturando personagens velhos e jovens, todos eles judeus, o romance de certo modo mapeia alguns efeitos da 2ª Guerra Mundial na dispersão dos judeus sobreviventes pelas Américas. No primeiro bloco narrativo, a personagem central é o velho Léo Gursky, um judeu polonês que abandona seu país invadido pelos nazistas, deixando para trás o manuscrito de um livro e sua inspiradora, a jovem Alma, que o precedeu na viagem, a quem permanecerá ligado para sempre.

É verdade que o sucesso não fala obrigatoriamente bem dos livros. Ao contrário: poder-se-ia pensar que eles oferecem o que o grande público busca, isto é, consolo, conselhos, entretenimento, auto-ajuda

É justamente esse manuscrito que tomará rumos surpreendentes, passando da Europa ao Chile, do Chile a Nova York, interferindo em várias vidas que acabam por se relacionar mediadas por ele, aglutinando a teia de fragmentos de que é feito o romance.

Leo Gursky é um velho octogenário que, obrigado a emigrar, põe de lado o desejo de escrever para sobreviver na América como chaveiro, profissão aprendida de seu primo.

Essa destituição será a primeira de muitas de uma vida feita de perdas. Ele perde a família, a língua e as relações de amizade na cidade de origem – Slonim – por onde, no verão de 1941, os *Einsatzgruppen* penetraram espalhando a morte de centenas de milhares de judeus; a jovem amada, musa inspiradora do manuscrito, que emigra antes que ele e, grávida, casa-se com outro homem a quem o filho Isaac toma por pai. Sem família, Leo passa a acompanhá-los à distância, e assiste ao crescimento do filho que se torna escritor. Também Leo escreve um segundo livro que envia a seu filho biológico e surpreenderá o leitor, ao final.

Ao tratar do percurso da personagem, o romance usa de um artifício interessante, ao lhe atribuir diferentes versões, em função do ângulo contemplado. Aparece também o ângulo de Alma, a jovem que segue seu caminho com outro homem na América, crente de que Leo havia morrido, pois deixara de receber suas cartas.

Leo e seu amigo Bruno, vizinhos num edifício pobre na Grand Street, no Lower East Side noiva-iorquino, são apresentados ao leitor logo no início do romance, cedendo, em seguida, a voz aos membros da família Singer, o contraponto paralelo do enredo. Enquanto o romance se constrói através dos planos 1 e 2, a arte da escritora consiste em saber cifrar a história 2 nos interstícios da história 1. Um relato visível esconde outro relato secreto, narrados ambos de modo elíptico e fragmentário. O efeito de surpresa se produz quando o final da história secreta aparece na superfície.

O plano 2 é narrado por uma adolescente, Alma Singer, em itens numerados. O leitor se dá conta da mudança do sujeito



Nicole Krauss: enigmas narrativos jogam com os desdobramentos da diáspora judaica européia e do genocídio no século 20

encontro amoroso. Mas é graças a ela que se cria um espaço vazio, ou a necessidade de preenchê-lo. Assim, a proposta do livro é o movimento, a busca, “o contrário de desaparecer”, ensinamento que a autora debita aos avós europeus, conforme a dedicatória do livro. E mais: a literatura é o lugar de perpetuação desse movimento, não só por aquilo que nela se registra, mas porque a linguagem é, ela própria, movimento. E para desautomatizar seu fluxo e torná-la particular, a autora nela introduz um ritmo novo, segmentando frases em lugares não usuais, além de usar expressões em ídiche e em hebraico, que ancoram as personagens a um grupo étnico também ele em movimento – basta compararmos a literatura dos judeus americanos das gerações anteriores com o livro de Nicole Krauss, para ver que há novidades. Vale a pena conferir! ■

Berta Waldman é doutora em Teoria Literária e Literatura Brasileira; professora titular em Literatura Hebraica e Judaica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP



A História do Amor

Nicole Krauss

Tradução de Paulo Schiller

Companhia das Letras, 320 p.

R\$ 45,00

que fala porque cada voz apresenta um léxico, uma sintaxe e um ritmo próprios. A mãe de Alma escolheu o nome da filha em homenagem à personagem homônima do livro que o marido havia dado a ela quando se conheceram. Escrito em espanhol, o livro – *A História do Amor* – marca a relação do casal e também dos filhos. A mãe, inglesa, encontrou o pai quando trabalhava num *kibutz* perto de Ashdod, Israel. Ele era dez anos mais velho, e depois de passar pelo exército viajou para a América do Sul, onde comprou o livro. Voltou a Israel para estudar engenharia, enquanto ela voltou à Inglaterra, mas decide largar os estudos em Oxford e vai aprender hebraico para ir morar com o namorado em Tel Aviv. A mãe torna-se tradutora e o casal muda-se para Nova York devido a uma oferta irrecusável de trabalho ao pai. Ali nascem uma filha e um filho. E quando esta conta seis anos, o pai morre de câncer no pâncreas e a família desmorona. A mãe isola-se de todos e de tudo (“a parede de dicionários entre minha mãe e o mundo fica mais alta a cada ano” p.62), enquanto Alma, a filha, se dedica obsessivamente a manter ativas as “formas de sobrevivência na selva” herdadas do pai, e seu irmão, apelidado Bird, passa a considerar-se um *lamed vav*, isto é, uma das trinta e seis pessoas sagradas de quem depende a existência do mundo e, dentre eles, talvez aparecesse o futuro Messias. O salvacionismo dos filhos é a resposta à destituição da família, que não se recompõe mais. A mãe recebe uma carta de Jacob Marcus solicitando a tradução, do espanhol para o inglês, do livro *A História do Amor*, de um escritor pouco conhecido, Zvi Litvinoff, que fugiu da Polônia para o Chile em 1941. E como um desdobramento desse bloco, e também do primeiro, tem início a história de Litvinoff e do destino do livro: como ele chegou à Argentina, a um sebo, lido por sua dona, comprado pelo pai de Alma, dado à mãe, que depois o traduz para o inglês, por demanda do filho de Leo Gursky.

Litvinoff trabalhava como professor de escola judaica quando conheceu Rosa num café. Demorou dois meses para que ele começasse a ler seus escritos em ídiche para aquela que seria sua mulher. Foi com sua ajuda que o texto se verteu para o espanhol, idioma em que foi publicado

em Santiago. Os originais perderam-se numa inundação, Zvi tem morte prematura e Rosa sobrevive ao marido.

Nos três níveis há sempre uma falta, um rombo: um pai sem o filho; um amante sem a amada, uma família sem o pai, uma esposa sem o marido, um manuscrito, de quem? Atrás de tudo a tragédia do Holocausto, onde tudo principia. Apesar disso, as personagens movem-se, reinventam-se para sobreviver, girando sempre em torno do livro *A História do Amor* – o mesmo título do livro de que estamos tratando. Um livro dentro do livro que está sendo lido. É o livro (a escritura e a leitura) que persiste como âncora de permanência, assinando o primeiro amor, a doença, a morte, a vida em movimento.

Cada uma das três histórias é contada de modo distinto. Trabalhar com as três concomitantemente significa trabalhar com três sistemas diferentes de causalidade, fazendo com que os mesmos acontecimentos entrem simultaneamente em três lógicas narrativas diversas. Assim, os elementos essenciais passam pelo crivo de funções distintas e são empregados de maneira diferente em cada uma das três histórias, relevando os pontos de intersecção – o fundamento da construção.

Quem ajuda o leitor a chegar à solução do enigma do romance é Alma, que funciona como uma espécie de detetive. A partir do momento em que resolve arrumar um novo marido para a mãe viúva, ela passa a pesquisar situações, personagens, procurando armar um quebra-cabeça que faça sentido e, sob esse prisma, ela é uma espécie de imagem invertida da autora que é quem dissemina os fragmentos e as pistas. O arco dos acontecimentos que o leitor conhece é mais amplo do que aquele que as personagens conhecem, envolvidas na própria história e seus arredores. São os detalhes, objetos, palavras, caminhos, situações repetitivas, enfim, sinais variados que, lançados no romance são captados no ato de leitura, desvendando, assim, os mistérios do romance que, é claro, não vou revelar. O que sim resalto é que as voltas em torno de um manuscrito – *A História do Amor* – assim como o livro que o leitor tem em mãos e que, não por acaso, leva o mesmo título, trata de uma perda e não de um

Cinco séculos de presença judaica

Novo volume reúne ensaios de historiadores sobre as várias levadas da imigração judaica para o Brasil. Por Rose Esquenazi

O livro *Os judeus no Brasil: Inquisição, imigração e identidade*, organizado pela historiadora Keila Grinberg (Civilização Brasileira), reúne 18 textos de estudiosos sobre um tema vasto, revelando aspectos desconhecidos de determinados períodos que muitas vezes são ignorados na História do Brasil. Em alguns momentos, esses estudos se entrecruzam, mas cada um tem um caminho, inserindo-se em um dos dois contextos: a Inquisição, judeus e cristãos-novos no Brasil colonial e imigração e identidade judaica no Brasil contemporâneo.

O que muita gente desconhece é que judeus e cristãos-novos – aqueles convertidos à força para que não acabassem na fogueira da Inquisição (e que nem assim estavam garantidos de escapar da morte) – também foram perseguidos no Brasil. Muitos se integraram há séculos e sobreviveram com as suas famílias, perdendo a memória dos antepassados. Muitas vezes, mantinham as práticas religiosas secretamente – os cripto-judeus – outros ficaram apenas com certos comportamentos inexplicáveis, sem saber a razão de algumas práticas como receitas culinárias de gerações passadas, cultos funerários e, algumas vezes, a vontade de recuperar o passado perdido.

Durante muitos anos, como escrevem Ronaldo Vainfas e Jacqueline Hermann, os judeus viveram em paz em Portugal. Mas a entrada de milhares de judeus expulsos da Espanha, perseguidos pela Inquisição que pretendia obter a unidade religiosa como “garantia da unidade nacional”, fez nascer em Portugal a primeira conversão forçada. Os sefarditas – ou seja, judeus originários de *Sefarad*, a Espanha – eram obrigados a rejeitar suas crenças em nome de uma outra fé, a católica. Caso resistissem, eram condenados à

pena de morte. As leis eram duríssimas: nenhum judeu poderia ocupar cargo oficial que prejudicasse os cristãos; não podiam ter empregados cristãos e, se convertidos, tinham que deixar a casa dos pais, mesmo sendo menores de idade. Caso retornassem à prática do judaísmo, iam para a fogueira.

As leis eram duríssimas: nenhum judeu poderia ocupar cargo oficial que prejudicasse os cristãos; não podiam ter empregados cristãos e, se convertidos, tinham que deixar a casa dos pais

As leis eram ambíguas, muitas vezes as intenções dos ataques e perseguições eram meramente econômicas. D. João II autorizou a entrada de 600 famílias ricas vindas da Espanha, mas elas precisavam pagar grandes quantias para ficar em Portugal. Com o início do reinado de D. Manuel, em 1595, muita coisa mudou para pior. O casamento com a princesa de Castela, filha dos Reis Católicos, tinha

uma terrível condição: a princesa só pisaria em solo português se todos os seguidores da Lei Velha fossem eliminados, incluindo os mouros, igualmente condicionados à conversão à fé católica.

A vida já havia piorado a partir de 1540, quando começaram os autos-de-fé, as humilhações públicas e a execução nas fogueiras da Inquisição. Muitos tentaram ir embora, esperando desesperadamente o embarque no porto de Lisboa. Com o fim do prazo, milhares de judeus foram batizados em pé, dando origem à comunidade de cristãos-novos, com menos direitos do que os cristãos-velhos.

Tentando livrar-se das imposições e perseguições, perdendo bens e filhos, cristãos-novos tentam vida nova em outros países da Europa e na recém-descoberta América.

No capítulo “A Esnoga da Bahia: cristãos-novos e criptojudaísmo no Brasil quinhentista”, Ronaldo Vainfas e Angelo A.F. Assis, revelam que entre 1579 e 1620, 27 senhores de engenho da Bahia e Pernambuco eram cristãos-novos, muitos deles já casados com mulheres conversas. Mas, segundo a professora Anita Novinsky, havia lavradores e artesãos, que conviviam com cristãos-velhos.

Em 1591, a Inquisição esticou seus braços ao Brasil e, na primeira Visitação, bastava uma denúncia – muitas vezes uma frase, um olhar diferente – para que o cristão-novo fosse preso, julgado e mandado para Portugal para morrer. Em seus processos minuciosos, agentes do Santo Ofício falavam sobre o cotidiano do povo brasileiro no século 16. Nos autos, descreviam as casas – quantos pratos e garfos os moradores possuíam – a família, os vizinhos e, lógico, as acusações.

Uma das mais famosas vítimas dessa época foi Ana Rodrigues, acusada de

preparar pães ázimos, de fazer as refeições em mesa baixa e de proferir impropérios. Quando em um dos partos de suas filhas se clamou por Nossa Senhora, disse: “Não me faleis nisso que não posso dizer!” Tomar banho às sextas-feiras, jogar fora a água limpa da casa de um morto, fazer figas com os dedos – isso tudo foi levado em consideração. Suas filhas pediam que Ana fosse discreta ao passar adiante os ensinamentos judaicos, e esse medo fez com que o Santo Ofício tivesse êxito em seu objetivo de “dissolver as solidariedades parentais, afetivas e sociais”, segundo confirmam os autores.

Os inquisidores não acreditaram no que Ana Rodrigues dizia ao se defender da acusação de crime de judaísmo e, assim, aos 80 anos, ela foi presa e embarcada em 1593 para Lisboa. Ficou incomunicável em uma cela até ser condenada. No entanto, a morte chegou antes e a octogonária morreu na cadeia.

Os que ficaram no Brasil às vezes tentavam driblar as proibições, mas ao serem descobertos eram presos. Jacqueline Hermann conta a curiosa história de Gonçalo Annes, conhecido como Bandarra, que era sapateiro em Trancoso, preso por escrever trovas “nas quais divulgava livremente as Escrituras”.

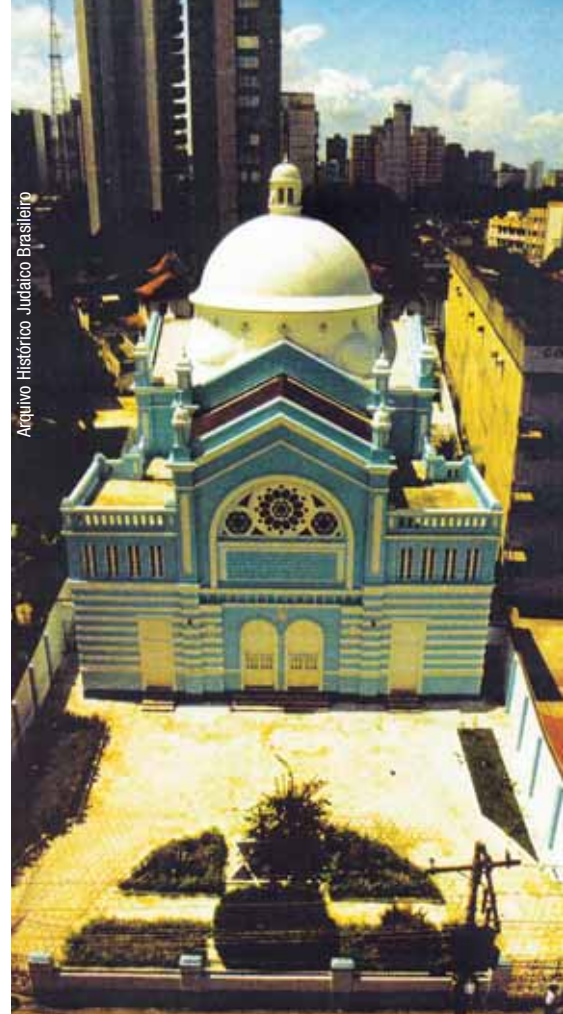
Estudos atuais garantem que um terço dos descendentes de portugueses que veio para o Brasil tinha uma parte de sangue cristão-novo. Segundo o premiado *Dicionário Sefaradi de Sobrenomes*, os Cardosos, Castros, Soares, Souzas, Oliveiras, Almeidas, Dias, Nunes são largamente citados como cristãos-novos. Na enorme lista, existem citações de que teriam mudado de nome para fugir da perseguição em diferentes cidades da Europa e da Ásia.

Há 200 anos, outra horda de judeus veio do Magreb (Norte da África) em busca do Eldorado. Eles se espalharam pela Amazônia até Iquitos, no Peru, misturando-se com a população local. Esse grupo formou a primeira sociedade judaica no Brasil, inaugurando uma sinagoga em Belém. No livro *Judeus no Brasil*, aprendemos com Keila Grinberg que judeus, protestantes e seguidores de outras religiões só passaram a ter plenos direitos de cidadania após a Proclamação da República. Fato que os livros de História jamais mencionaram, nem de passagem.

No capítulo assinado por Rachel Mizrahi – Imigrantes judeus do Oriente Médio e sua inserção em São Paulo e no Rio de Janeiro – vemos outros grupos chegando ao Brasil, na primeira década do século 20. Os judeus fogem do Oriente Médio, onde não têm emprego, são pobres, obrigados a entrar para o serviço militar e a lutar em conflitos regionais. A Argentina e o Brasil receberam, segundo a escritora, 300 mil imigrantes, um número muito inferior ao que foi registrado nos Estados Unidos, entre 1876 e 1926: nada menos do que três milhões. Os sefarditas eram religiosos e se comunicavam por meio do ladino, conhecido também pelos nomes de *judezmo*, *espanyol* ou *didjio*. Era uma mistura de palavras hebraicas, espanholas, turcas, árabes e portuguesas. Os sefarditas passaram a conviver com os asquenazitas, que, em grande parte, falavam o ídiche, língua que misturava palavras eslavas, alemãs e hebraicas. Esse grupo vinha de ilha de Rodas e das cidades de Salônica, Esmirna, Istambul, Sidon, Beirute, Jerusalém, Safed, e do Egito.

Rachel Mizrahi revela que esse grupo preferia ser identificado como sírio-libanês porque o termo “turco” era considerado pejorativo. No comércio do Brás, onde foram morar em São Paulo assim que chegaram, havia duas denominações: os “judeus da prestação”, de origem asquenazi, e os “turcos da prestação”, judeus orientais, todos tentando sobreviver da venda no comércio ambulante e prestamista. No Rio, eles escolheram a Rua da Alfândega, próxima do Centro. Não havia qualquer problema de convivência entre eles e os muçulmanos e os cristãos maronitas, que também residiam ali.

A moderna imigração dos judeus, que fugiam dos *pogroms* na Rússia e na Polônia e da miséria européia, a partir do fim do século 19 e início do século 20, e, mais tarde, tentando escapar do nazismo na Alemanha, marca uma nova fase dessa história, também analisada por Maria Luiza Tucci Carneiro. Outros foram expulsos do Egito (seus bens foram confiscados) depois da guerra, como ensina a pesquisadora Joëlle Rouchou. Em 1948, a comunidade sefardita egípcia contava 75 mil indivíduos, segundo dados do *American Jewish Year Book*. Depois da 2ª Guerra, eles começaram a ser perseguidos



Arquivo Histórico Judaico Brasileiro

A sinagoga Shaar ha-Shamaim, de Belém, fundada por imigrantes judeus marroquinos em 1823: presença judaica no Brasil é bem anterior à onda de imigração européia nas primeiras décadas do século 20

principalmente quando o presidente Gamal Abdel Nassar passou a acusar os judeus de sionismo e comunismo.

A situação ficou mais tensa depois dos conflitos na Palestina e, como consequência, o hospital, a sinagoga e o asilo judaicos no Cairo foram incendiados e o bairro judeu, atacado. De 1948 a 1950, 14 mil emigraram para o Estado de Israel e 15 mil para o Brasil. Mais um êxodo, mais uma tentativa de encontrar um pouco de paz na terra. ■

Rose Esquenazi é jornalista



Os judeus no Brasil: Inquisição, imigração e identidade

Keila Grinberg

Civilização Brasileira, 476 p.

R\$ 49,90



Músicos de sopro de todas as regiões do país encontraram-se para tocar e dialogar no SESC, em São Paulo, em 2004: instrumentos são arquetípicos e remontam à origem da musicalidade humana

Fotos: divulgação

Fôlego universal em *Um Sopro de Brasil*

Livio Tragtenberg ouve o CD, lê o livro e assiste aos DVDs que resultaram de um grande encontro com a música brasileira de raiz para instrumentos de sopro, realizado em 2004. E encontra uma inesperada unidade nas diferentes manifestações de uma arte arquetípica

O lançamento simultâneo de um livro, um CD e um DVD duplo do Projeto *Um Sopro de Brasil* é uma lufada revigorante de ar fresco para a cultura musical do Brasil. Resultado de um grande encontro de mais de 250 músicos brasileiros de sopro, de todas as regiões do país, realizado em novembro de 2004 no SESC, contém gravações em DVD de apresentações, um CD de música e um livro que aborda a história da música de sopros no país, realizado por Myriam Taubkin e Morris Picciotto.

Os instrumentos de sopro são uma manifestação arquetípica presente em virtualmente todas as culturas humanas, de todos os tempos e, como não poderia deixar de ser, floresceram, em diferentes estilos, em todos os interiores do Brasil.

O sopro como gesto inaugural, de criação, de gênese, domina várias cosmogonias. O *sopro-Deus*, na transcrição de Haroldo de Campos do *Bere'shit*, se multiplicou em inúmeras vozes.

O sopro tem em nosso imaginário uma forte carga, de ato de criação, de invenção: de vida.

Livrando-se do artificialismo que divide a música em gêneros e categorias, organizadores do encontro retrataram a riqueza e a multiplicidade da expressão musical brasileira



Até as flautas e outros instrumentos de sopro que remontam a épocas muito antigas são incorporados às práticas atuais, contribuindo com sua riqueza específica. Por sua qualidade e por sua cor sonora e seu timbre, esses instrumentos são perenes e estão aí para ficar

Na música, encontramos, desde as mais antigas manifestações, instrumentos de sopro como o *shofar* e a flauta de pão, que remontam às priscas eras. E a família diversificada dos sopros inclui instrumentos de diferentes qualidades de madeira, de metal, de barro, enfim até de plástico. Há uma quantidade inesgotável de flautas nas diferentes culturas, mas ao mesmo tempo parece que cada flauta é uma entidade única, com sua marca inimitável, assim como uma impressão digital. Porém, até as flautas e outros instrumentos de sopro que remontam a épocas muito antigas são incorporados às práticas atuais, contribuindo com sua riqueza específica. Por sua qualidade e por sua cor sonora e seu timbre, esses instrumentos são perenes e estão aí para ficar.

Assim, quando um lavrador do interior nordestino constrói um pífano a partir de um pedaço de madeira, usando técnicas artesanais, mas de sofisticada sensibilidade, e com isto obtém sonoridades que encontram eco em flautas do Oriente Médio, na música árabe e mesmo japonesa, a história linear é colocada em xeque. O que se ouve, aí, é a pura universalidade da música, que sopra em toda parte e em todos os tempos.

Partindo de outra perspectiva, foi até moda há alguns anos a retomada do uso de instrumentos de

época para a execução da música de seu respectivo período, como no caso do barroco europeu. No entanto, o que ocorre com os instrumentos de sopro é de outra natureza: não se trata, aqui, de buscar recuperar uma suposta sonoridade histórica. A riqueza de possibilidades e usos dos instrumentos de sopro propicia o convívio simultâneo de diferentes vozes do passado e do presente.

O que assombra após uma primeira escuta e leitura dos lançamentos do projeto *Um Sopro de Brasil* é que essa diversidade está presente e atuante, em sua exuberante paleta de cores, nas práticas musicais do Brasil inteiro. Grupos, formações, instrumentistas e composições as mais distintas foram cuidadosamente organizados e combinados nesse projeto.

É esclarecedor o momento, no DVD, em que a Banda Sinfônica do Estado de São Paulo ensaia junto com Carlos Malta & Pife Moderno e João do Pife. Podem-se observar, sem retoques, as diferenças das práticas musicais na fagulha intensa no ato de criação. Diferentes questões técnicas, desde os fraseados e andamentos até aquelas relativas a aspectos como a microfonação, amplificação e sonorização no espetáculo musical vêm à tona aqui, ao mesmo tempo em que a magia do encontro permanece intacta.

Aliás, os dois DVDs desse projeto musical foram concebidos para que o espectador possa assistir, não somente aos espetáculos e performances musicais, que foram apresentados nos auditórios do Sesc em 2004, mas também ao seu processo de criação, bem

como aos bastidores dos encontros, com depoimentos informais e entrevistas com os músicos.

Ai estão músicos como Tavares da Gaita, um exemplo vivo da expressão de Maiakóvski, que chamava o povo de “o inventa-línguas”. Tavares abre a segunda parte do DVD, com maestria, sozinho à gaita e tocando instrumentos por ele inventados que, entre outros sons, imitam cantos de pássaros.

Essa dimensão da brincadeira, da invenção desprentensiosa, é uma realidade na prática musical nos interiores do país. Músicos que são agricultores, artesãos, autônomos, que tocam nas ruas e que fazem uma música que não faz parte do chamado “circuito cultural”, são resgatados de seus circuitos de sobrevivência, se podemos chamar assim, por projetos especiais como este.

Esses músicos amadores e sobreviventes mantêm vivas certas tradições e modos de tocar que expressam visões de mundo bastante arraigadas em nosso imaginário. O músico profissional urbano, letrado, pode nutrir-se dessas práticas para enriquecimento timbrístico e musical, mas sua perspectiva é diferente. O músico urbano preocupa-se mais com as questões da técnica musical e da estética, e não, como os músicos amadores incluídos no âmbito deste projeto, com as questões existenciais. Porque quando se ouve e se vê esses músicos populares, mergulha-se numa experiência que nos coloca existencialmente num lugar específico no planeta, longe da vertigem da modernidade. Ouvilos nos aterra de forma quase mágica.

É essa atmosfera que se percebe nas histórias de músicos como Raul de Barros, uma lenda no trombone. Ele narra, em depoimento sobre sua infância que consta no livro do projeto: “Fui na casa Clarim da Independência, ainda existe essa casa. O dono era português. Eu fui lá ver um trombone, ele ficou intrigado de ver um garoto de pé na vitrine namorando o instrumento e falou ‘ô rapaz, tu és músico?’, eu nunca digo que sou, ‘não senhor’, ‘que tanto olha, é músico ou não?’, e digo ‘o senhor que sabe’, me mandou entrar, pegou o trombone e começou a examinar a minha boca, ‘você tem bom bico prá trombone, hein? Quer levar o instrumento?’, digo ‘não senhor’, ‘vai levar’, ‘eu não’. Aí ele fez uma coisa que hoje em dia ninguém faz, falou ao empregado ‘apanha aquele trombone lá na vitrine’ e trouxe ‘toma, sopra’, eu peguei e assoprei, daí ele ‘tu nem é músico e já tem um som assim, tu vai levar o trombone’, e eu ‘não senhor’, e ele ‘vai levar, pode levar, vai levar tua vida que tu vai ser um tremendo dum músico: leva e paga quando puder, quando quiser, pode ir embora’. Aí eu fui embora com o trombone e pensei, ‘pronto tô garantido pro resto da vida.’” E estava.



Encantamento com bandas de Flores, no sertão pernambucano, despertou no menino Moacir Santos a paixão de uma vida inteira pela música

Outros depoimentos importantes constam do livro, como o do maestro Severino Araújo, da lendária Orquestra Tabajara, que reinou na época de ouro das orquestras de rádio no Rio de Janeiro e, atuante ainda hoje, é um dos conjuntos mais importantes na história da música brasileira.

Outro resultado desse projeto é o CD, dirigido por Benjamin Taubkin e gravado ao vivo. É o primeiro de uma série de três discos. Com arranjos inéditos, reúne gerações de músicos de sopro como Altamiro Carrilho e Mané Silvera, Paulo Moura e Vinicius Dorin, entre outros. No repertório, alguns clássicos, assim como composições criadas especialmente para o projeto.

Outro dos muitos pontos altos do projeto encontra-se no segmento *História* do livro, nos textos elaborados pela pesquisadora Maria Luiza Kfoury, que contam a história da música no Brasil a partir da biografia de instrumentistas de sopro, a maioria também compositores. Este segmento do livro aborda desde Joaquim Antônio da Silva Callado (1848-1880) até Victor Assis Brasil, falecido em 1981, passando por figuras-chave como Anacleto de Medeiros, Patápio Silva, Pixinguinha, Benedito Lacerda, Mestre Vitalino, entre outros.

Correndo o risco do trocadilho, *Um Sopro de Brasil* é, sem dúvida, de um projeto de fôlego. ■

Livio Tragtenberg é compositor e saxofonista. Tem vários CDs editados e livros publicados. Compõe para o *Choreographisches Theater* de Johann Kresnik na Alemanha desde 1995. Dirige a Orquestra de Músicos das Ruas de São Paulo

Um Sopro de Brasil faz parte do projeto Memória Brasileira. Mais informações no site www.projetomemoriabrasileira.com.br



Um Sopro de Brasil
org. Myriam Taubkin
Editora M. Taubkin

2 DVDs, 1 CD, 1 livro de 212 p.

R\$ 120,00

Para conhecer melhor a cultura judaica, assista a filmes, leia livros e faça os cursos do CCJ.

CURSOS DO CENTRO DA CULTURA JUDAICA

Cultura Judaica

Novas palestras abordando vários assuntos da cultura, como história, costumes, tradições, festas, rituais e curiosidades, incluindo uma visita à Sinagoga.

Quintas-feiras, das 20h30 às 22 horas, de 10 de agosto a 19 de outubro.

História Judaica

Oito palestras abordando, por meio de uma visão moderna e agradável, temas que vão de Abraão até a trajetória dos judeus na Espanha.

Terças-feiras, das 20h30 às 22 horas, de 10 de outubro a 28 de novembro.

Língua Hebraica

Diversos níveis e horários. Com professores especializados, aulas dinâmicas, material didático moderno, com livros importados, CD-ROM, música e curiosidades.

Vários níveis - de iniciante a avançado. De segunda a quinta-feira.

Manhã: das 9h30 às 11h10 - Tarde: das 14h30 às 16h10 - Noite: das 19 horas às 20h40.

Língua Hebraica - Intensivo

Turmas iniciantes para o mês de julho. Duas vezes por semana.

Segundas e quartas-feiras ou terças e quintas-feiras, das 19 horas às 20h40.

Meditação Cabalística

Uma introdução à meditação cabalística, oferecendo, por meio da experiência direta e pessoal, ferramentas para aplicação na vida diária.

Quartas-feiras, das 20h15 às 21h30, de 27 de junho a 6 de julho.

Danças Folclóricas e Circulares

Danças para todas as idades, com músicas hebraicas e coreografias de Israel.

Iniciantes: quintas-feiras, das 19 horas às 20h30 - Intermediários: segundas-feiras, das 20h30 às 22 horas - Avançados: quartas-feiras, das 19 horas às 20h30 - Performance: quartas-feiras, das 20h30 às 22 horas.

Numerologia da Cabalá e os Codigos da Torá com o Professor David Zumerkorn

Cada letra da Língua Hebraica é uma janela que se abre para uma realidade superior. A Cabalá enfatiza a análise das letras e das palavras e sua equivalência a valores numéricos.

Cinco aulas, com turmas nos períodos da manhã e da noite.

Quartas-feiras, das 20h15 às 21h30, de 13 de setembro a 18 de outubro.

Conflito Israel e Palestina

Cinco aulas para analisar as profundas mudanças que ocorreram nas últimas 5 décadas na realidade social israelense, a partir dos conflitos árabe-israelense e judaico-palestino.

Terças-feiras, das 20 horas às 21h30, de 29 de agosto a 26 de setembro.

As 10 Estações - A Cabalá e as Sefirot à Luz da Obra de Nilton Bonder

Venha aprender sobre as diferentes energias e características de cada estação ("sefira") da Árvore da Vida, utilizando como metáforas diferentes livros do Rabino Nilton Bonder.

Segundas-feiras, das 20h15 às 22 horas, no segundo semestre de 2006.

Para obter mais informações, ligue: (11) 3065-4337.

Ou mande-nos um e-mail: secretaria@culturajudaica.org.br.



Canção do Exílio

Romance esquecido de Marte Brill, só recentemente publicado na Alemanha, faz um retrato tocante e esperançoso da vida dos refugiados judeus alemães na São Paulo dos anos 30.

Por Reinhard Andress



Arquivo Alice Brill

A escritora quando jovem, na casa de sua família em Colônia: experiência do exílio determinou caminhos da literatura de Marte Brill

Quando pesquisava no arquivo do exílio (1933-1945), em Frankfurt, a respeito de escritores alemães que se refugiaram na ilha espanhola de Mallorca entre 1931 e 1936, me deparei com uma autora chamada Marte Brill (1894-1968), que depois viria para o Brasil, e com um manuscrito, então inédito, intitulado *Der Schmelztiegel (O Cadinho)*. Como se tratava de um manuscrito de admirável qualidade literária, procurei uma editora, e o romance foi publicado pela Büchergilde Gutenberg em 2002. Neste romance de fortes acentos autobiográficos Marte Brill retrata sua adaptação ao exílio, e em especial seu encontro com a São Paulo dos anos 30 e 40, quando aqui chegavam levadas de refugiados judeus, perdidos, exilados, privados de seus bens e cidadania.

Marte Brill nasceu em Colônia. Aos dezesseis anos escreveu seus primeiros versos, até hoje inéditos, relegados ao esquecimento. Melancólicos, expressionistas,

às vezes brincam com idéias sobre a morte, mas espelham a busca de uma jovem por sua realização na vida, como nestes versos sem título, do ano de 1910:

Amo a vida ardente e risonha
Amo a morte bravia e obstinada

Desejo poder uma vez apenas
Esvaziar até o fundo
A taça dourada da vida
E, com as últimas gotas brilhantes
Construir com júbilo

Uma vida principesca

Apesar de, durante sua vida, Marte nunca ter-se considerado religiosa, tinha consciência plena de sua origem judaica

sefardita e interessava-se por histórias do povo judeu. Em particular, desde jovem identificava-se com a vida instável dos judeus eternamente errantes. Num registro de 7 de maio de 1938, em seu diário também inédito, ela descreveu de outro modo sua concepção de si mesma como judia: “Sou europeia e cidadã do mundo de descendência judaica. Tenho orgulho dessa descendência como alguém que se orgulha de pertencer à nobreza. (...) Talvez seja errado para um cidadão do mundo ter orgulho de sua descendência, mas isto é mais profundo.” Uma atitude positiva frente à vida, o interesse no judaísmo, a vida errante e uma atitude humanística em sua postura judaica são características presentes na vida e na obra de Marte Brill.

Doutora pela Universidade de Heidelberg, onde obteve o título em 1917, Marte Brill casou-se, em 1920, com Erich Arnold Brill, pintor judeu e doutor em Ciência Econômica, casamento que foi desfeito após menos de um ano, e que aparentemente só se realizou devido à iminência do nascimento de sua única filha, Alice. Como artista, ele desejava viver livre de todas as convenções e compromissos, mas manteve sempre contatos periódicos com sua esposa e sua filha.

Estadas no exterior cunharam a vida de Marte Brill nos anos 20. O ano de 1925, por exemplo, ela passou em Positano, numa colônia de artistas na Itália; em 1926 passou vários meses em Paris. Trabalhava com frequência para a Editora J. Kauffman, para o Arquivo Econômico Mundial ou para a Hamburger Rundfunk (Rádio de Hamburgo), continuava porém sempre atuante como jornalista independente. Utilizou bastante bem as oportunidades que a moderna sociedade da República de Weimer lhe oferecia. Encontram-se artigos seus publicados principalmente no *Hamburger Zeitung* (*Jornal de Hamburgo*): crônicas com coloração expressionista, relatos de viagem, considerações gerais sobre a vida.

A partir de 1930 passou a escrever principalmente descrições de viagens, para a revista mensal da companhia de navegação alemã Hamburg-Süd. Assim foi concebido, por exemplo, o relato de viagem *Entre o Bazar e o Deserto*, durante uma viagem à Palestina. Seus artigos eram remunerados com bônus de viagem, com os quais ela financiava novas viagens, inclusive a que empreendeu com sua filha Alice para a ilha de Mallorca, em março de 1933, quando os nacional-socialistas assumiram o poder. Como judia, perdeu imediatamente seu trabalho na Hamburger Rundfunk e seus amigos a aconselharam a deixar a Alemanha por algum tempo. Nesse sentido, sua primeira estada em Mallorca não foi considerada, de imediato, como uma emigração ou um exílio.

Em *Der Schmelztiegel*, o retrato sobre o período que vai daí até o ano de 1938 é fiel ao que aconteceu na realidade a Marte Brill e a sua filha Alice, que viria a tornar-se fotógrafa em São Paulo. Diz Alice: “Neste romance, ou nessa autobiografia oculta, ela se chamava ‘Sylvia’, nome que



O centro de São Paulo na visão de Erich Brill, que foi casado com Marte e retornou do exílio brasileiro ao inferno do nazismo na Alemanha por sentir-se demasiadamente alemão, e foi assassinado num campo de extermínio

utilizava por vezes em outros relatos autobiográficos, e eu me tornei ‘Miriam.’” A base fortemente autobiográfica do romance também se evidencia na reprodução,

Marte Brill escreve:
“Sou europeia e cidadã do mundo de descendência judaica. Tenho orgulho dessa descendência como alguém que se orgulha de pertencer à nobreza. (...) Talvez seja errado para um cidadão do mundo ter orgulho de sua descendência, mas isto é mais profundo.”

quase idêntica, de trechos de seu diário no romance, como, por exemplo, o trecho citado acima, sobre seu posicionamento como judia cidadã do mundo.

A permanência em Mallorca durou só seis meses, pois lá não havia possibilidades concretas de trabalho para Marte Brill, e sua filha precisava voltar a freqüentar uma escola regularmente, de modo que em agosto de 1933 elas se dirigiram à Itália, onde, em Florença, Marte encontrou emprego como governanta de uma menina e sua filha foi colocada em um orfanato judeu, o que a longo prazo se tornou insustentável. Aconselhada pelo chefe de redação da revista da Hamburg-Süd, ela resolveu, em 1934, tentar a sorte no Brasil.

Passaram rapidamente por Hamburgo. Alice, a filha, ficou aos cuidados do pai – àquela altura em Amsterdã, enquanto Marte viajava de navio para o Brasil. Ela não foi a única intelectual de língua alemã que veio exilar-se no Brasil. Stefan Zweig seria o primeiro da linha a ser nomeado, como também os escritores Frank Arnau, José Antonio Benton, Karl Liebllich, Paul Frischauer, Richard Katz, Victor Wittowski, a cantora lírica Paula Ludwig, e os jornalistas Ernst Feder, Richard Lewinsohn e Karl Lustig-Prean, entre outros.

Em São Paulo, Marte Brill passou a trabalhar na organização que ajudava os inúmeros imigrantes judeus alemães que

von einst

von Dr. Marte Brill

Zeichnungen von Hilde Weber

Hil. Montparnasse, Libion, der „Patrou“, war ein Freund der Künstler, und so durfte Maguy auf einer Bank weiterschlafen. Das begehrteste Modell der „Rotonde“ war Aicha. Sie war Mulattin, in Nordfrankreich geboren, ihre Mutter war Flamin. Mit 5 Jahren schloß sie sich einem Wanderzirkus an und wurde Kunstretirerin, mit 15 kam sie nach Paris. . . . Pacin entdeckte sie auf dem Montmartre und brachte sie nach dem Montparnasse. Jede wollte den grünen Körper der Mulattin malen; sie stand für ein Bild von Ottmann, das heute im Louxembourg-Museum hängt, sie stand zu den orientalischen Bildern von Pushman: ihr Portrait ist in allen Museen der Welt zu finden. — Ein anderes ehemaliges Modell, Carmine, verkaufte Leinwand und Farben — und ohne den Kredit, den sie gewährte, hätte mancher junge Künstler oft nicht arbeiten können. Trotzdem ging ihr Geschäft mit Farben, Leinwand und Rahmen so gut, daß sie heute Besitzerin einer modernen Galerie ist.

Die Künstler, die in der „Rotonde“ verkehrten — Namen darunter, wie Modigliani, Grawowski, Utrillo —, waren damals blutarm; manchmal gab Modigliani eine Skizze für einen Cafétrèze in Zahlung. . . . Manchmal „ast“ man seinem Nachbar, der kein Geld für ein Modell hatte. Dann hieß es wohl: „Zeig her.“ Und einmal sagte ein Mädchen zu einem jungen Fremden: „Du hast Talent. Ich will dich einem Kunsthändler vorstellen.“ Ein paar Monate später war der junge Maler berühmt.

Künstler und Modelle aßen bei Rosalie, auch einem ehemaligen Modell, in einer Kneipe der Rue Campagne-Première. Dort malte eines Tages Utrillo zwei Landschaften an die Wand, um sein Mittagessen zu bezahlen — vor einigen Jahren hat man sie mit großen Kosten wieder freigelegt. —

Der Krieg zerstörte diese ganze Welt in alle Winde. Und als die Künstler zurückkamen, hatte die Welt ein



anderes Gesicht bekommen. Eine andere Generation wuchs heran. Fremde kamen aus allen Weltteilen zum Montparnasse.

Unter den Modellen, die für 3—4 Stunden täglicher Sitzung in Akademien und privaten Kunstschulen 60 Freiwöchentlich beziehen und unter den Kunstschülern sammeln müssen, um ein karges Leben zu fröhen, ist sogar eine Lohnbewegung entstanden; sie beginnen sich als die letzten Anwälter des internationalen Kunstproletariats zu fühlen. . . . Die Not läßt wenig Raum für die Romantik, sie nützt, wie überall in der Welt.

Auch die „Rotonde“ ist berühmt geworden; sie hat ein „dancing“ angegliedert. . . . Und heute kommen die Amerikaner nach Paris, um den Eiffelturm, das Grab Napoleons — und die „Rotonde“ zu sehen, und in der amerikanischen Romanliteratur spielt sie eine wichtige Rolle. . .



15

1960 (*Revolution in Lateinamerika*), de Augusto Boal, obra publicada em 1966 pelo Theaterverlag Kurt Desch de Munique.

Em 1962 Marte viajou para os Estados Unidos, para rever parentes e, no correr dos anos, várias vezes, para a Alemanha. Naturalizou-se, tornando-se cidadã brasileira. Faleceu em 1968, sendo enterrada no cemitério judaico, em São Paulo.

Grande parte da vida de Marte Brill passou-se em cidades grandes e a temática da cidade grande está presente em *Der Schmelztiegel*. Por meio de sua protagonista Sylvia, a autora esforça-se em compreender a realidade da grande cidade à qual o destino a conduziu. Seu estilo, fortemente influenciado pelo expressionismo, ora volta-se sobre Hamburgo, “de uma beleza serena e regrada”, ora sobre as novas paragens. Hamburgo, que a autora escolheu para ser seu lar, é descrita do seguinte modo:

“À tardezinha os barcos deslizavam pelos canais, jovens, rapazes e moças de blusas brancas e abrigos, que, após o trabalho nas fábricas e escritórios, remavam em direção ao vento e às estrelas. As vias aquáticas levavam todas a um grande vale, com verdes gramados arborizados onde, aos domingos, se erguiam centenas de barracas de acampamento. Sylvia gostava muito de passear junto ao *Bahndamm*, ouvindo o ruído dos trens. Logo abaixo viam-se as hortas, nas quais homens, que haviam trabalhado duramente o dia todo, revolviam o solo. Mas este era seu descanso e seu prazer após o trabalho. Mulheres e crianças louras traziam flores, frutas e verduras recém-colhidas em cestas e carrinhos para as suas casas.” É um quadro harmonioso e idílico de uma cidade que a autora conhecia bem e onde gostava de viver como socialista engajada.

Em São Paulo começaria, para ela, a verdadeira luta pela existência no Novo Mundo; aqui ela vivenciou a perda de suas raízes, característica do exílio. Sentiu fortemente, já nos anos 30, a “inquietação” do crescimento explosivo e permanente da cidade de São Paulo; a cidade era para ela “um monstro” que “devorava, engolia e digeriu pessoas”. No início da primeira descrição mais prolongada de São Paulo lê-se: “Nas ruas bocejavam depósitos, as pedras estalavam sob os pés das pessoas,

Página da revista da Hamburg Süd com um texto de Marte Brill sobre o bairro parisiense de Montparnasse ilustrado por Hilde Weber, grande amiga da escritora que também se refugiou no Brasil e foi, por muitos anos, chargista de *O Estado de São Paulo*

chegavam aqui, liderada pelas famílias Krausz, Lorch, Wissmann e Zausmer, que haviam chegado ao Brasil na década de 20. Sua filha descreve a ocupação da mãe da seguinte maneira: “Ela assumiu a difícil tarefa de receber essas pessoas, quase todas sem meios e sem o domínio da língua do país, e de lhes encontrar abrigo e qualquer trabalho”.

Alice Brill chegou em agosto de 1934 com seu pai que, impressionado com a beleza do Brasil, aqui permaneceu por dezoito meses, para pintar. Em janeiro de 1935 Erich Arnold Brill voltou à Alemanha, o que foi sua perdição. Foi denunciado por crime contra a raça, preso, julgado, e só libertado em dezembro de 1941, para, logo a seguir, ser deportado para Riga, onde foi fuzilado em 1942. “Minha mãe nunca conseguiu superar a dor que esta tragédia lhe causou”, diz a filha. No diário de Marte Brill, no registro de 29 de dezembro de 1946 lê-se: “Erich, o belo, o esteta — o artista — anti-social. Cego, caminha para a escuridão — destino — eu, vendo, não pude ajudar.

Em São Paulo Marte Brill e sua filha viveram, de início, em condições muito modestas. Permaneceram, no entanto, na cidade, onde se sentiam bem, em meio àquela população em que se fundiam as mais diversas raças. Além de seu trabalho no comitê de ajuda aos refugiados judeus, ela dava aulas de línguas para crianças e adultos (falava e lia oito línguas, inclusive grego e latim), dava aulas de recuperação, trabalhava como secretária, e também, ocasionalmente, como jornalista, assegurando assim uma base financeira para si e para sua filha.

Mais tarde, fez amizade com jovens escritores de teatro e traduziu para o alemão, por exemplo, a peça de teatro *Eles não usam black tie*, de Gianfrancesco Guarnieri (que veio a público em 1958). Sob o nome *Sie tragen keinen Smokingsschlips*, a peça foi publicada em 1962 pelo Henschelverlag na Berlim, da antiga República Democrática Alemã, e apresentada na cidade de Schwerin. Traduziu também a *Revolução na América Latina*, de

Griechischer Frühling

(Auf der 2. Mittelmeerfahrt der Hamburg-Süd im Frühjahr 1932:
Süditalien – Tunesien – Türkei – Griechenland)

Dr. Marie Brill.

Griechischer Frühling! Lockt uns nicht immer sein Bild – der Traum von Dryaden in Felsgebirge und Wald klassischer Landschaft, von Nymphen am schimmernden Quell, vom Wallengröße strahlender Götter und Helden –

Reichtum antiker Kultur bewahrt hat und zugleich die ewig junge Schönheit der Mittelmeerlandschaft... Wir haben Tunis besucht, die Märchenstadt des Bey, und das alte Karthago, die Stadt Hamilcars und Hannibals.



Athen, Akropolis – Parthenon

von Glanz der weißen Marmortempel unter dem ewig blauen Himmel Griechenlands? Lebenslange Sehnsucht erfüllt sich hier für Viele von uns, Traum langer Jahre, der einmal in seiner ganzen leuchtenden Schönheit sich verwirklicht...

Wir sind durch das Thyrrenische Meer gefahren, haben uns von Zypern Neapel verführen lassen, das – selbst eine neugriechische Gründung – noch heute den vollen

hals, vor dem einst Rom auf der Höhe seiner Macht aitterte. Von Malta, der Insel der Malteser Ritter, sind wir durch das Griechische Meer nach Konstantinopel gefahren, zum Tor des Orients am Goldenen Horn, und durch die schimmernd blaue Völlerstraße des Bosporus, der Europa mit Asien verbindet. Glanz und Macht des alten Byzanz besauberten uns in goldschimmernder Pracht in der stätigen Residenz der türkischen Sultane.

Capa de revista da Hamburg Süd com uma reportagem da autora sobre a primavera na Grécia: narrativas de viagem eram feitas em troca de passagens de navio

poeira reverberava: o antigo era derrubado, cedendo lugar ao novo. Ninguém se importava com isso, a vida prosseguia como um turbilhão. Tudo estava inacabado, tudo em plena formação. Na antiga praça da igreja principal, no centro do burburinho do trânsito, estava a catedral inacabada, muros em construção, sem torres. Ao redor passavam ruidosamente os bondes, ônibus e automóveis. Pessoas se agrupavam, em pé. Outras transitavam apressadas, empurrando-se mutuamente. Os jornaleiros bradavam as últimas notícias, os vendedores de jogo do bicho os números da sorte: a borboleta, o cachorro e o gato vão dar sorte hoje! Pessoas vendendo amendoim, outras sanduíches, relógios de bolso com correntes, ou ainda pedindo esmolas. Aleijados, maltrapilhos”.

Ao contrário de Hamburgo, a estrutura de São Paulo não se presta a um quadro harmônico. A grande variedade de impressões se projeta sobre a protagonista, que as absorvia de maneira fragmentada. Vinhetas descritivas mostram acontecimentos, formando um quadro cambiante que retrata a vida dos exilados judeus alemães no Brasil naquela época. Como disse Paul Michel Lützel em sua crítica do romance, publicada na *Frankfurter Rundschau*, nele se encontra “uma enciclopédia das possibilidades de relacionamentos no exílio”. Tanto a protagonista como a própria autora estavam profundamente envolvidas com o destino dos muitos emigrantes; com suas modestas possibilidades, ela lutava pela dignidade humana e pela liberdade como “moral da história”, e pela verdade: “A verdade num mundo de mentiras, a bondade num mundo de violência, a crença nos valores morais, num mundo de fraqueza”.

Apesar dos repetidos fracassos e recomeços forçados e dos sofrimentos que estes causavam a Marte e sua filha, para sobre o romance uma teimosa confiança na vida. O Brasil e o título do romance servem de metáfora para um mundo sem preconceitos racistas e para a esperança num futuro melhor. No romance lemos: “(...) sob o sopro ardente da natureza tropical as raças se misturaram, se fundiram, se transformaram, até que um novo povo aqui plasmado pisasse esse solo, tendo essa fusão como lei da vida, reconhecendo-a como raiz da sua força”.

De uma troca de cartas com a *American Guild for German Cultural Freedom*, organização americana de ajuda aos escritores, depreende-se que em abril de 1938 Marte Brill solicitou os requisitos e os formulários necessários para poder concorrer a um prêmio literário que aquela organização oferecia. No entanto, não tomou parte no concurso, que eventualmente teria levado à publicação do romance, porque o manuscrito só foi concluído em 1941. Quanto ao que se refere à história subsequente do livro que só recentemente veio à luz, encontra-se, no legado de Marte Brill, cópia de uma carta de 8 de julho de 1941, de Thomas Mann, a quem ela tinha enviado o seu trabalho, e que manifesta sua admiração por sua “tenacidade e paciência literária”, a considera “uma escritora de talento” e acrescenta que encontrara “muitos aspectos excitantes e tocantes da tragédia dessa época” no manuscrito. Recomendava-lhe que enviasse ao Knopf Verlag, em Nova York, a tradução inglesa feita por Ruth Mary Moore, diretora da São Paulo

Graded School, sob o título *The Crucible*. Aparentemente, o manuscrito não despertou interesse por parte dessa editora. Para a mesma época havia sido previsto o lançamento da tradução da obra para o português, pela editora Brasileira, mas o livro acabou sendo sacrificado pela política pró-fascista de Getúlio Vargas.

O tratamento brando dado à problemática política de Vargas com relação aos judeus é facilmente explicável: forçados ao exílio devido à sua raça, Marte Brill, Stefan Zweig e outros numerosos judeus emigrantes contemporâneos encontraram aqui a convivência e a mistura das raças, em contraposição ao anti-semitismo diário e à perseguição nos países europeus de língua alemã, e, vista historicamente, geral em todo espaço europeu. Essa atitude lhes pareceu exemplar, trazendo-lhes uma esperança para o futuro, ainda que certamente incluíssem suas próprias ilusões nessa avaliação.

Der Schmelztiegel trata, essencialmente, de acontecimentos vivenciados no Brasil



Arquivo Reinhard Andress

Marte Brill e sua filha Alice, já em São Paulo: ritmo ofegante da metrópole já chamava a atenção nos anos 30

e ocupa um lugar à parte na paisagem da literatura alemã do exílio neste país. O livro é o mais conseqüente relato da experiência do exílio judeu-alemão no país, com estrutura literária próxima de um romance tradicional, ao mesmo tempo em que faz uma análise significativa e profunda de uma época e das mudanças interiores e exteriores que ocorreram durante a adaptação e integração à nova realidade. E isto, de uma perspectiva que tudo abrange, relatando cronologicamente fatos e encontros de um modo épico. Transmite-nos o lento desenraizamento dos imigrantes, o sofrimento conseqüente, e também suas esperanças: “Onde vivem exilados a esperança não morre, do contrário a vida se torna insuportável. A cada golpe do destino a esperança martirizada ergue novamente a cabeça com mais coragem. Essa é a lei... nessa coragem reside a semente de todas as evoluções futuras”. ■

Reinhard Andress é professor de Literatura Alemã na University of St. Louis



Der Schmelztiegel

Marte Brill

Piper, 352 p.

10,90 euros

O Cadinho

A seguir, um trecho do romance *Der Schmelztiegel*, inédito em português, em que Marte Brill descreve a cidade de São Paulo no fim da década de 30

P erdeu o homem de vista, quando o trem rolou para dentro da estação, em São Paulo, pela manhã. E lá ficou ela, em pé, com suas malas, sozinha, num subúrbio estranho, feio e barulhento, numa região fabril. Bondes passavam, velozes e barulhentos, muitos ônibus, longas fileiras de automóveis. Homens passavam, em roupas de trabalho, ondas de pessoas de todas as raças, negros, japoneses, sírios, judeus, moças que trabalhavam em pequenas fábricas, estenógrafas, secretárias. Todos passavam apressados, não tinham tempo. O ar era frio, havia um vento fresco. Sylvia estremeceu, ergueu a mão. Um carro se aproximou, uma pessoa desceu e veio ao seu encontro, uma voz desconhecida a cumprimentou. Amigos de Vera Berg tinham vindo esperá-la. A cidade situava-se num alto platô. Suas ruas subiam e desciam pelos morros, em numerosas voltas, até se perderem no azul das montanhas a distância. Altos e baixos, montanhas e vales em interminável cadeia: sobre os vales, apoiando-se nos picos elevados, estendiam-se viadutos, novos, cintilantes e retilíneos. De cima da ponte podia-se ver em baixo a vida borbulhante: casas, jardins e a massa escura de centenas de pessoas em movimento. Mas também sobre as pontes a vida vibrava, empurrando e pressionando, avançando apressada, duas filas imensas de pessoas em contínuo movimento. Nas cabeceiras das pontes, os edifícios cresciam depressa e se multiplicavam rapidamente, pesados gigantes de cimento cinzento. Nas ruas bocejavam depósitos, as pedras estalavam sob os pés das pessoas, poeira reverberava: o antigo era derrubado, cedendo lugar ao novo. Ninguém se importava com isso, a vida prosseguia como um turbilhão. Tudo estava inacabado, tudo em plena formação. Na antiga praça da igreja principal, no centro do burburinho do trânsito, estava a catedral inacabada, muros em construção, sem torres. Ao redor passavam ruidosamente os bondes, ônibus e automóveis. Pessoas se agrupavam, em pé. Outras transitavam apressadas, empurrando-se mutuamente. Os jornaleiros bradavam as últimas notícias, os vendedores de jogo do bicho os números da sorte: a borboleta, o cachorro e o gato vão dar sorte hoje! Pessoas vendendo amendoim, outras sanduíches, relógios de bolso com correntes, ou ainda pedindo esmolas. Aleijados, maltrapilhos. Também no “triângulo” do encontro das ruas antigas (São Bento, Direita e José Bonifácio) as pessoas se empurravam e se acotovelavam. No meio da multidão viam-se homens em pé, muitos com barbas ou bigodes, abraçando-se e dando tapinhas nas costas uns dos outros, simultaneamente; conversando e desaparecendo animados nos bares, para tomar um cafezinho. Ali se fechavam negócios, comentavam-se assuntos de família, e as notícias da política eram discutidas com vigor em meio ao empurra-empurra da massa humana. A meia altura



Vista sobre o centro de São Paulo a partir do belvedere da Avenida Paulista, no início da década de 40, em foto de Hans Günter Flieg: “Gigantesca, a cidade se espalha até longe, febril, fervente, borbulhante...”

entre as regiões alta e baixa da cidade, entre o início e o fim de uma curva, situava-se o maior edifício da América do Sul, o prédio Martinelli, qual rocha avermelhada erguida contra o horizonte cinzento. Ninguém erguia os olhos para contemplá-lo, ninguém reparava na imponência daquela construção descomunal. A vida passava apressada. Na periferia da cidade, junto às águas turvas do rio, fábricas despejando fumaça pelas chaminés, matadouros e depósitos erguiam-se contra o céu cintilante. O gado mugia, fardos de algodão eram limpos, separados e despachados, embalavam-se frutas, borracha e seda. Homens e máquinas trabalhavam em compasso acelerado. Poeira, barulho e atividade contínua derrubando, construindo. E no entanto aqui também havia silêncio, canto de pássaros e o respirar da Natureza. Ao longe, sobre os morros azulados, além do vale e da montanha, estendia-se a parte nobre da cidade com suas mansões, ruas claras, limpas e bem pavimentadas, jardins verdes e perfumados. Onde há poucas décadas só havia pântanos e terra inculta, onde grassavam as febres, foram se erguendo mansões e palácios sobre a terra vermelha. A cidade cresce, se estende, respira. Pessoas enriquecem com esse crescimento; constroem bairros residenciais ensolarados e arborizados onde crianças felizes brincam sob os cuidados de pagens negras. Carros luxuosos rodam sobre o asfalto passando por portais

dourados. Gigantesca, a cidade se estende sobre a serra e se espalha até longe em direção ao interior, com ruidosas ruas de comércio, bairros fabris e residenciais, febril, fervente, borbulhante de vida. Monstro que devorou, engoliu e digeriu pessoas, e viu nascer novas levas de homens. Por muitas gerações uma mão invisível jogou pessoas de todas as raças neste receptivo caldeirão, como pedaços de metal num cadinho de fundição. Neste cadinho se mesclaram à primeira raça híbrida e resistente constituída por índios, portugueses e escravos negros, os espanhóis, os holandeses, os franceses, os sírios, os judeus, os japoneses e gerações de italianos e alemães, ingleses e americanos, suíços e dinamarqueses, húngaros e poloneses. Durante anos, décadas, séculos, foram chegando trabalhadores e aristocratas, ignorantes e letrados, maltrapilhos e elegantes, fugitivos e aventureiros em infundável procissão. Guerras e crises, fomes e revoltas, cada onda no destino dos continentes trazia levas de refugiados a esta costa hospitaleira. Todas essas pessoas só tinham em comum a liberdade: livres para viver ou morrer, para amar ou odiar, para plantar os pés na terra vermelha e construir castelos e sonhos no céu cintilante. E todos eram livres sob este céu.

Tradução de **Inês Czapski Dellape**

Viagem à terra de meu pai

A Moldova de hoje é muito diferente das memórias que um emigrante transmitiu a seu filho, por meio de músicas e histórias. Mas conhecer a Bessarábia de seus ancestrais foi para **Flávio Mendes Bitelman** como fechar um grande ciclo



Arquivo Flávio Mendes Bitelman

A família Bitelman em Kishinev, 1926, antes da emigração para o Brasil: da esquerda para a direita, o menino Michel Bitelman; sua mãe, Mania; sentada, a irmã caçula Lina (hoje Bilenky); em pé, o irmão Monia (Moisés) e o pai Lasar; à direita os irmãos Boris e Mila (hoje Dewez)

Flávio Mendes Bitelman

Há anos que comecei a fazer a árvore genealógica da família Bitelman, junto com meu primo Yáco. Naquela época, não existia internet e nem softwares sofisticados para nosso trabalho. Como o Yáco é arquiteto, fazíamos tudo com normógrafo e tinta nanquim. Era um trabalho infernal, e quando tínhamos que adicionar uma nova pessoa de gerações passadas era preciso recomeçar tudo do zero. Mais recentemente, a internet passou a ajudar muito nossas vidas, e a compra de um software, chamado *Family Tree Maker*, permitiu que nosso hobby se desenvolvesse muito.

De tanto ver os nomes de ancestrais da Bessarábia, a idéia de fazer uma viagem ao passado e conhecer a terra de meus quatro avós e de meu pai foi se enraizando em mim. Uma viagem à região – a Bessarábia foi disputada pela Rússia e pela Romênia, hoje é parte da Moldova – vinha sendo ensaiada desde 2002. O filme *Uma Vida Iluminada*, baseado no romance *Tudo se ilumina*, do norte-americano Jonathan Safran Foer, a que assisti há alguns meses, deu o impulso que faltava. Umas três semanas depois de assistir ao filme recebia, por DHL, um formulário do governo da Moldova, registrado e carimbado, com um convite para visitar o país.

O convite é uma exigência para a obtenção de um visto, e quem o obteve para mim foi meu primo Ilusha, que nasceu na Moldova e vive em Israel, filho de Shura, primo-irmão e melhor amigo do meu pai na Bessarábia.

Ilusha, que eu não conhecia pessoalmente, tem ainda um cunhado, Senia, que vive em Kishinev, a capital da Moldova, e Senia enviou o convite para mim. Ilusha entusiasmou-se tanto com a minha decisão que resolveu ir, também, à terra natal para me encontrar e mostrar o país.

Meu primo Ilusha

Durante toda sua vida, meu pai sempre me falava de seu primo-irmão Shura, que vivia com ele em Kishinev e era seu grande amigo e companheiro de todas as horas. Em 1975, quando meus pais estiveram em Moscou, ainda na época da Guerra Fria e do comunismo, muitos parentes se recusaram a encontrar-se com eles, com medo do contato com alguém do Ocidente, que pudesse prejudicá-los.



O velho cemitério judaico em Yedenetz: apenas seis famílias restam, dos 6.000 judeus que viviam na cidade antes da 2ª Guerra Mundial

Mas Shura e sua esposa Netta foram especialmente de Kishinev até Moscou para encontrá-los e lá passaram juntos três dias, dormindo inclusive no mesmo quarto de hotel. Shura e Netta nunca deixaram Kishinev e morreram lá, antes do fim do comunismo. Shura, bem como seu irmão Boria, trabalhavam na companhia de estradas de ferro, em funções administrativas.

Em 1991, quando a Moldova se tornou independente, e terminou o comunismo, o filho de Shura, Ilya (Ilusha), com sua esposa Nadia e sua filha Keren, mudou-se para Israel. Também foram com eles Kira, sua irmã, com suas filhas Natasha e Lina, deixando o esposo de Kira, já separado, em Kishinev: Senia Briskin, que me enviou o convite.

Há alguns anos nós nos descobrimos por meio do meu falecido tio Monia Bitelman (Moises), que faleceu aos 94 anos em 2002. Primeiro trocamos alguns e-mails, depois minha irmã Tatiana foi a Israel e encontrou-se com Ilusha. Eu sempre enviava um cartão de *Rosh-Hashaná* para ele, mas não tínhamos maiores intimidades.

Quando resolvi visitar a Bessarábia, e pisar na cidade onde meu pai nasceu, Kishinev, hoje Chisinau, comecei minha pesquisa escrevendo um e-mail para meu primo Ilusha em Israel.

Ele foi gentilíssimo e me deu várias dicas. De hotel, de cidades a visitar, e se prontificou a pedir ao seu ex-cunhado Senia Briskin que providenciasse a carta-convite para que eu pudesse obter o visto no aeroporto de Kishinev, uma vez que não existe embaixada da Moldova no Brasil – e nem na maioria dos países.

Precisava de hotel, de motorista, de guia que falasse inglês para me ciceronear, e Ilusha ia me dizendo que o Senia poderia ajudar e iria providenciar.

Minha chegada a Kishinev estava prevista para o dia 28 de abril.

Poucos dias antes, recebi um e-mail de Ilusha, que há quinze anos não voltava a Kishinev. Ele avisava que iria aproveitar a oportunidade de minha viagem para voltar e me ciceronear pessoalmente, uma vez que fala inglês, hebraico e russo, além do moldovo, que é um dialeto do romeno, uma língua neolatina, como o português.

Fiquei muito emocionado. A viagem tomou outro rumo. Além de visitar o país de meu pai poderia conhecer um primo, filho do primo e melhor amigo do meu pai.

Em Kishinev

Ao chegar a Kishinev, depois das burocracias de rotina, apresentar a carta convite do Senia, preencher os formulários,



Meu primo Ilusha e seu cunhado Senia, num típico apartamento da era soviética: comunidade judaica é bem organizada

anexar as fotos etc... consegui meu visto e passei pela fila dos passaportes. Lá fora, Ilusha e Senia aguardavam.

Nos reconhecemos imediatamente e nos abraçamos. Foi muito emocionante. Nunca tinha visto estas pessoas, mas rapidamente nos tornamos muito próximos e ligados.

Antes mesmo de irmos ao hotel, eles nos guiaram pelas ruas de Kishinev e foram me mostrar a rua onde meu pai morava. O número exato, ninguém mais sabia, mas sentir a rua onde meu pai brincava, visitava seus vizinhos, passeava, ia trabalhar, embaixo de copas de árvores frondosas, foi muito forte.

À noite fomos jantar num delicioso restaurante, mas ficamos numa sala privada. O mais importante era nos conhecermos melhor, conversar, trocar presentes, ver fotos da família – e também beber o conhaque e o excelente vinho da própria Moldova. Os laços de parentesco e a ligação de nossos pais fizeram com que uma pessoa que eu não conhecia, exceto por alguns e-mails, rapidamente se tornasse próxima e carinhosa, e esta é uma emoção cuja lembrança ficará comigo por muitos anos.

No dia seguinte logo cedo, após o café, nosso destino foi o cemitério de Kishinev,

local muito bonito e agradável, com muitas árvores, uma zeladora simpática e competente que logo procurou um grande livro onde constam os nomes das pessoas sepultadas ali. Ela encontrou dois Bitelmans: um era Michel Bitelman, tio de meu pai, falecido em 1912, de quem meu pai recebeu o nome para homenageá-lo e perpetuar sua memória. E o outro túmulo era de Sura, filha de Michel, falecida em 1939. Levei comigo um saco plástico impermeável com fecho, e peguei um pouco de terra do túmulo de meu tio-avô, para trazer ao túmulo de meu pai no Brasil, e aos túmulos de seus irmãos e pais. Assim, no dia das mães, fui com minha mãe e com minha irmã ao cemitério do Butantã, levar um pouco da terra do túmulo de meu tio-avô e depositá-la nos túmulos dos parentes nascidos em Kishinev e que optaram por viver no Brasil e adotaram o Brasil como sua pátria. Foi um gesto simbólico, que aprendi no filme *Vida Iluminada*, e que, para mim, completou e fechou a emoção desta viagem.

Vimos também o túmulo de um Kaushansky. Minha avó paterna e a avó paterna de Ilusha, que eram irmãs, tinham este mesmo sobrenome quando solteiras: Kaushansky. E visitamos também a outra avó de Ilusha, Sura Sobel, mãe da mãe dele.

O dia seguinte foi dedicado a uma viagem mais longa. Contratamos um motorista, Boria, e eu, Ilusha e Michael Mindel, meu amigo canadense, que nos acompanhava, e a quem eu acompanharia, depois, na Ucrânia, fomos na direção de Yedenetz, hoje conhecida como Edinet.

Meu avô materno Favich Malay, que no Brasil se tornou Paulo Mendes, nasceu em Yedenetz – e, por coincidência, o pai do meu cunhado, Jaime Serebrenic, também.

Yedenetz era um autêntico *shtetl* (aldeia) na época em que meu avô materno a deixou, ao contrário de Kishinev, que foi a capital da Bessarábia e havia pertencido à Rússia por muitos e muitos anos e passou a fazer parte da Romênia em 1918, ao fim da 1ª Guerra Mundial.

Hoje, Yedenetz já é uma cidade pequena com uns 30.000 habitantes, mas com cara de cidade. Como em Kishinev, resolvemos começar nossa visita pelo cemitério, mas aqui o cemitério não tinha nenhuma informação escrita sobre os túmulos e foi impossível achar quaisquer

vestígios de parentes mortos, quer da família Malay quer da família Serebrenic.

Uma parte do cemitério era mais nova, com túmulos bem organizados, mas, à medida que nos distanciávamos, os túmulos iam ficando mais antigos, em piores graus de conservação, até chegarmos a túmulos totalmente tomados pela vegetação, e com lápides tombadas e ilegíveis.

O zelador, um velhinho não-judeu que morava num quartinho logo na entrada do cemitério, se propôs a apresentar-nos ao líder da comunidade judaica de Yedenetz, Efim Akermann, um empresário de sucesso no ramo do material de construção na cidade e redondezas. Ele foi muito gentil e nos contou que de 6.000 judeus que existiam antes da 2ª Guerra, hoje restaram apenas 6 famílias judias. Todas as outras emigraram para a América ou para Israel. Ele mesmo tem filhos na Espanha e o caçula, com 18 anos, quer ir para Israel, mas só quando tiver 27 anos – idade em que estará liberado do exército.

Rumo ao norte

Minha avó materna Frida Fainbaum nasceu em Seccuron, hoje Secureni, a 13 quilômetros de Yedenetz, ao norte da Moldoia, junto à fronteira com a Ucrânia. Não conseguimos chegar lá, pois queria ainda visitar Orghei, onde meu bisavô Avrum Moshe Bitelman nasceu.

Seguimos viagem e paramos para almoçar em Beltz, hoje Balti, a cidadezinha imortalizada por uma célebre canção em ídiche, *Mein shteitale Beltz*, que ouvimos no *Palm Pilot* de meu amigo Michael, na voz das famosas Barry Sisters, cantoras em ídiche dos Estados Unidos do começo do século 20. Mas Beltz também, de *shtetl* não tem mais nada: tornou-se a segunda ou terceira maior cidade da Moldoia, com muitos prédios altos e indústrias.

Continuamos até Orghei (ou Orhei), fomos ao cemitério, fotografamos, mas não encontramos nenhum túmulo de parente conhecido. O meu bisavô Avrum Moshe Bitelman nasceu em Orghei e eu esperava encontrar algum antepassado Bitelman por aqui. O filho da zeladora nos levou até a casa do pai do gerente do cemitério (Andrei). Só conseguimos falar com ele no outro dia e nada de Bitelmans conhecidos na lista do cemitério. Pena.

Chegamos tarde de volta a Kishinev. Ilusha, muito cansado, foi dormir. Michael e eu descansamos um pouco e fomos jantar no La Taifas, um restaurante com música regional ao vivo. Fomos e voltamos a pé para o hotel. A sensação de andar a pé em Kishinev de noite foi muito gostosa. Muito se falou das máfias russas e da criminalidade da região. Mas nós não sentimos nada. O povo é muito cordial, tranquilo, agradável. Os jovens falam um pouco de inglês, os velhos, nada. E me senti muito seguro andando pelas ruas da cidade do meu pai.

Banquete dos primos Senia e Tânia Briskin

Fomos almoçar na casa de Senia e de sua nova esposa, Tânia, no dia seguinte. Eles vivem num prédio que é como muitos outros em Kishinev, com cinco andares. Feio por fora, até sujo nas áreas comuns. Mas o apartamento é bastante acolhedor. Dois quartos, uma sala calorosa, com um terraço bem arejado onde Tânia cultiva várias plantas e Senia aproveita para fumar. O apartamento tem uma pequena cozinha e o wc é separado do chuveiro.

Todos, ao entrarem em casa, deixam seus sapatos no *hall* e ficam de chinelos. É mais confortável e mais higiênico.

Enquanto Tânia terminava de preparar os quitutes do almoço, Ilusha aproveitou para nos mostrar um vídeo que ele trouxe de Israel, mostrando sua família. Ali estavam Nadia, a esposa, Keren, sua filha de 24 anos que estuda desenho de tecidos numa faculdade em Tel Aviv, sua irmã Kira com toda a sua família, filhas, netos, genros e novo marido.

Ilusha também me mostrou um vídeo que ele fez, um dia antes de eu chegar à Moldoia, do tio Boria, primo do meu pai, que também mora em Kishinev, mas que Ilusha não quis que visitássemos por estar bem velhinho e bastante surdo.

Tânia preparou um delicioso almoço. Um monte de entradas. Bebemos conhaque. No fim das entradas já estávamos satisfeitos. Aí vieram os pratos quentes. E depois sobremesa e café. Uma delícia.

Por fim...

De um pequeno projeto de fazer a árvore genealógica da minha família foi se desenvolvendo em mim o desejo de conhecer a terra de meu pai. Quando



Flavio Mendes Bitelman

Zalman Abelsky, rabino da sinagoga Chabad de Kishinev: um líder depois do nazismo e do comunismo soviético

criança, ele sempre cantava músicas em russo para nós e estas canções sempre falavam da Bessarábia, dos *piroshkis*, pastéis de carne com que ele se deliciava quando criança, e da beleza do país.

Com meu grande amigo Michael Mindel fomos cultivando este sonho até conseguir realizá-lo agora. Conhecer o passado de nossa família, os lugares onde meu pai brincava e trabalhava, de onde saiu devido à pobreza da época e acabou chegando ao Brasil que tão bem acolheu a ele e a todos nós, fechou um ciclo dentro de mim. Infelizmente, meu querido pai Michel Bitelman faleceu em 1995, aos 81 anos de idade, e não pôde me acompanhar nesta viagem. Teria sido a realização de um grande sonho visitar a Bessarábia, e em especial Kishinev, na companhia dele, ouvindo seus comentários e vivenciando a sua felicidade em rever a terra natal.

Em 1975, quando ele visitou a Rússia, o clima político ainda não era favorável e não teve a oportunidade de ir até a Bessarábia. Mas hoje, em 2006, eu realizei seu sonho e tenho certeza de que ele estava lá comigo dentro do meu coração. ■

Flavio Mendes Bitelman é *publisher* da *Revista 18*

O menino chega em casa da escola. Muito animado, conta para a mãe que foi escolhido para representar um papel na peça de teatro que os alunos vão encenar.

“Que papel?” pergunta a mãe.

“Recebi o papel de marido judeu”, responde o menino.

A mãe: “Volte já para a escola e diga à sua professora que você quer ser um personagem que também fale alguma coisa”.



INTERNET

por **Dov Bigio**

webmaster@netjudaica.com.br

Totally Jewish Travel - <http://www.totallyjewishtravel.com/>

Muitas vezes nos perguntamos como será que os judeus mais religiosos fazem para viajar pelo mundo, conhecer lugares turísticos, e ainda assim seguirem os preceitos do judaísmo aos quais são tão fiéis. Para atender a este público e satisfazer suas necessidades alimentares, religiosas e espirituais, existem agências como a Totally Jewish Travel, que oferecem viagens *kasher* para os mais

diversos centros turísticos do mundo, tudo de acordo com os preceitos judaicos. Outros exemplos de *tours* judaicos podem ser encontrados em sites como <http://www.traveljewish.com/>, <http://www.aish.com/travel/>, <http://www.jewishtravel.com/> entre vários outros. Visite, e comece a planejar suas férias para *Pessach* ou *Sucot* sem deixar de celebrar estas festas da maneira mais *kasher* possível!



Jewish Blogging - <http://www.jewishblogging.com/>

A febre dos blogs atinge todos os usuários da internet. Existem diversas ferramentas de blog disponíveis na internet e diversas pessoas e empresas já interagem com seus visitantes com esta ferramenta. A comunidade judaica também entrou nesta onda, e o portal **JewishBloggin.Com** tem por objetivo centralizar e categorizar todos eles. Se você ainda não tem um blog, visite os

disponíveis neste catálogo. Se já tem, cadastre-o neste portal e divulgue-o pela internet! O portal aproveita ainda a tecnologia rss para extrair conteúdo dos blogs cadastrados e apresentá-los como últimas novidades em seu site. Para criar um blog, utilize os serviços gratuitos de <http://www.blogger.com/>, <http://blog.uol.com.br/> e <http://blog.terra.com.br/>, entre uma infinidade de outros que estão disponíveis na internet.

Confederação Israelita do Brasil - <http://www.conib.org.br/>

Organizada em Federações Estaduais pelo Brasil, a comunidade judaica possui um órgão representativo máximo eleito por estas Federações, a CONIB. A CONIB representa a comunidade judaica brasileira em âmbito nacional e internacional, atuando como ponte oficial com os órgãos do governo federal, bem como com entidades representativas judaicas internacionais, como o Congresso Judaico Latino Americano (<http://www.congressojudio.org.ar/>) e o

Congresso Judaico Mundial (<http://www.worldjewishcongress.org/>). Por meio destas organizações políticas, a comunidade judaica encontrou uma forma de ser representada e de participar ativamente na luta contra o preconceito, o anti-semitismo e na defesa dos direitos do povo judeu e do Estado de Israel, fortalecendo o vínculo entre as comunidades e garantindo a continuidade nas próximas gerações.



Yidish Music - <http://www.yidishmusic.com.br/>

Uma verdadeira rádio judaica na internet brasileira – 24 horas de música em ídiche, ladino e hebraico, disponíveis para quem quer conhecer ou apreciar a cultura judaica por meio da música. Com o passar dos anos, os idiomas ídiche e ladino estão cada vez mais esquecidos pelas novas

gerações e este site apresenta uma forma de mantê-los vivos. Complementando este projeto, o site mantém também o blog <http://yidishmusic.blogspot.com/>, que apresenta notícias e curiosidades sobre a música judaica.